



UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**A Rurbanização como Política Social em
Gilberto Freyre**

Beatris Camila Duqueviz

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

A RURBANIZAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL EM GILBERTO FREYRE

BEATRIS CAMILA DUQUEVIZ

Sob orientação do Professor
Raimundo Nonato Santos

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Mestre de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

**Seropédica, RJ
Agosto de 2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

BEATRIS CAMILA DUQUEVIZ

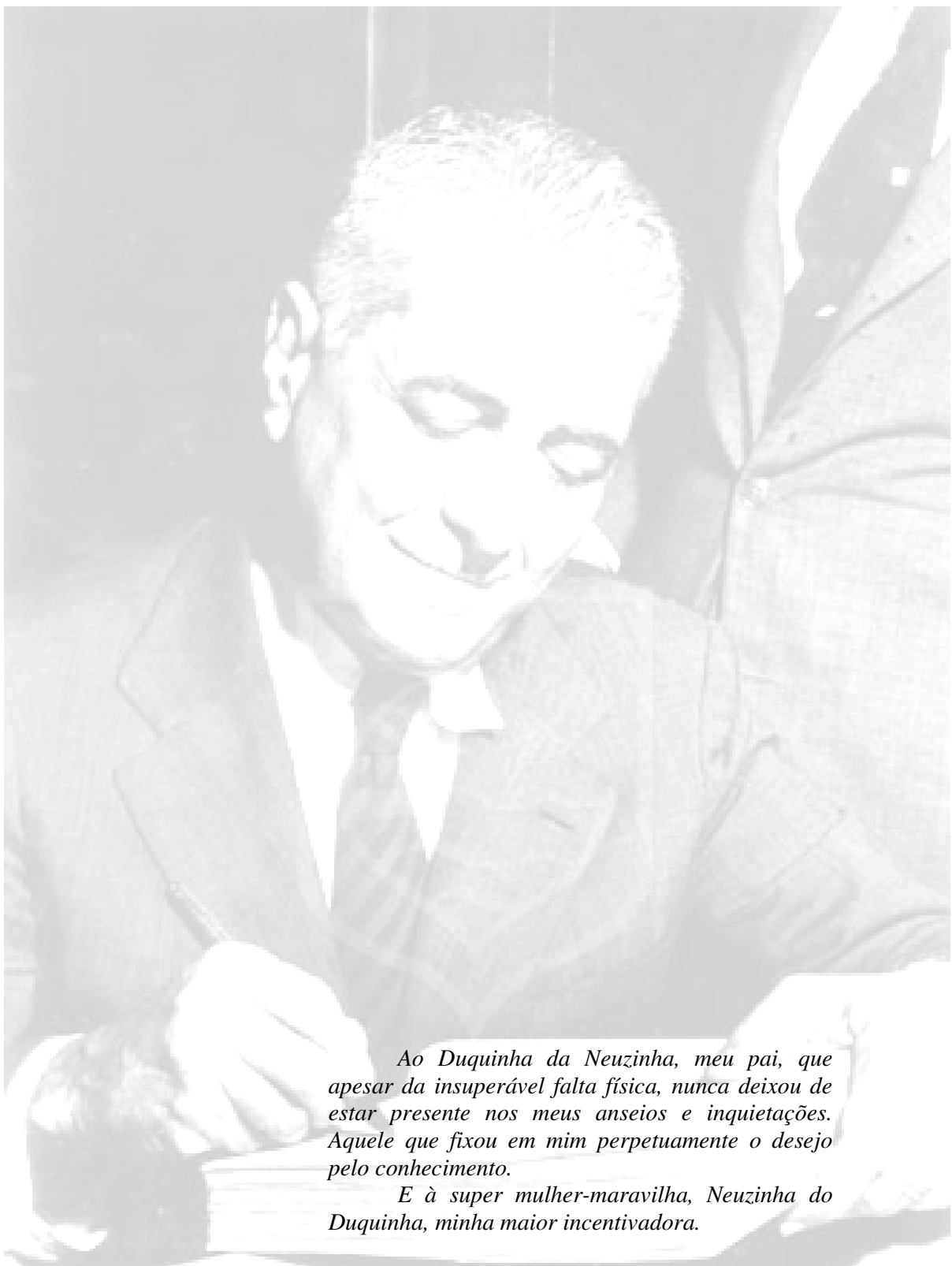
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 15 / 09 / 2006

Dr. Raimundo Nonato Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(Orientador)

Dr^a. Silvana Gonçalves De Paula
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Dr^a. Sônia Regina de Mendonça
Universidade Federal Fluminense



Ao Duquinha da Neuzinha, meu pai, que apesar da insuperável falta física, nunca deixou de estar presente nos meus anseios e inquietações. Aquele que fixou em mim perpetuamente o desejo pelo conhecimento.

E à super mulher-maravilha, Neuzinha do Duquinha, minha maior incentivadora.

AGRADECIMENTOS

Em primeiríssimo lugar, essa dissertação não teria sido realizada não fosse a dedicação e presteza do mestre e amigo Raimundo Santos. É com carinho que me lembrarei das suas orientações, principalmente em situações peculiares, como a primeira que travamos sobre a idéia da rurbanização em Gilberto Freyre, na Rua do Ouvidor, no começo de uma tarde chuvosa do mês de janeiro de 2005, ambos concentrados ora em desviar as poças de água, ora em dar vida a um projeto de pesquisa que nascia ali, daquela conversa.

À Branca, minha primeira incentivadora.

Ao Biel e Andrézinho que, em razão da chegada deste último, estimularam os esforços dessa coruja tia Bia em terminar o quanto antes suas “escrivinhações”.

Aos meus imprescindíveis Amigos que tornaram essa caminhada suportável e, por (muitas) vezes, prazerosa: Sylvie Lispector, Carlota, Bi, Marcão, Flavicha, Gatona, Moniqueta, Du.

Ao meu amigo Ilson (o homem que copiava) por sua inestimável competência e atenção.

Ao meu amigo Mateus que me apresentou o Recife de Gilberto Freyre. E, premonitoriamente, presenteou-me com Casa Grande & Senzala. Além, é claro, de resgatar nos cafundós das estantes empoeiradas da biblioteca da UFPE uma dissertação de importância ímpar para esta dissertação.

À Rejane, por sua estima e presteza.

À Barbinha, minha fiel escudeira.

Ao Thilo e à Bianca, meus irmãos, que transbordaram em carinho e hospitalidade durante todo esse trajeto.

À Neuzinha, sempre indispensável com seu amor de mãe.

♥ Ao Gui ♥

À minha família Amarela, aquela que escolhi de coração, e que nunca me deixou esquecer para onde eu deveria voltar, com o eterno grito: VOLTA QUANDO PRA CASA, BIAZINHA?

À minha família carioca: Lully e Rute, que me proporcionaram momentos de muita DESconcentração.

Ao Cnpq por saldar minhas dívidas durante um período bom da minha vida... que já sinto saudades!

RESUMO

DUQUEVIZ, Beatris Camila. **A Rurbanização como Política Social em Gilberto Freyre**. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

A leitura abrangente da obra de Gilberto Freyre remete-nos ao tema da unidade de seu pensamento. A preocupação de Freyre também se apresenta no problema da organização do Estado, no dinamismo de certos traços culturais de caráter nacional-popular, da relação entre intelectuais e povo, entre dirigentes e dirigidos. Na sua visão culturalista da história, Freyre parece pensar os problemas que afetam o projeto de construção de um sistema de hegemonia da classe burguesa industrial e urbana no Brasil. Partimos do pressuposto segundo o qual a proposta de reforma social do projeto político de Gilberto Freyre, o desenvolvimento integrado como rurbanização, o Estado e os intelectuais são conclamados a assumir a condução das mudanças apresentadas como necessárias, evitando-se assim os perigos decorrentes da mobilização política popular. A transformação social seria entendida, dessa forma, como um ato administrativo, resultado de uma política racional, que conciliaria de forma “plástica” interesses de todas as classes, mas reservando a exclusividade do poder às mãos da elite brasileira. Esse processo de transformação social poderia ser compreendido no conceito de revolução conservadora.

Palavras-chaves: Rurbanização, Gilberto Freyre, Modernização Conservadora.

ABSTRACT

DUQUEVIZ, Beatris Camila. **The Rurbanization as Social Politics in Gilberto Freyre.** Dissertation (Mestrado of Sciences Sociales in Devoloment, Agriculture and Society). Institute of Social and Human Sciences. University Rural Federal of Rio de Janeiro, RJ, 2006.

The comprehensive reading of Gilberto Freyre's work takes us to the theme of the unity of his thought. Freyre's concern is also present in the problem of the organization of the State, in the dynamism of certain cultural aspects of the national-popular character, in the relationship between scholars and people, between the leading and the led ones. Thus, in his cultural-based view of history, Freyre seems to think out the problems which affect the construction project of a system of hegemony of the industrial and urban bourgeois class in Brazil. The belief we follow states that social reform proposal of Gilberto Freyre's political project, the integrated development as "rurbanization", the State and the scholars are summoned to conduct the implementation of the changes proposed, thus preventing the risks arising from popular political mobilization. Social transformation would then be understood as an administrative act, a consequence of a rational policy, which would conciliate matters of all classes in a "plastic" way, but reserving the exclusiveness of power to the Brazilian elite. This social transformation process could be understood within the concept of conservative revolution.

Key-words: Rurbanization, Gilberero Freyre, Conservative Modernization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
I – CONSIDERAÇÕES SOBRE O SENTIDO DA OBRA DE GILBERTO FREYRE	10
1 – A unidade da obra Freyriana.....	10
2 – Casa Grande & Senzala	11
3 – Sobrados e Mucambos.....	22
4 – Ordem e Progresso.....	30
II - REVOLUCIONAR CONSERVADORAMENTE	41
1 – O revolucionário conservador.....	41
1.1 – A questão social na revolução abolicionista.....	46
1.2 – O poder moderador do Exército Brasileiro.....	50
2 – Duas leituras sobre a idéia de Revolução Conservadora em Gilberto Freyre.....	54
2.1 – A interpretação da Revolução-Restauração Burguesa.....	54
2.2 – A conotação de Via Prussiana em Gilberto Freyre.....	56
3 – O processo de transformação social brasileiro segundo Gilberto Freyre.....	57
3.1 – O “Processo Revolucionário” de 1964.....	57
3.2 – A idéia de Revolução Branca.....	62
3.3 – A oportunidade de política social sob o governo militar.....	64
III - RURBANIZAÇÃO: QUE É?	69
1 – Identidade Nacional e Regionalismo em Gilberto Freyre.....	69
2 – Sociologia Regional ou Ecologia Social.....	71
3 – A idéia de Rurbanização em Gilberto Freyre.....	74
3.1 – A Rurbanização como Política Social.....	78
3.2 – As Ciências Sociais e a Rurbanização.....	83
3.3 – O papel dos Intelectuais na Rurbanização.....	86
4 – Brasília: a vitória do modernismo de 1922.....	89
IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
V – BIBLIOGRAFIA	101

INTRODUÇÃO

Uma leitura mais abrangente da obra de Gilberto Freyre nos remete ao tema da unidade de seu pensamento. A linha condutora dos trabalhos de Freyre não nos parece uma nostálgica apresentação da sociedade patriarcal e escravista brasileira, como apontam alguns críticos. Concordamos com César Paiva – um autor a que iremos nos referir mais adiante – segundo o qual a preocupação de Freyre também se dirigia ao problema da organização do Estado, do dinamismo de certos traços culturais de caráter nacional-popular, da relação entre intelectuais e povo, entre dirigentes e dirigidos. Assim, como propõe aquele autor, na sua visão culturalista da história, Freyre pensou os problemas que afetavam o projeto de construção de um sistema de hegemonia da classe burguesa industrial e urbana no Brasil.

Nessa dissertação, partimos do pressuposto segundo o qual a proposta de reforma social do projeto político de Gilberto Freyre, o desenvolvimento integrado como rurbanização, o Estado e os intelectuais são conclamados a assumir a condução das mudanças apresentadas como necessárias, evitando-se dessa forma os perigos decorrentes da mobilização popular. Segundo o mesmo Paiva, a transformação social seria entendida, para Gilberto Freyre, como um ato “administrativo”, resultado de uma política nacional, que conciliaria de forma “plástica” interesses de todas as classes, mas reservando a exclusividade do poder às mãos da elite brasileira. Esse processo de transformação social poderia ser compreendido no conceito de revolução conservadora, tal como expõe Barrington Moore e, mais especificamente, no de revolução passiva, de Antonio Gramsci.

Para melhor esclarecer nosso interesse nesse tipo de leitura de Gilberto Freyre, vejamos o primeiro, Barrington Moore, no seu livro já clássico intitulado *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia – Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno* (1983). Nele o autor constrói três tipos do que ele chama de “caminhos históricos principais, desde o mundo pré-industrial ao contemporâneo” (MOORE, 1983: 4) percorridos pela civilização rumo à modernidade. Estes três percursos seriam as chamadas revoluções burguesas clássicas, a via “capitalista e reacionária” de modernização e o comunismo. O nosso interesse fixa-se no segundo modelo, pois trata-se de uma forma de modernização “vinda de cima” e que alude mais ao tipo à qual pertence a modalidade de projeto político-social que estaria presente nos textos de Gilberto Freyre.

O conceito de modernização “capitalista e reacionária” de Moore aproxima-se do conceito gramsciano de Revolução Passiva¹. Optamos por apresentar o primeiro autor mais contemporâneo, pois acreditamos que, dessa forma, um complementa o outro na nossa tematização sobre a “modernização conservadora”.

A obra de Barrington Moore propõe uma explicação dos diversos papéis desempenhados pelas classes dominantes urbanas e rurais e pelos camponeses na transformação das sociedades agrárias em sociedades industriais modernas. Ou ainda, busca determinar o feixe de condições sociais segundo as quais os grupos rurais se tornaram forças importantes de apoio ao aparecimento das versões parlamentares ocidentais da democracia e das ditaduras, de direita e de esquerda, isto é, de regimes capitalistas e autoritários e comunistas (MOORE, 1983: 1).

O autor tipificou três vias de passagem do mundo pré-industrial ao mundo moderno, trilhadas por várias sociedades. O primeiro desses caminhos resultou nas revoluções burguesas, que países como a Inglaterra, França e Estados Unidos - na Revolução Puritana ou Guerra Civil Inglesa, na Revolução Francesa e na Guerra Civil Americana, respectivamente - marcaram sua transformação em modernas democracias industriais com registros de muita violência. Segundo Moore, uma característica-chave dessas revoluções foi o desenvolvimento de um grupo na sociedade com uma base econômica independente, o qual lhe permitiu liderar a revolução burguesa. As antigas classes oligárquicas ou passaram a defender o mesmo ideal burguês ou foram “varridos pelas convulsões da revolução ou da guerra civil”. “O mesmo se pode dizer dos camponeses. Ou o principal ímpeto dos seus esforços políticos coincidiu com o que se dirigia para o capitalismo e a democracia política, ou o movimento de tais classes não alcançou significado. E era insignificante porque o avanço do capitalismo destruía a sociedade rústica, ou porque esse avanço começava num país novo, tal como os Estados Unidos, sem um verdadeiro campesinato” (MOORE, 1983: 5). Moore acrescentava que esse primeiro e mais antigo caminho, a partir das grandes revoluções e guerras civis, levou à combinação do capitalismo e da democracia ocidental.

O segundo caminho também foi capitalista, mas, de acordo o autor, deu-se por formas autoritárias e resultou em fascismo já durante o século XX. Exemplos desse percurso histórico são os casos da Alemanha, Itália e Japão. Esse “caminho capitalista e reacionário” equivale a uma forma de revolução “vinda de cima”, sem a participação das camadas populares. Naqueles países, o impulso burguês era muito fraco. Se chegou a formar uma

¹ Gramsci emprega a expressão de Cuoco de Revolução Passiva para denominar uma revolução “sem Terror” ou uma “revolução sem revolução” (GRAMSCI, 2002: 63).

classe econômica, ela era débil e a revolução foi derrotada. No desenvolver da história, algumas frações de classes comerciais e industriais relativamente fracas apoiaram-se em estratos das classes antigas e ainda dominantes, principalmente as pertencentes ao campo, para levarem a cabo as alterações políticas e econômicas necessárias para uma sociedade industrial moderna sob regime semiparlamentar, experiências que acabaram desencadeando regimes totalitários, a exemplo do nazismo e fascismo.

O terceiro caminho da tipologia de Moore seria o caso do comunismo, exemplificado na história pela Rússia e China. As grandes burocracias agrárias desses países teriam inibido os impulsos comerciais e mais tarde industriais, com mais força do que nos outros casos estudados. Resultou que, em primeiro lugar, essas classes urbanas eram demasiada fracas para constituírem mesmo uma parte menor na modernização efetuada pelos países que tiveram encaminhamento modernizador reacionário ou mesmo franca ditadura de direita, no caso do nazismo e fascismo, embora já tivessem experimentado tentativas fracassadas nesse sentido. Além do atraso em relação ao moderno, nesses países manteve-se a existência do enorme aglomerado dos camponeses. À medida que o mundo moderno ia avançando sobre esta classe, ela mesma produziu a principal força revolucionária e destruidora que subverteria a ordem antiga mediante rebeliões e revoltas, lançando aqueles países na era moderna, nos moldes do comunismo.

Voltando ao segundo caminho, a Modernização Conservadora, apresentaremos algumas de suas características, segundo Barrington Moore. O capitalismo que se enraizou firmemente tanto na agricultura como na indústria e transformou esses países, aqueles estudados pelo autor: Alemanha, Itália e Japão, em países industriais, o fez sem o movimento revolucionário popular. A noção de que uma revolução popular violenta era, de certo modo, necessária para varrer os obstáculos feudais à industrialização se constitui em um erro, como observou Barrington Moore, e os cursos das histórias alemã e japonesa demonstraram essa outra alternativa, a modernização vinda de cima. Por outro lado, as conseqüências políticas da desestruturação da antiga ordem, feito de cima, são diferentes. À medida que prosseguiram com a modernização conservadora, estes governos tentavam preservar a estrutura social inicial, tentando estruturar a nova sociedade em bases tradicionais que seguravam a antiga sociedade, sempre que possível.

Uma importante medida para se constituir a modernização conservadora foi a racionalização da ordem política. O Estado precisou se resguardar de um aparato militar suficientemente forte para os desejos dos governantes se fizessem sentir na arena política tanto nacional como internacional. Foi preciso, também, instituir-se um sistema educacional

que “fabricasse” cidadãos dentro de um novo tipo de sociedade, como uma espécie de enquadramento moral que substituísse a lealdade religiosa para com a nova abstração, o Estado.

Assim, o Estado no curso da modernização conservadora não só destruiu a ordem antiga, como também estabeleceu novo ordenamento, com instituições da antiga ordem. Serviu de motor de acumulação industrial de diversos modos importantes, como também serviu de motor de acumulação do capitalismo primitivo, compilando recursos e dirigindo-se para a construção de fábricas. Dominou a mão-de-obra, transportando a população camponesa para os centros urbanos, fase necessária para a modernização de um país.

Foi necessária também uma chefia muito hábil capaz de arrastar os elementos reacionários menos receptivos, concentrados entre as classes superiores proprietárias, construindo uma máquina burocrática suficientemente poderosa, incluindo instituições de repressão: os militares e a polícia, libertando-se assim da influência, na sociedade, de pressões extremas reacionárias e populares ou radicais.

Ainda sobre a modernização conservadora de Barrington Moore, para finalizarmos, observamos que no conjunto, um governo conservador forte apresentava várias vantagens nítidas para o curso da modernização de um país sem o auxílio de uma classe revolucionadora. O Estado encorajava e controlava simultaneamente o desenvolvimento econômico. Além disso, ocupava-se também de que as classes inferiores, que acabavam por pagar os custos de todas as formas de modernização, não causassem muitos problemas na consolidação da nova ordem.

Partamos agora para o referencial conceitual de Gramsci, visando chegarmos ao tema da hegemonia e dos intelectuais no processo de modernização. A obra gramsciana desenvolvida após a prisão do autor em 1926 procura compreender as transformações ocorridas no mundo ocidental depois do colapso econômico que as sociedades capitalistas sofreram com a quebra da bolsa de valores em 1929. A importância desse acontecimento revela uma nova perspectiva na teoria marxista a respeito do Estado. Gramsci é o autor marxista a perceber que a reorganização da sociedade em crise, em suas bases culturais e ideológicas, é conduzida pelo Estado, o mesmo que irá estimular a reconstrução da economia capitalista. Compreende-se, assim, que a construção do social não responde diretamente às condições materiais impostas na infraestrutura, mas é possível uma nova ordem assegurada por forças não-materiais pertencentes ao mundo das idéias, ou seja, a “superestrutura”, conceito que Bobbio associa à noção de sociedade civil de Hegel.

O Estado para Gramsci passa a ser compreendido por duas esferas: a sociedade política (aparelho coercitivo), dimensão já realçada na teoria marxista clássica; e a sociedade civil (consenso). No Estado moderno, o poder não se legitima mais puramente a partir da dominação coercitiva; o Estado, em sentido lato, transforma-se em “hegemonia revestida de coerção” (GRAMSCI, 2004). Carlos Nelson Coutinho faz a seguinte caracterização dessas duas esferas: na sociedade política, o Estado é formado por um conjunto de mecanismos pelo qual a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, identificado nos aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executiva e policial-militar; a sociedade civil, no entanto, é formada por um conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias (ou concepções de mundo), compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1989: 76-77).

Já Norberto Bobbio, um dos clássicos comentaristas da obra gramsciana, identifica a sociedade civil, em Gramsci, como pertencente ao momento da superestrutura, isto é, sua compreensão ultrapassa a esfera das relações econômicas, alcançando as formas de organização social, espontâneas ou voluntárias, como as instituições que regulamentam a sociedade. Na relação entre as relações econômicas e ideológicas, Bobbio compreende que, em Gramsci, as ideologias tornam-se momento primário da história enquanto as primeiras passam a ser o momento secundário. Ou seja, as ideologias não são vistas mais apenas como justificação posterior de um poder cuja formação histórica depende das condições materiais, “mas como forças formadoras e criadoras de nova história, colaboradoras na formação de um poder que se vai constituindo, e não tanto como justificadoras de um poder já constituído”. (BOBBIO, 1999:62)

Nesse sentido, o papel ocupado pela ideologia é fundamental para a compreensão do conceito gramsciano de *hegemonia*. Nos *Cadernos do Cárcere*, o termo hegemonia é empregado com o significado de “direção política” e “direção cultural” (BOBBIO, 1999). A hegemonia gramsciana não visa apenas à formação de uma vontade coletiva capaz de criar um novo aparelho estatal e de transformar a sociedade, mas também à elaboração e difusão de uma nova concepção do mundo, funções delegadas à sociedade civil. Para tanto, a sociedade civil é permeada por aparatos sócio-institucionais, que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos de participação aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, “privados”) e que não se caracterizam pelo uso da coerção, mantendo-se relativamente autônomos em face da sociedade política, e possuindo algum

nexo com a elaboração e a difusão da cultura. Sendo assim, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social, não há hegemonia.

A hegemonia significaria, então, direção política e ideológica do grupo dominante não apenas no Estado. Coutinho lembra que a sociedade política é o aparelho da coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não entram em consenso espontâneo. Já a sociedade civil é responsável pela elaboração e divulgação de concepções de vida, ou ideologias.

No entanto, para se chegar à hegemonia, é preciso ter uma visão unitária do mundo, ou seja, a concepção de mundo de um determinado grupo tem de ser assimilado por outros grupos, tornando-se a ideologia amplamente aceita na sociedade. Essa afirmação, entretanto, não nega a possibilidade de que a ideologia (ou sistema de ideologias) das classes subalternas obtenha a hegemonia no interior de um ou de vários aparelhos hegemônicos privados, mesmo antes que tais classes tenham se tornado classes dominantes. Aliás, para Gramsci, um grupo social deve ser dirigente hegemônico antes mesmo de ter conquistado o poder governamental, pois esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder. A educação das massas, para a elevação de sua cultura, é um ato preliminar que serve de suporte à tomada do poder no modelo de revolução de Gramsci.

Assim, a preparação para a direção intelectual e moral da sociedade é absolutamente necessária ao grupo que deseja chegar ao poder e realizar uma revolução transformadora da ordem econômico-sócio-político. Este raciocínio não está formulado *a priori*, mas baseia-se em um modelo histórico de revolução burguesa clássica exemplificada pela Revolução Francesa, no qual um grupo dominante, a burguesia, toma o poder do Estado depois de ter-se preparado intelectualmente para exercer sua hegemonia, diretamente pela força (sociedade política), e indiretamente por uma condução intelectual e moral de todos os cidadãos (sociedade civil). Para Gramsci, uma classe dominante pode não ser dotada de prestígio econômico suficiente para fundar um Estado, e lhe falta prestígio intelectual sendo obrigada a recorrer a um outro grupo que possua capacidade intelectual e lhe permita fundar seu Estado. Não obstante, a transformação advinda dessa nova classe dominante não é absolutamente inovadora, pois serve-se de grupos dirigentes antigos responsáveis pela velha ordem institucional. A esta transformação Gramsci chama de Revolução Passiva, ou ainda, Revolução-Restauração (BUZZI, 1969).

A revolução passiva se caracteriza, dessa forma, por promover a transformação capitalista a partir do acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de

intervenção econômica do Estado. Em outras palavras, a revolução passiva pode ser compreendida como uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e anti-popular para a modernização do país (COUTINHO, 1989: 121).

O processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução burguesa clássica realizada com forte participação das camadas “de baixo”, jacobina, implica a presença de dois momentos: o da “restauração”, na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical “de baixo para cima”; e o da “renovação”, na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes (COUTINHO, 1989).

Gramsci, em uma passagem do texto chamado *Risorgimento*, explica o conceito de revolução passiva como “não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática. (...) O importante é aprofundar o significado que tem uma função como a do ‘Piemonte’ nas revoluções passivas, isto é, o fato de que um Estado substitui os grupos sociais locais, ao dirigir uma luta de renovação. É um dos casos em que estes grupos têm a função de ‘domínio’, e não de ‘direção’: ditadura sem hegemonia. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, não deste sobre outras forças para fortalecer o movimento, radicalizá-lo, etc., segundo o modelo ‘jacobino’” (GRAMSCI, 2002: 329-331).

Ou seja, Gramsci atribui ao Piemonte – uma região do norte da Itália – tomado como Estado, o papel de substituir as classes sociais em sua função de protagonistas dos processos de transformação, como na revolução burguesa clássica, e o de assumir a tarefa de “dirigir” politicamente as próprias classes economicamente dominantes. O resultado desse processo é que esses grupos têm a função de domínio a partir da coerção mediante o uso do exército, daí também o autor chamar esse caso de revolução burguesa como *ditadura sem hegemonia*.

No entanto, a ditadura sem hegemonia não significa que o Estado protagonista de uma revolução passiva possa resistir sem um mínimo de consenso. De outro modo, ele teria de utilizar sempre e apenas a coerção, o que, em longo prazo, tornaria impossível seu funcionamento. Para isso, o Estado tem meios de obter um consenso a partir do conceito de “transformismo”, isto é, o Estado obtém um mínimo de consenso na medida em que assimila e emite respostas a algumas das demandas dos grupos sociais derrotados na revolução. Ou seja, o transformismo é a assimilação pelo bloco no poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas.

No caso da revolução passiva da Itália, houve dois tipos de transformismos: o transformismo molecular, caracterizado pela incorporação individual de intelectuais da oposição à classe política presente no poder; e o outro momento do transformismo quando grupos radicais inteiros incorporam ao sistema de governo.

Assim, por mais que a tomada do poder passe por mãos repressivas, o consenso é imprescindível para que o novo grupo dominante se mantenha. Novamente, o intelectual para Gramsci é chamado para construir esses pontos de conciliação entre a demanda popular e a classe dominante. Por isso a importância do transformismo na realização da revolução passiva, transformismo definido por Gramsci quando o grupo que está no poder passa a cooptar intelectuais individuais, ou mesmo grupos inteiros, que estejam no lado oposto da disputa.

O intelectual, para Gramsci, assume papel de destaque como agente transformador, pois é ele o organizador do tecido social, o responsável pela hegemonia e pelo consenso, em suma, construtor de um novo “bloco histórico”². Em outras palavras, o intelectual em Gramsci é o unificador dos conceitos para criação de uma nova cultura, que não se reduz apenas à formação de uma “vontade coletiva”, capaz de adquirir o poder do Estado, mas também à difusão de uma nova concepção de mundo e de comportamento. As instituições privadas da sociedade civil como igrejas, escola, sindicatos, jornais, família e os velhos e novos movimentos sociais são as entidades formadoras de uma nova vontade e moral social.

É possível tentar uma aproximação do conceito de hegemonia de Gramsci e o papel que Gilberto Freyre atribui ao intelectual na transformação social, política, econômica e cultural da sociedade, como veremos na construção do pensamento, já quase no final, dessa dissertação. Antes, no entanto, apresentaremos no primeiro capítulo uma visão geral da obra freyriana, percorrendo os seus três principais livros, *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*, que remontam a história cultural da formação da sociedade brasileira, desde o período colonial até a República Velha.

A partir desse panorama geral, partiremos para o segundo capítulo no qual faremos um percurso por textos de Gilberto Freyre que apresentam uma visão do que lembra o conceito de “Revolução Conservadora”, já apresentado pelos dois teóricos do tema, Barrington Moore e Gramsci, nesta introdução, conceito que servirá de base para a chave de entendimento do quadro geral no qual Freyre expõe sua tese da Rurbanização.

² Gramsci integra ao marxismo o conceito de Sorel de “bloco histórico”, concebendo-o como a estrutura global, isto é, o conjunto de relações dialéticas e orgânicas que se estabelecem entre a estrutura econômica e a superestrutura (política e ideológica). (SCHERER-WARREN, 1983)

Finalmente, no terceiro capítulo, apresentaremos a idéia do autor de Rurbanização, enfocando tal tese no sentido de política social de desenvolvimento nacional, no qual Freyre retoma conceitos latentes em toda a sua obra, como o equilíbrio dos antagonismos, que concilia o moderno com o tradicional, encontrando uma saída genuinamente brasileira para os problemas nacionais advindos do problemático progresso urbano-industrial. Concentraremos nossa pesquisa em duas coletâneas freyrianas dedicadas ao tema da Rurbanização: *Rurbanização: Que é?* e *Brasil, Brasis e Brasília*.

Nas considerações finais da dissertação, faremos indicações da correlação entre os conceitos gerais da obra de Gilberto Freyre e a concretização desses conceitos na sua tese rurbana, de cunho reformador, ou seja, como política social.

I – CONSIDERAÇÕES SOBRE O SENTIDO DA OBRA DE GILBERTO FREYRE

1 – A UNIDADE DA OBRA FREYRIANA

Gilberto Freyre se tornou famoso como grande teórico do processo de formação da sociedade patriarcal e suas transformações a partir de livros que se tornaram referências para a compreensão da sociedade brasileira, tais como *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*. O mestre de Apipucos escolheu analisar a sociedade patriarcal pelas polarizações que marcaram o próprio processo de formação dessa sociedade. Tal característica marcou sua obra pela conciliação dos contrários, sentida nos próprios títulos escolhidos pelo autor, que indicam contrastes e oposições dialéticas.

Casa Grande & Senzala foi o primeiro livro do autor a ser publicado, em 1933, quando Freyre tinha 33 anos. Pode-se dizer que nesta obra se encontra as principais idéias que o autor iria desenvolver ao longo de sua vida intelectual. Na obra tida como fundadora de uma nova percepção de Brasil, Freyre estudou o complexo sociocultural que se construiu no Nordeste brasileiro baseado na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo. A relação entre a casa-grande e a senzala foi o *locus* onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro, no qual se encontravam os aspectos mais significativos da família e do caráter patriarcal associado à sociedade dos primeiros tempos de formação do Brasil.

Em *Sobrados e Mucambos*, de 1936, Freyre mostrou como se perderam os liames que permitiam ao patriarcado atuar decisivamente sobre a ordem social no Brasil. O tema do livro se concentrou nas mudanças que ocorreram no decorrer do século XIX, com a migração do poder das oligarquias familiares para o Estado, resultando no enfraquecimento de uma ordem rural e escravocrata depois da crescente centralização administrativa. Estávamos diante, na verdade, de uma peculiar revolução burguesa no Brasil que se fez sentir a partir da chegada do navio da família real no porto do Rio de Janeiro em 1808. A esse processo exógeno de modernização Freyre chamou de europeização, no qual os brasileiros revalorizaram seus hábitos e costumes, assimilando padrões estéticos e culturais de uma Europa que se industrializava e se modernizava.

Ordem e Progresso, publicado em 1959, por sua vez, é um livro dedicado ao processo de desintegração dessa mesma sociedade patriarcal e semipatriarcal no Brasil que se alterou sob o regime do trabalho livre, em quase meio século de transição da Monarquia para a República, entre as últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX. Nesta obra, Freyre esboçava, em continuidade com o pensamento do livro anterior, *Sobrados e*

Mucambos, críticas a esse processo de modernização que recebeu o Brasil sem respeito às suas especificidades, desvinculando o progresso simultâneo de campo e cidade. Nesse momento da sociedade brasileira, progresso, industrialização e urbanização confundiam-se como sinônimos um do outro. É nesse sentido que nosso autor preocupa-se em construir um novo modelo de modernização para o Brasil, no qual encontraremos idéias preliminares do que se constituiu seu projeto de *rurbanização*, tema da nossa dissertação. Em *Ordem e Progresso*, portanto, Freyre deixará algumas concepções do que ele entendia como uma revolução modernizadora para o Brasil, que iremos explorar com vagar ao correr da dissertação.

Por essas obras, concebidas como uma trilogia para a compreensão da sociedade brasileira, desde sua formação à contemporaneidade, podemos perceber a preocupação que Gilberto Freyre tinha com a perpetuação do tradicional na transformação modernizadora do país, pois acreditava que o equilíbrio da nossa sociedade estava ancorado no patriarcalismo. Para o autor, no surgimento da sociedade brasileira estaria intrínseco às relações patriarcais que teriam sobrevivido por quatro séculos em equilíbrio. A temática da conciliação com o passado foi importante no seu pensamento, pois, ao seu modo de ver, a exclusão social do país tinha sido resultante da modernização que o Brasil enfrentava desde a década de 1920. A nova aristocracia brasileira, nascida com a urbanização, teria perdido o sentido de harmonia e ambigüidade do passado patriarcal. Ela teria se tornado estetizada e excludente. Estetizada, porque rejeitava o passado multicultural em nome da modernização à européia; excludente, no sentido do distanciamento social dos negros e mestiços, na ausência da confraternização racial, da miscigenação. Uma sociedade que, dessa forma, abrisse as portas para o conflito social.

2 - CASA GRANDE & SENZALA

O livro de estréia de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, de 1933, garantiu ao autor renomado prestígio no meio intelectual brasileiro. O processo de consagração da obra deve ser entendido como pertencente a um debate conectado ao processo de construção de um novo padrão de dominação na sociedade brasileira. O modo de ser, agir e pensar “genuinamente brasileiro” contido na obra estava em pauta na sociedade ao tempo em que se gestava a nova modalidade de dominação. Assim, a conciliação das idéias básicas que existia entre a ideologia nascente e *Casa Grande & Senzala* fez desta obra uma espécie de visão

oficial da brasilidade, no qual o Brasil reconhecer-se-ia e seria reconhecido pelo mundo, rumo ao que se poderia chamar de “identidade nacional” (DE PAULA, 1990).

Gilberto Freyre, no primeiro prefácio de *Casa Grande & Senzala* (1933), escreveu que aprendera a se sensibilizar com as questões nacionais a partir de seu professor Franz Boas, e assim, escrevia ele, “era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação” (FREYRE, 2001: 45).

A obra de Freyre além de contribuir para a constituição da identidade nacional, trouxe novidades que a tornaram muito polêmica, caindo o livro no ostracismo durante a década de sua publicação, ressurgindo como uma obra clássica a partir dos anos de 1940. Essas novidades podem ser relacionadas em três aspectos, segundo Silvana Gonçalves De Paula:

- 1) preocupação com a realidade brasileira, aderindo a uma tendência nacional que surgira depois do movimento armado de 1930 que voltava seus interesses às causas brasileiras. Antes de 1930, José Américo de Almeida publicara *A Bagaceira*, abrindo uma nova fase no romance brasileiro que retomava as questões internas.
- 2) Freyre trazia em *Casa Grande & Senzala* uma filiação a proposta de “história íntima” ainda não familiarizada como princípio metodológico à entrada da reflexão sobre a realidade social, no caso a brasileira. Gilberto Freyre, assim, ficou reconhecido como o precursor do que mais tarde ficou conhecido como “história das mentalidades”. Nesse desdobramento, o interesse pela vida sexual como parte do cotidiano, objeto de estudo privilegiado pela “história íntima”, fez com que o livro fosse incluído no rol das obras *chulas e imorais*.
- 3) O outro aspecto da novidade de *Casa Grande & Senzala* foi seu estilo anti-retórico que conquistou leitores pela fluidez de seu texto, quase em forma de romance. Antes de Freyre, os livros de ensaístas de peso, historiadores ou sociólogos, eram textos difíceis que se afastavam da compreensão do grande público.

Casa Grande & Senzala tem um caráter etnográfico, no qual seu conteúdo descritivo se propõe a explicar um contexto sociocultural novo, autônomo e singular como o do engenho de açúcar pernambucano.

No texto de Adriano Moreira, *O Teórico da Sociedade Civil*, escrito em razão da morte de Gilberto Freyre, o autor defendia a idéia de que Freyre seria “um dos maiores teóricos da sociedade civil, numa época mundialmente, e brasileiroamente, e lusotropicalmente marcada por uma cadeia ininterrupta de revoluções políticas” (MOREIRA, 1988: 33). O argumento de Moreira se baseava na concepção de sociedade civil como um amálgama que se

constituiu a partir do fenômeno da colonização moderna, no qual a soberania ocidental se impôs como modelo às regiões do mundo, sendo absorvido por uma “vida civil aborígine definida por um sistema cultural que se amoldava, obrigado, às exigências de um ambiente que mudava sem a sua intervenção ativa” (MOREIRA, 1988: 34). Isso se deu em parte como resultado da política de povoamento e deslocamento intercontinental de populações heterogêneas ao lado do processo de imposição da soberania, obrigando esse novo contingente populacional, agregado em condições físicas iguais, a se constituir como uma nova sociedade civil, ganhando afeição, especificidade, consistência muito largamente à margem das contingências do poder político, cujas lutas e evoluções não afetavam globalmente a gestação da nova comunidade. Assim, os seus quadros, seus valores específicos, as suas instituições privativas nasceram e se desenvolveram com a cautela da obediência, o que significava agir sem disputar a liberdade da participação do processo político, viabilizando, dessa forma, a construção de uma nova forma de subsistir, viver e continuar (MOREIRA, 1988: 35).

O processo pelo qual essa nova sociedade procurava subsistir e se reproduzir foi marcadamente contrário a uma revolução. Ela se caracterizaria, na verdade, como uma ressurreição depois de um cataclismo que reduzira o “passado de cada homem vivo a uma lenda sem prova, e o conjunto de todos a um grupo sem projeto de futuro próprio que identifica as comunidades: nem idéia de império, nem idéia de religião geral, nem idéia de país, nem idéia de aldeia, nem sequer idéia de família. Quanto mais idéia de liberdade política, ou mesmo de liberdade civil, em face da servidão e forças desconhecidas que lhes anulavam, da experiência pessoal e disponível, tudo aquilo que constituía o seu processo de integração social originário, deixando-os ignorantes até do lugar onde tinham as raízes cortadas” (MOREIRA, 1988: 36). Logo, tratava-se de um aglomerado de homens sem regras, desprovidos de conceito social, salvo o constrangimento exógeno que os obrigava a ser um grupo uniforme a variáveis que não podiam alterar.

Nesse sentido, a contribuição de Gilberto Freyre havia sido o de resgatar, a partir do seu inovador método de pesquisa, os restos de memórias que foram capazes de reconstruir uma nova cozinha, agricultura, vestuário, higiene, ou seja, reconstruíam uma nova forma de sobreviver e de se reproduzir, constituindo, assim, uma nova economia e cultura. Freyre “viu a nova sociedade com as suas solidariedades e dependências, como um todo unido por uma maneira nova de estar no mundo, uma nova maneira que se traduziu em famílias híbridas não previstas em códigos nem nas doutrinas éticas, na solidariedade dos grupos pelas miscigenação niveladora de diferenças sociais, na justiça exercida sem poder político, nas

práticas religiosas de salvação que multiplicaram os ritos, na marcha de uma espécie de democracia civil adaptada à vida social de novo organizada: democracia porque baseada na igual dignidade das etnias, dos cultos, dos modelos culturais” (MOREIRA, 1988: 38).

Nessa primeira obra, no qual o sociólogo pernambucano estudou a sociedade patriarcal constituída nas novas terras do trópico a partir da primeira expedição colonizadora, em 1532, até a chegada da família real no Brasil, em 1808, podemos pensar em Gilberto Freyre como o teórico da sociedade civil que aqui se formava. Depois, como veremos ao longo do capítulo, criamos algumas objeções à idéia de Adriano Moreira.

Mas, a princípio, concordando com esse autor, na etnografia feita por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, o nosso sociólogo-antropólogo recebeu forte influência de seus professores em Colúmbia, Estados Unidos. O mais célebre deles, já o citamos mais acima, foi o antropólogo Franz Boas que, segundo o próprio Freyre, foi quem o ensinou a “considerar fundamental diferença entre *raça e cultura*; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio” (FREYRE, 2001: 45). Nesse sentido, *Casa Grande & Senzala* rompeu com todo um passado intelectual que privilegiava os estudos de raça e de darwinismo social para explicar o atraso brasileiro em relação à modernização européia e americana.

Ricardo Benzaquem de Araújo, em seu clássico estudo sobre a obra de Freyre, *Guerra e Paz*, de 1993, alude a uma peculiar noção neo-lamarckiana de raça explorada em *Casa Grande & Senzala*. Essa particular idéia de raça exigiria a mediação do meio físico, enquanto elemento adaptador capaz de incorporar, transmitir e herdar características culturais. Raça, dessa forma, seria antes um produto, um efeito, do que causa da combinação entre meio e cultura. Raça seria uma transformação cultural modificada e adaptada ao meio. Por um lado, essa nova concepção, dado o compromisso biológico que ela implica, acabava por se desviar do puro legado de Franz Boas, mas não implicava, por outro lado, em qualquer adesão às formas de hierarquia racial típicas do racismo científico dominantes no meio intelectual brasileiro que Freyre acabava por romper.

Um outro aspecto revolucionador de Freyre na sua obra foi o espaço dado ao negro. Em seu livro, ao analisar a formação da sociedade brasileira, Freyre dividiu-o em cinco capítulos: um introdutório, no qual o autor relacionava as tendências gerais da colonização portuguesa; um sobre a contribuição indígena; um outro sobre a contribuição branca; e, finalmente, dois capítulos sobre a contribuição do negro. Sobre este grupo, Freyre escreveu 204 páginas de um livro de 517 páginas, ou seja, 39,4% do mesmo (ANDRADE, 2002). Essa permissão do negro na literatura brasileira ocorria no mesmo período em que estudiosos da

formação nacional defendiam a idéia de que o Brasil era um país europeu transplantado para o trópico e procuravam, dessa forma, esconder a influência africana na formação da sociedade brasileira. No centro desses debates foi inserido as reflexões freyrianas contrárias às posições de inferioridade da raça negra, contestando até antropólogos de prestígio na época como Nina Rodrigues. Freyre afirmava que o que se apresentava como defeito e inferioridade do negro não era consequência da raça, da origem étnica, mas da formação social, da escravidão. Sua frase, “não há escravidão sem depravação”, debitava da condição de negro para atribuir à condição de escravo características tais como o erotismo, a luxúria, a depravação, de que tantos autores acusavam os negros. Assim, os “vícios” que existiam na senzala deviam ser atribuídos ao senhor da casa grande que os favorecia, tanto para seu gozo como para render mais à sua propriedade (FREYRE, 2001).

No entanto, uma das críticas feitas por Darcy Ribeiro na apresentação de *Casa Grande & Senzala* diz respeito à falta de referências ao negro “multitudinário, comum, ordinário”, o negro-massa que foi o principal contingente trabalhador do Brasil. Nos relatos sobre os negros, Gilberto se ocupava de escravos que se branqueavam, ou seja, aqueles que assimilavam a cultura européia mais facilmente, seja pela cristianização, pelo aprendizado da língua portuguesa, ou por qualquer outro artefato que beneficiava os senhores, que os traziam para dentro da casa grande e, por isso, tais negros podiam desfrutar de privilégios maiores que aqueles que permaneciam na senzala. Assim, a crítica de Darcy Ribeiro se refere à generalização que fez Freyre ao transportar para a realidade do conjunto aquilo que só esteve presente em alguns casos, nos quais a relação social entre senhores e escravos foi menos tensa e mais “doce”.

Benzaquem de Araújo, no entanto, percebe uma especificidade da escravidão brasileira descrita por Freyre: ela era violenta como qualquer escravidão, mas, ao contrário da escravidão na Grécia antiga, por exemplo, ela admitia proximidade e influência recíproca entre as culturas dominantes e dominadas. O argumento de Freyre era de que o negro, ao se relacionar tão intimamente com a família do, e o próprio, senhor de engenho, desde as brincadeiras de criança ao intercuro sexual, materializava sua influência e abria brechas para a comemorada democracia racial propagada pelo autor em *Casa Grande & Senzala*.

Ao mesmo tempo que encontramos inúmeras passagens na obra da louvada confraternização entre negros e brancos, também descobrimos outras numerosas passagens que traziam explicitamente o grau de violência inerente ao sistema escravocrata, violência que chegava a alcançar os parentes do senhor, mas que na maioria das vezes se destinava aos

escravos: “senhores mandando queimar vivas, em fornalhas de engenho, escravas prenhes, as crianças estourando ao calor das chamas” (FREYRE, 2000: 50).

Como, nessas condições, poderia haver uma visão freyriana essencialmente harmônica do relacionamento estabelecido entre senhores e escravos no Brasil colonial? Benzaquem de Araújo ressalta a importância da acentuada heterogeneidade característica da colonização portuguesa, apontando basicamente para a ativa contribuição de diversos e antagônicos grupos sociais na montagem da sociedade brasileira. Assim, o relativo louvor feito por Freyre da particularidade seria, portanto, incapaz de pensar a totalidade (ARAÚJO, 1993: 57). E mais, a harmonia estabelecida na sociedade brasileira desde os tempos coloniais estaria assentada justamente no equilíbrio dos pares antagônicos, como ilustrou Gilberto Freyre em sua obra:

“Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o paria. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo” (FREYRE, 2000: 125).

O equilíbrio desses antagonismos também era estabelecido pelo que Benzaquem de Araújo denominou de *hybris*, que vinha do grego com a semântica de exagero. A sociedade colonial era assentada no excesso, predominando-se a irracionalidade e o furor típico da paixão, que convertia a casa-grande e sua patriarcal família em um cenário de rivalidades e desejos, oferecendo dessa forma certa confraternização àquele sistema.

A referida sociedade harmônica miscigenada contava antes, porém, com um elemento de raízes já plásticas, capaz de se adaptar e interagir com qualquer outro meio que não fosse o seu habitat natural: o português. Ele próprio não era mais um branco “puro”, mas sim um personagem híbrido, resultado de um amálgama iniciado antes, muito antes do seu desembarque no continente americano (ARAÚJO, 1993: 43). A própria localização geográfica de Portugal, situado em uma das fronteiras da Europa, rota de passagem para a África e, por isso, cenário de um enorme número de cruzamentos étnicos e culturais, iria caracterizar os seus habitantes. Freyre nos oferece uma descrição pormenorizada dos movimentos dos mais diversos povos que, desde a pré-história até a ocupação moura,

converteram a Península Ibérica e em especial a sua face lusitana em um local de intensos encontros, contatos nem sempre pacíficos, mas ainda assim capazes de produzir mútuas e duradouras influências. Citemos o próprio Freyre para ilustrar o tema proposto por Benzaquem de Araújo:

“A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a européia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval; tirando os ossos ao Cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando mas sem governar; governando antes a África” (FREYRE, 2001: 80).

Seria, então, o português a figura do contemporizador por excelência e este traço consistiria no principal elemento para o sucesso da colonização brasileira: a plasticidade, conceito que condensaria as três características inatas do português - mobilidade, miscibilidade e aclimatabilidade - propiciando a extraordinária influência da cultura negra nos costumes, língua, religião e, especialmente, uma forma de sociabilidade entre desiguais que misturava cordialidade, sedução, afeto, inveja, ódio reprimido e praticamente todas as nuances da emoção humana. Comentava Freyre:

“Figura vaga, falta-lhe o contorno ou a cor que a individualize entre os imperialistas modernos. Assemelha-se nuns pontos à do inglês; noutros à do espanhol. Um espanhol sem a flama guerreira nem a ortodoxia dramática do conquistador do México e do Peru; um inglês sem as duras linhas puritanas. O tipo do contemporizador. Nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis” (FREYRE, 2001: 255).

Deslocando-se com rapidez, deitando-se com qualquer raça e aceitando todos os climas, o português realizava a proeza de não só se multiplicar e assegurar a sua presença nas mais distantes regiões do planeta, mas também de permeá-lo a partir de um tipo singular de colonização, baseada em um íntimo contato com as terras e os povos por ele conquistados. Seria este o elemento de principal singularização da colonização brasileira: a proximidade,

que se fez principalmente pelo intercuro sexual entre senhores e escravos, senhores e índios, índios e escravos. No que tange à miscibilidade dos portugueses, Freyre argumentava que tal característica foi essencial para que esse povo conseguisse driblar a escassez de homens para povoar uma terra de extensões gigantescas como a do Brasil.

“Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Para tal processo preparara-os a íntima convivência, o intercuro social e sexual com raças de cor, invasora ou vizinha da Península, uma delas, a de fé maometana, em condições superiores, técnicas e de cultura intelectual e artística, à dos cristãos louros” (FREYRE: 2001: 83-84).

Outro elemento central para entendermos o singular processo de colonização brasileira foi a iniciativa de particulares estruturados familiarmente, e não de uma instituição oficial, para povoar e construir benfeitorias neste território. A partir de 1532, a colonização portuguesa no Brasil se fez sentir pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural.

“A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar” (FREYRE, 2001: 92).

Por esse aspecto fica fácil compreender o status e o poder que os senhores de engenho recebiam dentro do seu potentado. Para Portugal poder solucionar o problema de como colonizar terras gigantescas à distância, delegou tarefas a particulares, antes estimulando do que coibindo o privatismo e a ânsia de posse. Longe da corte, esses senhores eram soberanos dentro do seu território, donos de tudo aquilo que pertencia ao cenário do engenho, de benfeitorias a vida dos seus escravos e até mesmo de filhos e esposa. Seu poder ultrapassava ao da Igreja Católica, estando os clérigos na verdade subordinados aos senhores de engenho, que construíam sua paróquia e sua residência dentro do domínio dos engenhos. O

patriarcalismo para Freyre se caracterizaria, assim, pelo fato de que não existiam limites à autoridade pessoal do senhor de terras e escravos. Não existia justiça superior a ele, como em Portugal foi o caso da justiça da Igreja, que decidia em última instância querelas seculares; não existia também poder policial independente que lhe pudesse exigir cumprimentos de contrato, como no caso de dívidas impagáveis de que falava Freyre, não existia também poder moral independente, uma vez que a capela era uma mera extensão da casa-grande. O autor comentava o assunto na seguinte passagem:

“No Brasil, a catedral ou a igreja mais poderosa que o próprio rei seria substituída pela casa-grande de engenho. Nossa formação social, tanto quanto a portuguesa, fez-se pela solidariedade de ideal ou de fé religiosa, que nos supriu a lassidão de nexos político ou de mística ou consciência de raça. Mas a igreja que age na formação brasileira, articulando-a, não é a catedral com o seu bispo a que se vão queixar os desenganados da justiça secular; nem a igreja isolada e só, ou de mosteiro ou abadia, onde se vão acoitar criminosos e prover-se de pão e restos de comidas mendigos e desamparados. É a capela do engenho. Não chega a haver clericalismo no Brasil. Esboçou-se o dos padres da Companhia para esvaír-se logo, vencido pelo oligarquismo e pelo nepotismo dos grandes senhores de terras e escravos” (FREYRE, 2001: 260).

No final do primeiro capítulo de *Casa Grande & Senzala*, Freyre fornecia uma interessante chave explicativa social-psicológica do patriarcalismo brasileiro. Jessé Souza observou que nosso autor retirava todas as conseqüências do fato de que a família era a unidade básica, dada a distância do Estado português e de suas instituições, da formação brasileira e interpretava o drama social da época sob a égide de um conceito psicanalítico: o sadomasoquismo. O caráter autárquico do domínio senhorial condicionado pela ausência de instituições acima do senhor territorial imediato não propiciaria a constituição de freios sociais ou individuais aos desejos primários de sexo, agressividade, concupiscência ou avidez. As emoções vividas em suas reações extremas eram expressas diretamente, e a convivência de emoções contrárias em curto intervalo de tempo era um fato natural (SOUZA, 2000: 227). A sociedade colonial brasileira era, na verdade, um caso limite de sociedade, no qual a ausência de instituições intermediárias fez com que o elemento familístico fosse o seu componente principal. Jessé Souza observava, então, que o drama específico da forma societária que constitui o Brasil a partir de 1532 pôde ser descrito a partir de categorias sociais patológicas cuja gênese apontava para as relações sociais ditas primárias. Assim, a gênese da formação da sociedade brasileira repousava no sentido de uma patologia social específica, na qual a dor

alheia, o não-reconhecimento da alteridade e a perversão do prazer transformavam-se em objetivo máximo das relações interpessoais.

A sociedade cultural e racialmente híbrida descrita por Freyre não significou de modo algum a igualdade entre as raças e culturas. Houve domínio e subordinação sistemática, melhor ou pior em alguns casos; houve perversão do domínio no conceito limite do sadismo, como observou Jessé Souza. Caracterizou-se, assim, uma sociedade longe do conceito idílico ou róseo, como costuma apontar a crítica em relação à obra de Freyre. Foi sádica a relação do senhor com as mulheres indígenas, africanas, e com suas próprias mulheres. Foi sádica também a relação do senhor com os próprios filhos, os seres que mais sofriam e apanhavam depois dos escravos, descrição feita por Freyre ao longo do capítulo V de *Casa Grande & Senzala*.

A partir dos elementos do sadismo e da proximidade, já discutido anteriormente, Jessé Souza lançou mão do seu argumento sobre a formação social brasileira em *Casa Grande & Senzala*. Segundo esse autor, o próprio conceito de sadomasoquismo implicava uma proximidade e alguma forma de intimidade. Intimidade do corpo e distância do espírito, diria ele, mas de qualquer modo proximidade (SOUZA, 2000: 231). E grande parte da relação entre senhores brancos e escravos negros foi realizada sob essa forma de contato íntimo. No entanto, Freyre referia-se, simultaneamente, a uma proximidade confraternizadora entre os indivíduos de culturas dominante e dominada. Para Jessé Souza, entraria no argumento freyriano a extensão da família poligâmica, de origem moura, precisamente para explicar esse outro tipo de comunicação social entre os desiguais.

A família poligâmica maometana teria uma característica muito própria em assimilar, trazer para o seio da família aqueles filhos da ligação de árabe com a mulher escrava que adotava a fé, os rituais e os costumes do seu pai. Na versão brasileira, a aplicação desse princípio cultural estaria na aceitação e legitimação dos filhos bastardos que em testamentos eram aceitos como socialmente iguais, ou quase iguais, aos filhos legítimos. Essa discussão seria estendida no próximo livro de Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, o qual iremos nos ocupar mais adiante, nesse mesmo capítulo da dissertação. Mas já em *Casa Grande & Senzala*, Freyre daria menção às enormes famílias polígamas formadas também por filhos naturais e ilegítimos, os quais, não sendo nem senhores nem escravos, seriam já uma protoclasse média naquela sociedade tão radicalmente dividida em pólos antagônicos (SOUZA, 2000: 231).

A proteção do manto paterno dependia necessariamente do arbítrio do patriarca, constituindo-se em uma forma pessoalíssima de protetorado. O leque de possibilidades ia

desde o reconhecimento privilegiado de filhos ilegítimos ou naturais em desfavor dos filhos legítimos, exemplificado por Freyre em numerosos casos de divisão de herança, até a total negação de responsabilidade paterna nos casos dos pais que vendiam os filhos ilegítimos. Nesse sentido, Freyre transformava a dependência pessoal em relação ao patriarca em familismo (SOUZA, 2000: 232).

A expressão desse sadismo no patriarcalismo foi visto mais adiante, em *Sobrados e Mucambos*, na versão do mandonismo, na qual a esfera privada invadia a esfera pública, inaugurando uma forma genuinamente brasileira de lidar com as noções de público e de privado.

Jessé Souza observou que, do ponto de vista do patriarca, existia, também, uma série de motivos racionais para aumentar na maior medida possível seu raio de influência por meio da família poligâmica. Existia toda uma gama de funções de confiança no controle do trabalho e caça de escravos fugitivos, além de serviços militares em brigas por limites de terra e outros que seriam melhor exercidas por membros da família ampliada do patriarca. Além dos motivos econômicos e políticos que favoreciam o familismo patriarcal rural brasileiro, tínhamos também uma interessante forma religiosa familiar. Havia uma impressionante familiaridade entre os santos e os homens, cumprindo os primeiros funções práticas dentro da ordem doméstica e familiar. Nesse contexto, o culto aos santos confundia-se também com o culto aos antepassados, conferindo ao familismo um sistema próprio de base simbólica (SOUZA, 2000: 234).

A família, nesse sentido, era o mundo e até, em grande medida, o além-mundo. Além da base econômica e política material, o catolicismo familiar lançava os fundamentos de uma base imaterial e simbólica referida às suas próprias necessidades de interpretar o mundo a partir do seu ponto de vista típico e local. Jessé Souza defendia a idéia de que o patriarcalismo familiar rural e escravocrata de Freyre envolvia a definição de uma instituição total, no sentido de um conjunto articulado no qual as diversas necessidades ou dimensões da vida social encontravam uma referência complementar e interdependente (SOUZA, 2000: 234).

Dessa forma, como conclusão da interpretação de *Casa Grande & Senzala*, Jessé Souza via que o componente sadomasoquista se constituía na medida em que inclinações pessoais do patriarca, com um mínimo de limitações externas materiais ou simbólicas, decidiam em última instância sobre a amplitude do núcleo familiar e como, a quem e em que proporções seriam distribuídos seu favor e proteção.

O argumento que Jessé construiu foi estendido à próxima obra de Freyre, *Sobrados e Mucambos*, no qual toda a questão do familismo se complexificou na passagem do patriarcalismo rural para o urbano, assumindo uma nova forma de mandonismo. Nossa revolução burguesa, como será esboçado logo adiante, não se fez no molde clássico francês, mas de forma peculiar, ajustando-se as suas especificidades e dando um tom genuinamente brasileiro a modernidade que se instaurava na antiga colônia.

3 - SOBRADOS E MUCAMBOS

Publicado somente três anos após *Casa Grande & Senzala*, em 1936, *Sobrados e Mucambos – Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano* foi o segundo volume de “Introdução à história da sociedade patriarcal do Brasil”, para dar continuidade aos estudos de Freyre sobre a formação da sociedade patriarcal brasileira, compreendida desde a primeira expedição colonizadora, em 1532, até a terceira década da Primeira República. O material de pesquisa de *Sobrados e Mucambos* havia sido recolhido junto ao de *Casa Grande & Senzala* no exílio do autor em Portugal. Ambos os livros foram pensados concomitantemente, dentro de um mesmo critério e da mesma técnica de estudo, um servindo de complemento ao outro e, por isso, recebendo *Casa Grande & Senzala* inúmeros anúncios do próximo livro quando certos assuntos ficavam irresolvidos nesse primeiro. Ficou reservado ao segundo livro da trilogia ocupar-se das transformações ocorridas na sociedade brasileira com a chegada da família real ao Brasil até o ano de 1900.

Jessé Souza, em seu livro *A Modernização Seletiva*, propõe que a questão central de *Sobrados e Mucambos* seria a “ambigüidade” cultural brasileira a partir do embate entre a tradição patriarcal e o processo de “ocidentalização” permitido pela influência da Europa “burguesa”, e não mais portuguesa, que tomou de assalto o país no século XIX. Tal processo seria percebido pela crítica como “mudança de hábitos” de vestir, de leitura, de consumo em geral. O brasileiro havia se transvestido em civilizado como se o fizesse para “inglês ver”. Jessé, no entanto, argumenta que essa transformação imergiu em um processo nada artificial, efetivando de fato a modernização brasileira (SOUZA, 2000: 213). Iremos nos apoiar na leitura alternativa desse autor para analisarmos *Sobrados e Mucambos* na ótica de um país que se aburguesou a partir do século XIX com o fenômeno da “europeização”.

Freyre iniciou sua análise a partir da chegada da família de D. João VI e de todo o aparato burocrático da administração imperial nos portos do Rio de Janeiro, em 1808. A vinda da família real portuguesa veio consolidar no Brasil um período de franca modernização,

marcando a decadência do patriarcado rural brasileiro e a ascendência da cultura citadina no país. Os senhores de engenho antes tão senhores de si, verdadeiros donos de seu próprio reinado representado pelo engenho e pela casa grande, com a presença da Coroa tinham agora a quem obedecer e perdiam, pois, seu potentado. Ilustramos essa idéia em uma passagem de Freyre em sua obra:

“A presença no Rio de Janeiro de um príncipe com poderes de rei; príncipe aburguesado, porcalhão, os gestos moles, os dedos quase sempre melados de molho de galinha, mas trazendo consigo a coroa; trazendo a rainha, a corte, os fidalgos para lhe beijarem a mão gordurosa mas prudente, soldados para desfilar em dia de festa diante do seu palácio, ministros estrangeiros, físicos, maestros para lhe tocarem música de igreja, palmeiras-imperiais a cuja sombra cresceriam as primeiras escolas superiores, a primeira biblioteca, o primeiro banco; a simples presença de um monarca em terra tão republicanizada como o Brasil, com suas rochelas de insubordinação, seus senhores de engenho, seus mineiros e seus paulistas que desobedeciam o rei distante, que desrespeitavam, prediam e até expulsavam representantes de Sua Majestade (como os senhores de Pernambuco com o Xumbergas); que já tinham tentado se estabelecer em repúblicas; a simples presença de um monarca em terra tão antimonárquica nas suas tendências para autonomias regionais e até feudais, veio modificar a fisionomia da sociedade colonial; alterá-la nos seus traços mais característicos.

Uma série de influências sociais – principalmente econômicas – algumas anteriores à chegada do príncipe mas que só depois dela se definiram ou tomaram cor, começaram a alterar a estrutura da colônia no sentido do maior prestígio do poder real. Mas não só do poder real – que se avigorou, mesmo nas mãos moleironas de D. João; também das cidades e das indústrias ou atividades urbanas. Também estas se avigoraram e ganharam maior prestígio” (FREYRE, 2003: 105-106).

A descoberta do ouro e o desenvolvimento da indústria das minas, que exigiam da Coroa uma intervenção mais direta nos negócios no Brasil, já vinham preparando o ambiente para uma maior centralização do governo e o fortalecimento do poder real. No entanto, foi somente com a chegada de D. João VI que se acentuou o desprestígio da aristocracia rural, pondo fim à tolerância com os devedores sempre em atraso. Os senhores de terras foram se tornando cada vez mais dependentes de intermediários e, depois, de bancos. Nessa passagem, os novos defensores da ordem passavam a ser os grandes do comércio e da indústria. O preconceito contra as atividades comerciais perdera seu impulso, tendo na verdade um grande incentivo da corte, pois desde o século XVIII os reis de Portugal vinham prestigiando os

mascates e negociantes contra os excessos de poder dos senhores de terra. E no século XIX, era a própria imprensa brasileira que se manifestava glorificando comerciantes e industriais, aos quais se atribuía importante função na vida do Brasil. A valorização dessas novas figuras da economia e da sociedade ainda patriarcais e já burguesas era representada pela concessão de títulos de nobreza imperial aos industriais e comerciantes que, não raras vezes, tinham começado como simples caixeiros viajantes (FREYRE, 2003). Assim, o poder do patriarca foi declinando à medida que cresceram outras instituições, colocando contrapesos à sua influência.

No entanto, os processos econômicos e políticos que provocaram a transformação econômica e social do patriarcado rural em urbana só o fizeram muito lentamente. Ou seja, o drama da desintegração do poder, por algum tempo quase absoluto, do *pater famílias* rural, no Brasil, não foi tão simples; nem a ascensão da burguesia tão rápida (FREYRE, 2003: 123). Essa época de transição do poder político, econômico e cultural do campo para a cidade foi também, em vários sentidos, a época do campo *na* cidade. A representação material dessa transformação buscamos nas edificações habitacionais que, segundo Freyre, seria uma das influências sociais que atuavam mais poderosamente sobre o homem (FREYRE, 20003: 269). De início, a casa-grande urbana, o sobrado, foi sociologicamente quase extensão do domínio rural:

“Com os mesmos modos derramados, quase com as mesmas arrogâncias, da casa de engenho ou de fazenda: fazendo da calçada, picadeiro de lenha, atirando para o meio da rua o bicho morto, o resto de comida, a água servida, às vezes até a sujeira do penico. A própria arquitetura do sobrado se desenvolvera fazendo da rua uma serva: as biqueiras descarregando com toda a força sobre o meio da rua as águas da chuva; as portas e os postigos abrindo para a rua; as janelas – quando as janelas substituíam as gelosias – servindo para os homens escarrarem na rua” (FREYRE, 1981: XLIII).

O sistema casa-grande e senzala havia sido, segundo Freyre, em alguns pontos, “uma quase maravilha de acomodação: do escravo ao senhor, do preto ao branco, do filho ao pai, da mulher ao marido” (FREYRE, 1981: XLI). O declínio do patriarcado rural e o desenvolvimento das cidades e das indústrias provocaram uma ruptura daquele modelo de acomodação, criando novas formas de subordinação, novas distâncias sociais entre as classes, raças e modos de vida. Os antagonismos se acentuaram; o equilíbrio entre brancos de sobrado e pretos, caboclos e pardos livres dos mucambos não seria o mesmo que entre os brancos das velhas casas-grandes e os negros das senzalas.

Por outro lado, a urbanização também representou uma mudança lenta, mas fundamental, na forma do exercício patriarcal: ele deixou de ser familiar e libertou-se da figura do patriarca, passando a assumir formas impessoais, como a estatal representada pela figura do Imperador, aquele pai de todos, especialmente dos mais ricos e dos enriquecidos na cidade: os comerciantes e financistas (SOUZA, 2000: 238). O Estado, assim, ao mesmo tempo que minava o poder pessoal pelo alto, penetrando na própria casa do senhor, modificava todo o sistema de reprodução desse poder ao capturar os filhos do antigo patriarcado, educados em escolas brasileiras e muitas vezes européias, e transformando-os em burocratas, juízes, fiscais, juristas, etc., todos eles indispensáveis para as novas funções do Estado.

A autoridade patriarcal, limitada à sua própria casa depois da chegada da família real, ainda não havia recebido seu golpe de morte. A verdadeira mudança estrutural e “democrática” ainda estava por vir. Em *Sobrados e Mucambos*, essa transformação recebe o nome de “europeização”, ou seja, o Brasil antes marcadamente oriental transformava-se em ocidental (SOUZA, 2000). Para Gilberto Freyre, essa europeização impôs uma série de atitudes morais e de padrões de vida que, espontaneamente, não teriam sido adotados pelos brasileiros. Desse modo, as mudanças sociais ocorridas no sistema patriarcal no século XIX não foram atribuídas somente à diferenciação interna do sistema econômico e social, mas também a impulsos transformadores vindos de fora, da Europa que se aburguesava e se industrializava.

A europeização do Brasil implicou na substituição das cores vivas que davam um tom oriental à paisagem social pelas cores do ferro e do carvão. Freyre chamava a atenção para a rapidez com que o preto e o cinza nos atingiram:

“A sobrecasaca preta, as botinas pretas, as cartolas pretas, as carruagens pretas enegresceram nossa vida quase de repente; fizeram do vestuário, nas cidades do Império, quase um luto fechado. Esse período de europeização da nossa paisagem pelo preto e pelo cinzento – cores civilizadas, urbanas, burguesas, em oposição às rústicas, às orientais, às africanas, às plebéias – começou com Dom João VI; mas acentuou-se com Dom Pedro II” (FREYRE, 1981: 312).

Modificava-se, assim, os hábitos de se vestir no sentido de uma imitação mais passiva de trajes e panos grossos, quentes, fabricados para países de temperatura baixa, “mas que estava no interesse do novo industrialismo europeu sobre bases capitalistas, e portanto

estandardizador e uniformizador dos costumes e trajes, estender às populações tropicais. Ânsia de mercado” (FREYRE, 1981: 313).

Freyre chamou a atenção para a influência decisiva dos interesses comerciais e industriais do imperialismo inglês, mudando hábitos, a arquitetura das casas, o jeito de vestir, as cores da moda, algumas vezes com o exagero do uso de tecidos grossos e impróprios ao clima tropical. Bebia-se agora cerveja e comia-se pão como um inglês, e tudo que era português ou oriental transformou-se em sinal de mau gosto. Como chamou a atenção Jessé Souza, transcrevemos um trecho da obra de Freyre para ilustrar essa idéia:

“(...) as imitações ocidentais de marfim, de tartaruga, de seda, de casimira, de cambraia foram pondo ao alcance de maior número de pessoas, no Brasil, artigos que, quando autênticos e feitos à mão no Oriente, só haviam sido adquiridos pelos fidalgos, pelos ricos, ou pelos remediados, constituindo insígnias ou privilégios de classe e de raça senhoris ou de famílias ou indivíduos em ascensão social. A vitória do Ocidente industrial sobre o Oriente artesão teve, no Brasil, efeito nitidamente democratizante. Generalizou-se o uso de pentes, leques, perfumes, outrora restritos a pequeno número” (FREYRE, 1981: 455).

O Oriente foi desaparecendo dos anúncios de jornal, do comércio, das casas, do traje e dos hábitos em consequência, até certo ponto, dessa *democratização* de artigos que as fábricas do Ocidente podiam produzir em quantidade maior, embora com sacrifício da qualidade ou da autenticidade. Assim, “o Ocidente foi se assenhoreando do Brasil como de uma semicolônia. Assenhoreando-se da própria paisagem marcada desde dias remotos por formas e cores do Oriente” (FREYRE, 1981: 456).

Dessa forma, o impacto verdadeiramente democratizante parece ter sido, segundo Jessé Souza em seus comentários, o advento mais ou menos simultâneo do “mercado” e da constituição de um “aparelho autônomo”, com todas as suas consequências sociais e culturais. A reeuropeização teve um caráter de reconquista, no sentido da revalorização de elementos ocidentais e individualistas em nossa cultura por meio da influência de uma Europa, agora já francamente burguesa, nos exemplos da França, Alemanha, Itália e, especialmente, da grande potência imperial e industrial da época e terra natal do individualismo protestante, a Inglaterra (SOUZA, 2000: 239). A europeização realizou-se, dessa forma, como uma grande revolução de baixo para cima, envolvendo todos os estratos sociais, mudando a posição e o prestígio relativo de cada um desses grupos e acrescentando novos elementos de diferenciação. Jessé Souza argumentou que eram esses novos valores burgueses e individualistas que iriam se

tornar o núcleo da idéia de “modernidade” enquanto princípio ideologicamente hegemônico da sociedade brasileira a partir de então.

Além das mudanças econômicas, ocorreram as transformações culturais e políticas sob a influência das novas idéias liberais e individualistas que logo conquistaram setores da imprensa e as tribunas parlamentares. No entanto, ressalta Jessé Souza, nenhuma delas teve o impacto da entrada no nosso país do elemento burguês democratizante por excelência: o conhecimento e, com ele, a valorização do talento individual, que tanto o novo mercado por sua demanda especializada como as novas funções estatais exigiam (SOUZA, 2000: 240).

A introdução de máquinas veio desvalorizar a base da sociedade patriarcal, diminuindo tanto a importância relativa do senhor quanto a do escravo, agindo como o principal elemento dissolvente da sociedade e cultura patriarcais. A máquina foi mais que uma mercadoria como as outras, pois foi ela a precursora de um novo tipo de relação social, esta baseada no mercado, com todos os seus pressupostos e conseqüências sociais. O Brasil que se reeuropeizava estava em vias de trocar a força humana pela maquinofatura sem ter sequer passado pela transição da força animal. Assim, ao desvalorizar as duas posições sociais polares que marcavam a sociedade escravocrata, a máquina vinha valorizar precisamente o elemento médio que sempre havia composto uma espécie de estrato intermediário na antiga sociedade, na qual, não sendo nem senhor nem exatamente escravo, era um “deslocado”, um sem lugar (SOUZA, 2000: 240). A enorme transformação social implicada pela mudança do campo para a cidade abria, dessa forma, oportunidades antes imprevisíveis para este estrato. Freyre, a esse respeito, observava em sua obra que:

“Com o século XIX, e o desenvolvimento das cidades, as cidades maiores tornaram-se o ‘paraíso dos mulatos’ a que já se referira um cronista do século XVIII. Os meios ou ambientes ideais para a ascensão rápida dos mais simpáticos e mais hábeis, principalmente quando valorizados pelo saber técnico ou acadêmico” (FREYRE, 2003: 748).

O enorme número de mestiços e filhos ilegítimos de senhores e padres, indivíduos de status intermediário, quase sempre assumindo as funções de escravo doméstico ou agregado de família, encontrava nessa nova situação uma possibilidade de ascensão e mobilidade social. Construiu-se, dessa forma, uma nova categoria social: a do “mulato”. Jessé Souza aponta esse novo elemento como um revolucionário no melhor sentido burguês do termo, sendo ele antes uma substância e um conteúdo do que apenas uma aparência, mais ligados portanto a qualidades e talentos pessoais que a privilégios herdados (SOUZA, 2000). Foi,

dessa forma, que o conhecimento, a perícia, tornou-se o novo elemento que passou a contar de forma crescente na definição da nova hierarquia social.

“Nesse sentido, servindo de base para a introdução de um elemento efetivamente democratizante, pondo de ponta-cabeça e redefinido revolucionariamente a questão do status inicial para as oportunidades de mobilidade social na nova sociedade. Uma ‘democratização’ que tinha como suporte o mulato habilidoso. Do lado do mercado, essas transformações se operam segundo uma lógica de ‘baixo para cima’, ou seja, pela ascensão social de elementos novos em funções manuais as quais, sendo o interdito social absoluto em todas as sociedades escravocratas, não eram percebidas pelos brancos como dignificantes. Com o enriquecimento paulatino, no entanto, de mulatos aprendizes e artifícios e de imigrantes, nessa época especialmente portugueses, como caixeiros e comerciantes as rivalidades e preconceitos tenderam a aumentar proporcionalmente” (SOUZA, 2000: 242).

O outro caminho de ascensão social do mulato foi o de “baixo para cima”, caracterizado pelo mulato bacharel de Freyre, aquele de cultura superior e mais aristocrático do que o mulato artesão. Este mestiço bacharel constituiu uma nobreza associada às funções do Estado e de um tipo de cultura mais retórica e humanista do que a cultura mais técnica e pragmática do mestiço artesão. O Estado, portanto, e não apenas o mercado, foi também um *locus* importante dessa nova modernidade híbrida, já burguesa, mas ainda patriarcal, mesmo que um patriarcalismo impessoal representada pela figura do Imperador pai de todos, mas afastado do antigo patriarcalismo familiar dominante na colônia (SOUZA, 2000).

Freyre percebia que os lugares sociais do patriarcalismo sempre haviam sido funcionais e não marcadamente rígidos aos seus postos. Isso permitia que a figura masculina do patriarca pudesse ser exercida por uma mulher, por exemplo, a qual continuava obviamente biologicamente mulher, mas era sociologicamente ou funcionalmente um homem/patriarca. Assim, do mesmo modo, os afilhados ou sobrinhos, como eram chamados os filhos ilegítimos dos senhores de terra e padres, os quais poderiam sociologicamente tornar-se filhos, herdando a riqueza paterna, ou mesmo substituindo o pai na atividade produtiva. Da mesma forma, o mulato biológico transformava-se em um branco sociológico, pois ocupava posições sociais que, num sistema escravocrata, eram privilégios de brancos. Por essa lógica, “branco” era antes um indicador da existência de uma série de atributos morais e culturais do que a cor de uma pele. “Embranquecer” significava, numa sociedade que se europeizava, compartilhar os valores dominantes dessa cultura, ser um suporte dela. Preconceitos, nesse sentido, seria a presunção de que alguém de origem africana seria

primitivo, incivilizado, incapaz de exercer as atividades que se esperava de um membro de uma sociedade que se civilizava a partir de um padrão europeu e ocidental (SOUZA, 2000: 249).

No entanto, a partir desse traço funcional da sociedade foi permitida a ascensão social do mestiço no contexto da sociedade europeizada do século XIX. Jessé Souza reinterpretou *Sobrados e Mucambos* a partir de uma nova inserção do mestiço na sociedade brasileira que recebia uma revalorização moral e comportamental pelos novos padrões burgueses trazidos da Europa. A modernidade, recapitulava o autor, chegava ao país de navio, e punha de ponta-cabeça seja no seu aspecto material, seja no seu aspecto simbólico, toda a sociedade vigente. Com relação a esses novos valores que chegavam, não havia diferença de fundo entre brancos, mestiços ou negros. Esses valores eram estranhos a todos igualmente e punham, portanto, a questão do status relativo sob novos padrões, como havia percebido Freyre. A própria elite do patriarcalismo rural teve de se curvar às novas mudanças que afetavam sua própria vida cotidiana e doméstica (SOUZA, 2000: 245).

Assim, quando a modernidade européia chegou ao Brasil de “navio”, na esteira da troca de mercadorias, seus valores não eram uma mera mercadoria de consumo. Jessé analisa que seriam justamente esses valores que iriam presidir a institucionalização incipiente de formas extremamente eficazes de condução da vida cotidiana: o Estado e o mercado capitalista. Estado e mercado pressupõem uma revolução social, econômica, valorativa e moral de grandes proporções. O que antes era aceito como definidores dos papéis sociais da mulher, homem, filho e pai se transforma radicalmente, como Freyre detalhou em *Sobrados e Mucambos* com riqueza de detalhes na mudança de hábitos e costumes. Mudou, enfim, a configuração valorativa da sociedade como um todo (SOUZA, 2000: 246).

Foi nesse novo contexto valorativo que se pôde explicar a nova posição do mestiço na sociedade brasileira. A partir das necessidades abertas por um mercado incipiente em funções manuais e mecânicas rejeitadas pelos brancos, assim como pelas necessidades de um aparelho estatal em desenvolvimento, que mestiços puderam firmar seu lugar social. Foi então depois da segunda metade do século XIX que o Brasil registrou a efetiva ascensão do mulato, guardando espaços para figuras de proa na literatura, na política, no exército e atuantes como ministros, embaixadores e até presidentes da República.

Europeizado era o indivíduo, de qualquer cor, que respondia adequadamente aos novos estímulos da nova sociedade que se ocidentalizava. A partir desse ponto, rompiam-se as bases da sociedade patriarcal baseada no personalismo. A europeização que Freyre descreveu,

a partir do ano de 1808, foi a verdadeira revolução modernizadora e burguesa sobre a qual argumentou Jessé Souza.

Esse autor observou ainda que a entrada das novas idéias burguesas e individualistas européias permitiu a institucionalização do cotidiano desse novo padrão e, portanto, a reprodução de toda uma economia emocional antes estranha aos brasileiros. Assim, no Brasil em vias de se tornar europeizado no século XIX, a posse real ou fictícia desses novos valores que tomaram a nação de assalto, transformou-se no fundamento da identidade de grupos e classes sociais e a base do processo de separação e estigmatização dos grupos percebidos como não-participantes dessa herança (SOUZA, 2000). A ânsia de modernização, estampada posteriormente na bandeira do Brasil republicano, “Ordem e Progresso”, passou, a partir dessa época, a dominar a sociedade brasileira como o princípio unificador das diferenças sociais, o princípio em relação ao qual todas as outras divisões deveriam ser secundarizadas.

É a partir desse eixo que a próxima obra de Freyre, *Ordem e Progresso*, foi constituída. Com a ordem já instituída pelo Império, a República se apoiou na ideologia do progresso, de influência positivista, para se firmar na sociedade brasileira do século XX. Nesse contexto, nosso autor analisou o processo de modernização da sociedade já efetivamente burguesa, assalariada e republicana.

4 - ORDEM E PROGRESSO

O último tomo da trilogia interpretativa do Brasil de Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso – Processo de desintegração da sociedade patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república*, foi publicado no ano de 1959, trazendo o estudo da decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento das cidades a partir do progresso industrial surgido com a República brasileira. *Ordem e Progresso* foi, por sua vez, um livro que trouxe inovações metodológicas, inaugurando na pesquisa brasileira um novo tipo de fonte: a biografia de indivíduos que vivenciaram as transformações ocorridas no Brasil no período do estudo. Freyre recolheu por meio de questionários informações de 183 brasileiros nascidos entre os anos de 1850 e 1900. Foi a partir do relato desses homens que o autor reconstruiu o cenário da passagem da Monarquia para a República, remontando aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos compreendidos entre os anos de 1870 e 1920, resultando daí idéias originais sobre a República Velha.

A autora de *Gilberto Freyre e o Pensamento Hispânico – Entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*, Elide Rugai Bastos, propôs que o tema principal desse trabalho era a busca da resposta de como, na mudança de regime, se manteve a organicidade da sociedade e a unidade nacional, sendo que no Império a simbiose monarquia e patriarcado havia favorecido uma ordem de certa forma democrática, o quê, então, possibilitaria essa continuidade no momento republicano? A dupla explicação, segundo a autora, constituiria o arcabouço do livro. Estaríamos diante novamente do pólo freyriano para entender a sociedade brasileira: o equilíbrio das forças antagônicas entre o moderno e o conservador. Se, por um lado, houve transformações que alteraram profundamente o perfil da comunidade nacional a partir da decadência do patriarcado e da alteração da composição étnica da população como produto da vinda de imigrantes, modificando não só a *fácies* da sociedade, mas também seus aspectos cultural, econômico, social e político, como linguagem, crenças, moda, higiene, sanitarismo, urbanização, instituições, deslocamento regional da economia, houve também a permanência de certos ritos que legitimaram tais transformações e permitiram a reprodução dessa mesma sociedade (BASTOS, 2003: 134).

Já foi observado também que Freyre argumentava, em *Ordem e Progresso*, que toda a mudança social no Brasil havia sido realizada a partir da ordenação. Em síntese isso queria dizer que os elementos definidores do seio da sociedade brasileira fundada em base patriarcal, refletido como um todo na família, cultura, economia, política e religião, teriam sido conservados e norteadores de todo o processo de transformação que o país passou entre 1870 e 1920. Assim, as mudanças sociais ocorridas durante esse período reafirmavam a conciliação de interesses antigos e novos, sendo o progresso condicionado pelo sentido da ordem perpetuada em símbolos e valores existentes na sociedade brasileira (REZENDE, 2000: 335-336).

Maria José Rezende, em seu artigo *A obra “Ordem e Progresso” e a Mudança Social no Brasil*, observou que a ordenação não pressupunha a ausência de conflitos durante todo o processo de mudança social. Estes se apresentavam em atitudes circunscritas por valores e símbolos diferentes entre classes, raças, culturas, regiões e épocas. A idéia de ordem social de Gilberto Freyre estava fundada no conflito entre valores que lutavam para se conservar e/ou se renovar.

Logo, a pronta adesão da população brasileira à República foi menos apatia que a capacidade desse mesmo povo em se ajustar rapidamente ao novo regime, aceitando as mudanças e até mesmo cargos na nova direção política, no caso dos barões ligados ao antigo regime. Não era inexpressivo, dessa forma, o fato de, fundada a república, vários dos seus

principais líderes – alguns deles mestiços aristocratizados pela instrução acadêmica ou pelo casamento com mulheres de família nobre – terem se distinguido como chefes de polícia particularmente enérgicos na defesa da Ordem, ou seja, de uma ordem já burguesa, mas ainda patriarcal, que constituía a segurança da sociedade brasileira daquela época.

Segundo a autora Maria José Rezende, tal ajustamento seria o exemplo da plasticidade dos brasileiros diante da mudança: sua alta capacidade de contemporização impregnada na certeza de que os valores destacados pelo novo regime não estavam em contradição com o ideário inaugurado pelo novo regime. Ou seja, os elementos invisíveis formadores da vida social brasileira no patriarcado não estavam sendo postos em questão, não instigando, dessa forma, o confronto. Reproduzimos, assim, um trecho de Freyre em *Ordem e Progresso*:

“(…) Mas a verdade é que a maneira por que alguns dos próprios conservadores brasileiros mais lúcidos e mais ligados ao Império assimilaram a idéia de um novo régimen político ao seu sistema moral de valores brasileiros fundamentais – e portanto necessários a uma sistemática nacional de ordem, de estabilidade e de integridade, e também de progresso – revela da parte deles menos “apatia oriental” – revelada talvez pelo grande número ou pela massa – que capacidade ou sabedoria de contemporização: virtude britânica, espantosamente desenvolvida por aqueles conservadores plásticos – pois eram ao mesmo tempo homens atentos ao futuro – no trópico americano” (FREYRE, 2000: 192).

Aceitar a República não significava absolutamente romper com a Monarquia, pois este último regime, na verdade, havia preparado os valores para essa transição. Durante todo o processo de transformação, houve a permanência de certos traços dos regimes políticos distintos que possibilitou o norteamo de toda a mudança, destacando-se a unidade e identidade nacional, defesa da propriedade e integridade territorial.

No entanto, houve grupos que demonstraram seu descontentamento com o novo regime, como foi o caso de ex-escravos no Rio de Janeiro que se recusavam a trabalhar em fazendas de proprietários republicanos. Foi o caso também da chamada Guarda Negra, formada por negros e mestiços que se levantavam para defender a causa monárquica contra as agressões republicanas, movidos por um “sentimento de gratidão” pelo regime tradicionalmente protetor dos homens de cor contra os abusos dos particulares ricos, “para quem ser branco e rico era ser superior a quem fosse negro e pobre” (FREYRE, 2000: 194). A autora Elide Bastos propõe que Freyre busca exemplos dessa democracia racial que fora garantida pelo patriarcado, no período colonial, e pela Coroa, no momento imperial, e que se

expressava pela reação à mudança de regime e indicava traço social marcante nas gentes de cor, cujas virtudes principais eram, para Freyre, a “lealdade, a fidelidade e a gratidão”.

A República se voltou, por meios ásperos, contra aqueles que defendiam a volta da Monarquia, como registrou o acontecimento em Canudos. O exército de Floriano Peixoto se destacou como o principal meio de ordenação do país. Assim, a junção da ordenança com a mística da unidade nacional, consagrada anteriormente pelo Império, deu subsídio aos republicanos empenhados em integrar o país. A República emergente buscava, dessa forma, conciliar o passado com o futuro a partir da constante de ordem. Ocorria um encontro entre o modernismo republicano e o arcaísmo monárquico. A República se firmou não somente por imposição de seus condutores, mas, principalmente, pelo enraizamento no espírito da população de um forte sentimento de ordenança, de integridade e unidade nacional que não se desfez com o descontentamento social, e não estritamente político, que se abateu sobre as várias camadas da população (REZENDE, 2000: 338).

Assim, o lema positivista na bandeira nacional “Ordem e Progresso” inspirava a conduta do novo regime que continuava apegada à ordem criada no Império e, agora, era aspirada como objetivo na república. Essa marca do encontro dos antagonismos em equilíbrio – moderno e arcaico – no Brasil se deu além do campo cultural e político, alcançou também o espaço econômico, articulando as tradições agrárias e as industriais.

Sendo a República a continuação sociológica do Império, o passado se consubstanciava no futuro tendo em vista a manutenção de uma dada forma social visível no contínuo jogo entre dois aparentes contrários: a ordem e o progresso (FREYRE, 2000: 219). Dessa forma, para Freyre, a conciliação dos antagonismos levou a um processo de conservação e de mudança ao mesmo tempo, propiciando uma transição que procurou manter o que havia de positivo no antigo regime. Legitimava-se a mudança social que se assentava em nossos costumes e tradições.

A autora Maria José Rezende, ao discutir a teoria da mudança social em Gilberto Freyre, referiu-se a ela como um processo social marcado por elementos preexistentes à nossa organização política, ou seja, em última instância, a modificação do regime político não teria como subverter a organização social, pois seria ela a definidora, a cerceadora, a limitadora do modo de alteração política (REZENDE, 2000: 343). Percebendo-se dessa forma, a transição pela qual passou o Brasil alterava a vida social e cultural do país, mas não modificava em essência o modo de ser do brasileiro ancorado em um passado ordenador, conciliador e democrático ao mesmo tempo.

Como o pensamento da autora Maria José Rezende nos permitiu prosseguir, o período de transição estudado por Freyre registrou, assim, novas formas de mobilidade social permitidos pelos títulos acadêmicos, o exército, a docência, a Magistratura, o Parlamento, o jornalismo, a carreira clerical que favoreceram mestiços e jovens brancos de origem humilde. Este traço estaria presente no Império e se acentuou na República. No entanto, ainda assim houve uma forte presença de comportamentos preconceituosos por partes dos homens públicos ligados à República que defendiam interesses particulares dentro dos setores econômicos e regionais.

Por essas questões, Freyre acreditava que a Coroa abraçava inteiramente a causa nacional, mais que a República, na qual prevaleciam os interesses de grupo e os objetivos regionais. Somente o exército republicano estava acima desse jogo, desempenhando na nova ordem política o papel da Coroa monárquica, “situando-se, como poder suprapartidário, acima das lutas entre Positivistas e não-Positivistas, entre republicanos históricos e adesistas, entre republicanos e monarquistas; e procurando prestigiar, nesses conflitos, o interesse nacional contra o subnacional” (FREYRE, 2000: 232). O positivismo poderia ter assumido o papel de guardião dos interesses gerais, no entanto, acabou por ser apenas instrumento ideológico de conquista do poder político, permitindo, assim, a emergência de grandes figuras de reformistas sociais, mas como movimento pesou muito pouco na definição de políticas gerais que beneficiassem a Nação. O adiamento do enfrentamento da questão social acabou sendo adiado e junto com ele os problemas da inserção social do negro e da mulher ficaram irresolvidos.

Um outro problema social que precisou ser enfrentado após a república de 1889 foi o da valorização do trabalho manual até então desprestigiado pelo próprio perfil da sociedade escravocrata. Foram adotadas, então, medidas que revalorizavam e democratizavam o ensino técnico. A vinda de imigrantes alocados principalmente no sul do país operou como fator de redefinição do papel do trabalho para os brasileiros e, desse modo, os centros urbanos ganharam um novo perfil. Mas a entrada de trabalhadores estrangeiros obedeceu a um plano maior que a reprodução da mão-de-obra, ou seja, reforçou-se com eles o caráter não só europeu como latino e Católico, em particular, da cultura brasileira que aqui vinha se desenvolvendo. Novamente, abriu-se no país um novo período de miscigenação não só racial como cultural (REZENDE, 2000).

Elide Bastos apontou para o fato de Gilberto Freyre utilizar o termo cultural em seu sentido sociológico, ou seja, designar o conjunto de valores, estilos, técnicas e hábitos de uma sociedade e não apenas os elementos da ciência, arte e literatura. A partir dessa ótica, Freyre

examinaria o projeto de desenvolvimento industrial existente nos primeiros anos de república e seu trânsito nos comportamentos da população brasileira. Dessa forma, o autor percebeu a manutenção, mesmo com as transformações decorrentes do processo, de características regionais das antigas províncias, agora Estados, conservando-se seus traços sociais, culturais e ecológicos (BASTOS, 2003: 143). Assim, a interpenetração dos tempos passado, presente e futuro na análise de Freyre mostra os diversos arranjos que as diferentes regiões do país receberam na transformação social ocorrida no país com a passagem do Império para a República. Pode-se pensar, dessa maneira, em várias *ordens* e vários *progressos*, encontrando em cada região um especial modo de organização da sociedade e de ordenação política que teria sua origem simultaneamente em suas formas culturais e sociais (BASTOS, 2003). A esse respeito, Freyre observava que:

“O Brasil nunca foi país de um tempo social ou psicológico ou cultural só, a mover-se num mesmo ritmo de norte a sul ou de leste a oeste do Império ou da República, mas sujeito a vários desses tempos, às vezes contraditórios; e mais adiantados, nuns espaços, mais retardados, noutros” (FREYRE, 2000: 647).

São Paulo seria o estado mais beneficiado pela República em detrimento dos outros estados da federação por medidas políticas e econômicas que estimulavam a industrialização naquela região. No entanto, segundo Freyre, essas medidas teriam afetado a ordem existente, como foi o exemplo da constituição do Patronato Agrícola, uma forma de intervenção do estado no sentido de disciplinar as relações entre patrões e trabalhadores dedicados ao cultivo do café, que acabou alterando o fundamento das relações sociais até então vigentes. Percebe-se por essas transformações um crescimento do poder do Estado em detrimento da sociedade que acabou perdendo muitas de suas características: foi imposto um “tempo europeu” às atividades; o progresso nacional ganhou o sentido de industrialização e urbanização; o protecionismo à indústria levou ao abandono da agricultura (BASTOS, 2003).

Freyre argumentava que a modernização republicana se processou de cima para baixo e não levou em consideração as diferenças dos tempos sociais, as diversidades regionais e o conjunto de interesses que presidia a nação. Reconhecia ele a existência de progressos, “progressos um tanto desordenados, mas progressos” (FREYRE, 2000: 903), no entanto, as idéias políticas e o conhecimento científico transplantado tinham precedido os interesses sociais. Perguntava Freyre:

“Será que, com a República, procurou-se retificar o erro político do segundo Imperador com relação ao tempo social em que principalmente vivesse o País: um tempo que evitasse ser arcaico, por um lado e ser europeu ou anglo-americano, por outro, para desenvolver seu próprio ritmo brasileiro de progresso ou, antes, de vida?” (FREYRE, 2000: 641)

E prosseguia:

“Somos dos que pensam que não. Pois o Governo Provisório logo se afirmou progressista de modo estreito, identificando o progresso nacional com o progresso industrial. E para o Brasil o progresso nacional parece hoje a alguns estudiosos do passado recente do Brasil que deveria ser tomado sob a República um sentido mais amplo que o tomou; e ter incluído a valorização sistemática da agricultura e pecuária” (FREYRE, 2000: 641).

As críticas feitas por Freyre ao processo de industrialização brasileiro é uma constante em toda a obra freyriana, desde o *Manifesto Regionalista* de 1926 até o que culminou no livro, um dos textos principais da nossa pesquisa, *Rurbanização: Que é?*, em 1982. Apresenta-se como uma marca de insistência do nosso autor afirmar a não transposição de idéias e de instituições. A solução para o problema brasileiro deveria ser buscado no hibridismo que marcava a formação nacional, tornando inócuas quaisquer soluções externas, elaboradas em patamares diferentes, onde os arranjos sociais se fundavam em outros valores que não os tipicamente brasileiros.

Dizia o autor que o protecionismo às indústrias teria agravado ainda mais a situação das urbes, pois teria atraído operários que inchavam diariamente as cidades em busca de novos empregos. O bom senso, segundo o autor, teria indicado que, num país sobretudo agrícola como o Brasil, a obra mais urgente a ser realizada era aperfeiçoar o que já existia antes de se tentarem criações artificiais. Ou seja, o caminho seria o aperfeiçoamento das indústrias agrícolas antes da criação das indústrias manufatureiras (FREYRE, 2000:642).

Freyre argumentava que o que faltou à República foi um plano de conjunto para o desenvolvimento nacional, no qual não se desprezasse a agricultura em substituição da indústria manufatureira, nem o campo pela cidade, nem o homem da terra pelo trabalhador estrangeiro. O Patronato Agrícola amparava o imigrante, mas não protegeu

“o cearense em particular, ou o nordestino, em geral, nas suas migrações; nem o liberto ou o ex-escravo na sua instabilidade e na sua inexperiência. Vagou o liberto às tontas pelas cidades, fugindo aos campos e às fazendas,

numa mórbida desorientação e numa angustiosa inquietação de ex-escravo que desejasse também tornar-se ex-negro. Ex-negro que se tornasse igual ao italiano, ao europeu, ao branco, do tipo daqueles que ele, liberto, via merecerem tantos carinhos da parte de uma paternal ou maternal República, representada pelo Patronato, pelo Serviço de Imigração, pelo Ministério da Agricultura. Alguns desses ex-escravos se tornaram nostálgicos da Monarquia; saudosos da Princesa Isabel; e é possível que fossem ex-escravos assim desajustados os negros que se juntaram aos devotos brancos e caboclos de Antônio Conselheiro – gente arcaicamente pastoril em suas normas de vida e por conseguinte desconfiada de quanto fosse progresso industrial animado pela República – na sua luta contra o Exército republicano e, de algum modo, a favor da restauração da Monarquia” (FREYRE, 2000: 655).

Para Freyre, o progresso deveria respeitar as especificidades brasileiras, ou seja, o plano de desenvolvimento nacional deveria estar em harmonia com o tempo social do país, este mesmo que há pouco abrigava negras tabuleiras pelas ruas das cidades e que depois da República parecia ter espaço somente para indústrias e para aquilo que pertencesse ao imaginário da urbanização progressista.

“Faltou ao novo sentido das coisas – o industrial – um critério também novo que impregnasse a mística brasileira de progresso de um corretivo ao que nela se inclinou, desde o fim do século XIX, a ser puro americanismo, quer como ritmo de tempo social, quer como técnica ou processo de ocupação de espaço também social; ou de domínio sobre o espaço físico. Ritmo, processo de domínio, sôfregos antes de superfície que de profundidade, comprometeram a possível exceção em que o Brasil poderia ter se consolidado na América, em virtude da Monarquia e da ordem ao mesmo tempo social aristocrática e democrática desenvolvida à sua sombra e dentro de um tempo social diferente do americano. Diferente do americano embora conciliável com ele” (FREYRE, 2000:658).

A República, então, industrializava-se e se urbanizava com grande rapidez, espelhando seu progresso em avenidas, edificações de luxo, protecionismo aos industriais. No entanto, a questão social parecia estar sendo negligenciada principalmente no que tangia aos interesses dos operários: a miséria verificava-se nos salários pagos por serviços exagerados, na exploração dos menores em serviços impróprios e das mulheres em estado de gestação, na deficiência de alimentação dos operários, na falta de verificação do estado sanitário nas fábricas e repartições, na ausência de reformas ou aposentadorias nos casos de invalidez pela idade ou por acidente (FREYRE, 2000: 848). O industrialismo artificial que a República de

1889 acentuara no Brasil, sem a participação do crescente operariado nas atividades de organização e de direção da vida nacional, começara a gerar insatisfações populares que se manifestara em agitações populares inspiradas pelas idéias socialistas vindas da Europa vinte e trinta anos após a instauração do novo regime.

A análise de Freyre indicava, também, que em termos de valorização da pessoa humana, o novo regime instalado em 1889 era mais devedor que o anterior. Ocorreu, no entanto, um progresso desordenado e marcado por grandes problemas que não foram atacados como deveriam pela República. Dentre eles, estava o crescimento desordenado das cidades, da desarticulação das indústrias e dos operários, dos eleitores que não acompanhavam as questões da política, da agricultura que não se modernizava, etc.

Freyre argumenta que durante a República não havia surgido, durante os seus primeiros dois ou três decênios, nenhum homem público que se ocupasse no Parlamento da “questão social” no Brasil “com o vigor e com a amplitude dada à análise política do assunto por Joaquim Nabuco, durante os seus grandes dias de deputado por Pernambuco à Câmara do Império” (FREYRE, 2000:882). Faltara no Brasil republicano homens públicos dotados de sentimentos e idéias, ao mesmo tempo, conservadoras e renovadoras; conservadoras pois resgatavam princípios e valores do antigo regime e, assim, renovadoras da nova ordem.

“(…) Um João Luís Alves, um Alcindo Guanabara e sobretudo um Gilberto Amado (...) que se tivesse dado ao difícil trabalho de procurar adaptar à situação brasileira de dias ainda tão plásticos, medidas, já triunfantes na Europa, de proteção afetiva ao homem de trabalho, poderia ter concorrido para uma como revolução social conservadora, complementar da apenas política de 89. Isto é, para uma revolução social conservadora que, orientada por Pinheiro Machado, tivesse iniciado saudavelmente para o Brasil uma política de nítida conveniência para o desenvolvimento, quer agrário, quer industrial, da economia nacional. Uma política, nesse particular, ao mesmo tempo conservadora e renovadora, em harmonia com as tendências e com o temperamento de Pinheiro e de acordo com sua formação Positivista; e, ao mesmo tempo, adaptada ao Brasil de modo a não desfigurar-se a tradição de sua ordem social nem perturbar-lhe o progresso econômico” (FREYRE, 2000: 883).

Para Freyre, sem a atuação desses revolucionários conservadores era fatal que os problemas brasileiros de organização do trabalho se tornassem objeto de programas reformistas utópicos ou demagógicos, além de superficiais. Tinha sido por falta de uma orientação objetiva a respeito de tais problemas que jovens ansiosos por soluções para os

desajustamentos nacionais, que ultrapassassem em eficácia e profundidade as soluções somente jurídicas ou apenas políticas, foram seduzidos pelo Positivismo.

Surgia, assim, em *Ordem e Progresso* as idéias que seriam desenvolvidas pelo autor ao que ele pretendia como revolução conservadora para o Brasil, a qual iremos nos ater mais detidamente no próximo capítulo desta dissertação. Por agora, cumpre-nos dizer que Gilberto Freyre argumentava que um país como o nosso, de índole anti-confronto, os processos revolucionários aqui instaurados deveriam ser pacíficos, sem o uso de armas e derramamento de sangue. Nossa revolução mesclaria combinações, por um lado, arcaicas e, por outro, modernas, em uma harmônica acomodação dos contrários de modo que a nova ordem não causasse um grande desajuste social do que antes era costume e agora se instaurava como novo e habitual.

Todavia, esse processo revolucionário não aconteceu com a transição do Império para a República. Para Freyre, o maior erro da República de 1889 foi perder-se na mística do progresso tão rápido quanto materialmente possível. Faltou uma atenção maior por partes dos republicanos ao elemento humano do progresso; o aperfeiçoamento do homem não foi simultâneo ao aperfeiçoamento das coisas e das técnicas – cidades, docas, indústrias, estradas de ferro, vapores de passageiros e de carga e não apenas navios de guerra. Havia no Brasil acadêmicos com um preparo arcaico em face das novas situações criadas para a administração pública brasileira a partir de uma nova realidade industrial e urbana estimulada pela República de 1889. Ou seja, eram todos acadêmicos, “nenhum prático” (FREYRE, 2000: 900). Precisavam ser reeducados no sentido da realidade brasileira ao mesmo tempo que no sentido de uma nova época.

“Não se cuidou, séria e inteligentemente, na época da vida nacional aqui evocada, nem de ligar os homens do País às coisas modernas e até moderníssimas para cá trazidas da Europa ou dos Estados Unidos nem de se articular entre si o novo pessoal técnico necessário ao manejo de tais ingresias: ‘superiores’ e ‘inferiores’, através de um homem médio, idôneo, mediador, que fosse como que o elemento básico de um novo sistema de relações do homem com a técnica e dos homens entre si” (FREYRE, 2000: 901).

Tal articulação entre o elemento humano e os novos instrumentos modernos faltou também à agricultura que se quis modernizar, cuidando-se de formar bacharéis em Agronomia, sem se prepararem tecnicamente. Faltou também às indústrias, ao Exército e à Marinha, que foram modernizados tanto no seu equipamento como nas suas elites de

bacharéis de espada e de galões sem que se cuidasse de valorizar e modernizar, dentro dessas instituições, aquele elemento médio, pelo qual verdadeiramente se ingressassem essas elites nos grupos sob seus comandos: comandos estes abstratos, teóricos, distantes da massa comandada tanto quanto das situações especificamente brasileiras que deviam enfrentar tanto em dias normais como nos de crise (FREYRE, 2000: 901).

Por fim, como percebeu Maria José Rezende, esse período de transição a valorização extrema da ciência, levando a um processo de glorificação dos setores médios em detrimento das massas, que tinham sido melhores consideradas no Império, segundo Freyre. A mística do que era científico tomou conta de tudo e de todos, tanto que em “1909, ao aparecer, risonho e eufórico, numa das ruas do Rio de Janeiro, como presidente da República, Nilo Peçanha foi saudado por um homem do povo com as palavras: *Eita, Presidente Científico!*” (FREYRE, 2000: 904).

II- REVOLUCIONAR CONSERVADORAMENTE

1 - O REVOLUCIONÁRIO CONSERVADOR

Buscar no passado soluções para o presente parece ter sido a terapia encontrada por Gilberto Freyre para sanar os problemas brasileiros. Sua própria obra de inauguração, *Casa Grande & Senzala*, em 1933, buscava o equilíbrio da sociedade brasileira nos alicerces patriarcais que serviram de base para a formação de uma nova cultura que se criava nas terras de além-mar. Séculos de equilíbrio foram sustentados por pólos antagônicos que exerciam igual força na balança social. No entanto, tal harmonia rompera-se com a ânsia pelo progresso que, para se realizar, faziam com que nele se negasse todo o passado, abrindo-se inteiro e somente para o que fosse novo.

Era na busca desse equilíbrio que Freyre parecia nadar contra a correnteza. Ainda na década de 1920, quando um grupo de artistas paulistano inaugurava no Brasil o “Movimento Modernista”, que sintetizava idéias de vanguarda européias retraduzidas para a arte brasileira, Freyre em direção oposta organizava no Recife outro movimento, chamado Regionalista, que, ao contrário do grupo de São Paulo, sustentava que a arte deveria ser manifestada por expressões que fossem genuinamente brasileiras, ou seja, ela deveria ser resgatada no seu passado tradicional. Trabalhar a discussão dos Movimentos Modernistas e Regionalistas foge ao interesse central da nossa pesquisa³; no entanto, cabe-nos comentários acerca do movimento que embalou artistas nordestinos em romances e pinturas durante toda a década de 1930. A análise do Manifesto Regionalista, entretanto, será feita no capítulo III, cujo conteúdo se insere na perspectiva da Rurbanização.

Em 1926 foi organizado em Recife o *Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo*, sob a inspiração e ânimo de Gilberto Freyre, que retornara recentemente, em 1923, dos seus estudos nos Estados Unidos. Após sua chegada, o autor se chocara ao perceber a realidade brasileira, principalmente a sua região nordestina, tão distante das suas origens, em um sentido que aproximava cada vez mais a nossa cultura da francesa e européia. A idéia de Freyre era, então, resgatar esse passado ainda recente da cultura brasileira, reabilitando valores regionais e tradicionais para o Nordeste brasileiro. Na ocasião desse congresso foi feita a leitura do *Manifesto Regionalista*, divulgado por alguns jornais da época, mas que só seria publicado na íntegra pela primeira vez no ano de 1951.

³ Sobre essa discussão, ver a dissertação de mestrado de Silvana Gonçalves De Paula – CPDA, 1990.

Houve na época uma polêmica instaurada por Joaquim Inojosa sobre a autenticidade de um Manifesto Regionalista escrito em razão do Congresso Regionalista de 1926. No jornal *O Estado de São Paulo*, na edição de 25.06.1972, Inojosa publicou o artigo “Um Movimento Imaginário”, no qual provava documentalmente a não existência de algum movimento “regionalista – tradicionalista” em Recife até o ano de 1930 (COSTA PINTO, 2005).

A briga entre esses dois autores, Freyre e Inojosa, dava-se pela disputa da condução dianteira dos dois movimentos que existiam em Recife na década de 1920. De um lado, pelo jornal *Diário de Pernambuco*, estavam as idéias de Gilberto Freyre que propunha a defesa regional em frentes políticas, culturais e artísticas, desenvolvendo dessa forma o sentimento de unidade do Nordeste. Do outro, pelo *Jornal do Comércio*, agitavam-se as idéias do movimento modernista de São Paulo, no qual estava a frente o seu principal idealizador em Recife, Joaquim Inojosa, que procurava seguir a palavra de ordem do movimento, dando gritos de urgência para a destruição do passado (COSTA PINTO, 2005)

Havia também um segundo aspecto da polêmica em torno do Movimento Regionalista que dizia respeito à repercussão das idéias defendidas pelo movimento na época. Reconhecia-se a influência dessas idéias para poetas, romancistas e artistas que, de alguma maneira, direta ou indiretamente, estavam ligados aos pronunciamentos de 1926. No entanto, ficou reconhecido também que as agitações em torno do movimento não tiveram repercussão para fora da zona de influência de Recife e que somente nos anos de 1940 foi iniciada uma campanha para criar um lugar de relevo para o Movimento Regionalista na história da inteligência brasileira (DE PAULA, 1990).

Silvana Gonçalves De Paula, entretanto, faz um importante comentário acerca dessas polêmicas que serviram como contra-argumentos para a retirada da importância e influência do Manifesto Regionalista na condução da arte brasileira nas décadas de 1920 e 1930. Para a autora, seria incontestável a importância, incômoda para muitos, da influência de Gilberto Freyre. “Poder-se-ia até dizer que se fala no Movimento Regionalista porque Gilberto Freyre fala, defende e propaga a ideia do movimento” (DE PAULA, 1990: 63). A importância do movimento, se realmente houve alguma, argumentava a autora, foi encontrada na sua formulação mais acabada e elaborada na figura e na obra de Gilberto Freyre. Assim, “se esta relevância não existiu ou não existe, e se serviu apenas para que o discurso gilbertiano forjasse artificialmente um campo mais amplo de preocupações e pessoas que lhe servissem de raiz e de base de legitimidade, fica colocada, com mais ênfase ainda, a necessidade de se analisar o discurso de Gilberto Freyre como uma expressão específica, particular, das idéias modernistas das décadas de vinte e trinta no Brasil” (DE PAULA, 1990: 63).

Foi nesse sentido que Luís Delgado, em seu artigo *Gilberto Freyre, Conservador e Revolucionário*, encontrou em Freyre um intelectual conservador, porém revolucionário. O seu discurso não estava em descompasso com o Movimento Modernista. Ao contrário, era uma nova vertente de se interpretar o país com um olhar moderno. O autor de o “Manifesto Regionalista” andava na contramão dos discursos que nos convidavam para revoluções que fizessem o Brasil “avançar”, aliás, nada mais longe de suas intenções que as idéias do avante. O que o preocupava era fazer com que o país se integrasse a si mesmo. Afirmava, por exemplo, que o sebastianismo não fazia mal ao povo (DELGADO, 1962).

Delgado se remete à obra de Freyre, *Região e Tradição*, para trazer luz a compreensão do movimento “endógeno” que animava o autor a procurar soluções para o Brasil. A evocação dos dois substantivos do título do livro traria a reflexão da proposta sugerida: a Região seria a contribuição da terra, da natureza, da geografia, dos aspectos físicos, enfim; enquanto a Tradição seria a cota-parte do homem. A atitude do autor estava no apego da vida concreta, que já dera provas de si, ou seja, já produzira um fruto: nós (DELGADO, 1962).

Assim, tudo o que se fosse fazer no Brasil deveria ser feito evitando o transplante cultural, mas então qual seria o padrão cultural que deveria ser seguido? Que padrão deveria seguir o Brasil? Esse padrão Freyre, encontrou ainda jovem, no regionalismo. O Brasil se constituiria numa unidade de diversidade e Freyre tinha uma consciência sólida sobre isso. Ser regionalista, para o autor, era quase tão-somente se apresentar ao mundo como um componente de dada região. Nisso estava implícita a conservação das tradições. O regionalismo de Freyre era apenas um ramo material do seu tradicionalismo, tradicionalismo este que envolvia o espírito ecológico. Não só os costumes deveriam ser preservados, mas também a natureza de que desfrutaram os nossos antepassados: do rio em que nadaram como os quitutes que comeram. Tudo era preciso que voltasse. Por esse modo, a forma dada ao tradicionalismo espiritual e material era encontrada no regionalismo (CUNHA, 1986).

Como observou Cunha, na recusa de sistemas que inovassem a cultura brasileira, e na defesa de tradições que continuassem e confirmassem essa mesma cultura, Freyre afirmava-se como um conservador. No entanto, era exatamente nessa volta ao passado, inspirando-se na tradição, que Gilberto Freyre dava uma nova função à coisa vivenciada, constituindo exatamente aí o modo criador de uma nova proposta “revolucionária”. “A força de Joaquim Nabuco, de Sílvio Romero, de José de Alencar, de Floriano, do padre Ibiapina, de Teles Júnior, de Capistrano, de Augusto dos Anjos, de Rosalvo Ribeiro, de Augusto Severo, de Auta de Souza, de outras grandes expressões nordestinas da cultura ou do espírito brasileiro, veio principalmente do contato que tiveram, quando meninos de engenho ou da cidade, ou já

de homens feitos, com a gente do povo, com as tradições populares, com a plebe regional” (FREYRE, 1951).

Ainda sobre o Manifesto Regionalista, a busca no passado e na tradição dos modos regionais de existência não se tratava em procurar temas literários, inspirações poéticas. O que Freyre propunha às novas gerações era a busca da própria identidade regional, nacional: deveriam eles “impregnar-se da alma profunda que fora capaz, outrora, de se afirmar assim – para encontrarem em si mesmas, nas camadas mais íntimas de seu próprio ser, as indicações essenciais da rota a seguir (DELGADO, 1964: 206). Essa volta ao passado era, assim, partida para um futuro, na qual uma certa conservação era vivida como revolução.

Foi nesse sentido que Freyre revolucionou. Em um período em que uma porção de revolucionarismos gritava para que destruíssem o passado e reconstruíssem a pátria olhando apenas para certos ideais abstratos, apreendidos, Gilberto Freyre trouxe um novo entendimento para o que se pretendia como revolução: mostrou o ideal vivido, ou seja, os nossos antepassados, que organizaram o cenário regional e criaram aqui uma cultura. E disso havíamos nascido. Éramos representados por isso. Conservá-lo seria a maneira mais original e autênticas de vivermos (DELGADO, 1962).

* * *

Freyre já havia buscado na história brasileira modelos desses “revolucionários conservadores”, representados pelas figuras de José de Alencar, José Bonifácio e Joaquim Nabuco, entre outros.

Acerca de José de Alencar, em um artigo de crítica literária escrito sobre o autor, Freyre considerava revolucionário o estilo literário inaugurado por Alencar que exaltava em seus livros o cenário brasileiro das árvores, dos rios, das paisagens, dos “verdes mares bravios”, dos índios quase vegetais na sua natureza e quase angélicos na sua nudez. Essa contraposição se dava em relação a outros escritores da época que quase não descreviam a paisagem brasileira, ou quando o faziam era para enaltecer jardins franceses, ou aproximar o Brasil de cenários europeus. Era dessa forma que Freyre via em José de Alencar um revolucionário social, pois reagia a descaracterização do Brasil rusticamente agrário sob a excessiva influência da nova Europa burguesa, carbonífera e industrial (FREYRE, 1952).

“Crítico social do Brasil escravocrata e patriarcal do seu tempo, não era Alencar um Maria-vai-com-as-outras que se deixasse dominar por uma sistemática oposição a tudo

que fosse patriarcal, escravocrata e quase feudal na sociedade brasileira de então para só enxergar belezas de organização social e encantos de cultura na Europa triunfalmente burguesa ou nos Estados Unidos igualmente burgueses nos seus modos nacionais de ser. Seu modernismo não era tanto que extinguisse nele o equilíbrio crítico e o fechasse a qualquer tradicionalismo: nem tampouco que o fizesse contentar-se com o burguesismo na Europa e na América inglesa” (FREYRE, 1952: 30).

Em relação a José Bonifácio, Freyre o considerava um dos maiores brasileiros de todos os tempos “pelo que nele foi combinação de ciência com humanismo e de humanismo com ação política – ação política construtiva e animada com sentido social” (FREYRE, 1979:130). O grande feito de Bonifácio havia sido em relação a Independência brasileira, pois ela fora feita em um sentido todo diferente das independências das colônias Espanholas: o Brasil continuara monárquico após deixar sua condição de colônia, garantindo assim sua unidade nacional.

“Para assegurar-se a unidade desse conjunto (o território brasileiro), impunha-se a solução monárquica; e o sagaz Andrada, mais desdenhoso do que ninguém, de títulos e de comendas, foi a solução por que se bateu. Soube fugir à tentação das popularidades fáceis, entre os radicais mais ruidosos, que o cercavam: radicais então simplistamente republicanos, sem se aperceberem de que seu simplismo ideológico de imitadores dos vizinhos da já fragmentada América Espanhola, era para o perigo que nos conduzia: o da fragmentação. O da desunião: brasileiros contra brasileiros. O do separatismo: em vez de um Brasil só, vários Brasis Estados. Uma América Portuguesa ainda mais dividida que a Espanhola em repúblicas inimigas umas das outras” (FREYRE, 1979:131)

No entanto, o brilho dos olhos voltava-se para Joaquim Nabuco, grande intelectual e político cuja obra e história de vida despertavam em Freyre não só admiração, mas também inspiração para seu projeto de Brasil.

“‘Reformador social’ foi o que ele desejou ser de preferência a político, uma vez convencido de que os problemas brasileiros de mais urgente solução eram, na base, sociais e não apenas políticos. Os representados pela Escravidão mais do que os representados pela Monarquia” (FREYRE, 1950: 149).

1.2 – A QUESTÃO SOCIAL NA REVOLUÇÃO ABOLICIONISTA

Antes de esboçarmos o projeto político de Joaquim Nabuco e sua respectiva influência na vida intelectual de Gilberto Freyre, cumpre-nos retomar a crítica que Freyre fazia às soluções políticas-jurídicas que nossos revolucionários da República de 1889 encontravam para solucionar problemas de cunho social e econômico do país. Foi nessa perspectiva que Nabuco deu um salto revolucionador ao tratar as questões sociais como problemas acumulados ao longo da história brasileira e cujas soluções deveriam ser buscadas no próprio seio da sociedade e não por meio de leis e improvisos jurídicos.

Freyre, ainda adolescente, trocou o jurídico, a matéria da sociedade por excelência em sua juventude, pelo sociológico, a matéria que naquele momento despontava, na perspectiva de que essa última fizesse análises sociais muito mais amplas que as disciplinas jurídicas (CUNHA, 1986). Logo Freyre tornou-se adepto das críticas às “soluções jurídicas”: “A mania das soluções jurídicas, herdou-a a República do Império, como observou uma vez o ilustre ensaísta Sr. Gilberto Amado. Mania que se poderia chamar, como Louis Bourghès, ‘romantismo jurídico’. A legislação social se caracteriza por um soberano desdém por quanto significa tradição regional, realidade nacional. Temos uma legislação social não para a Rússia americana que somos – país em bruto, desigual, necessitado de firmar-se – mas para personagens dos dramas de Ibsen, se elas se organizassem em repúblicas e se tolerassem mutuamente” (FREYRE, 1941: 174).

Seguindo a proposição feita por Cunha, encontramos em uma resenha da biografia escrita sobre Eptácio Pessoa um comentário de Freyre, que fazia alusão a uma frase desse político, em que dizia que um povo não podia ter leis que ultrapassassem a capacidade da sua cultura jurídica. À isso, Freyre acrescentava que a frase poderia ter sido dita somente até cultura; e esta, no sentido sociológico (FREYRE, 1979: 122).

“Agora mesmo a Rússia Soviética está sabiamente desenvolvendo um direito, de certo modo paternalista, em que o russo é antes juridicamente protegido pelo Estado do que dotado de meios de proteger-se a si mesmo, por si ou por advogado particular. Como que compreenderam o que há anos, dizia Eptácio, em oposição aos desmandos liricamente liberais de Rui (Barbosa) e de outros juristas abstratos da época: ‘devemos ser práticos e não querer levar as teorias e os princípios a conseqüências que a experiência demonstra serem prejudiciais à estabilidade e ao progresso jurídico da República’. Palavras do seu discurso de 11 de novembro de 1925 no Senado: talvez o mais inteligente, o mais compreensivo dos seus discursos. Aquele em que o jurista se revela melhor esclarecido no seu tecnicismo e melhor contido no seu abstracionismo

jurídico pelo critério sociológico dos fatos nacionais. Tanto que afirma: ‘A lei, mesmo a lei constitucional, não pode ficar rígida e inabalável como um marco miliário plantado no caminho do desenvolvimento da Nação: tem que se afeiçoar a esse desenvolvimento’” (FREYRE, 1979: 122).

Para Freyre, como ilustrou Cunha, o problema estava em afeiçoar-se ao desenvolvimento jurídico sem deixar de corresponder ao que o passado de um povo tinha de inconfundivelmente seu, mesmo no modo de assimilar institutos ou técnicas estrangeiras. Foi nesse ponto que Rui Barbosa pecou. Homem sempre muito escravo dos livros que lia, principalmente os livros norte-americanos de jurisprudência e de política, Rui se afastou das questões sociais ou mesmo da sabedoria de contemporização e de um senso de oportunidade que lhe poderiam ter inspirado, no Brasil, antecipações e oportunas iniciativas em questões de reforma social. Freyre acrescentava ainda que para haver tomado tais iniciativas, Rui precisaria ter tido, além de maior conhecimento dos exemplos ingleses e americanos, conhecimento mais vivo e direto dos problemas sociais brasileiros a partir de “pesquisas de campo”. No entanto, Rui Barbosa parece ter saído do seu gabinete somente para discursar nas cidades e no próprio interior, posando de sua figura de político liberal (FREYRE, 1979: 170-171).

Entendemos, dessa forma, que é assim que Joaquim Nabuco surge como antepassado de uma proposta sociopolítica que ele considerava ideal. O que Freyre mais admirava no autor de “O Abolicionismo” era o empenho pelas reformas sociais e não somente pelas reformas políticas. E assim ele dizia: “Numa época de políticos fascinados pelas soluções simplesmente políticas ou jurídicas dos problemas brasileiros viu com nitidez latina (...) a importância, a necessidade, a urgência, de procurarmos resolver os mesmos problemas indo às suas raízes mais profundas, que são as sociais, inclusive as econômicas” (FREYRE, 1966: 56).

Em um outro texto sobre Joaquim Nabuco, “Joaquim Nabuco, Pioneiro do Trabalhismo no Brasil”, de 1966, Freyre dizia:

“A verdade é que nos últimos anos de parlamentar de Nabuco, sua grande preocupação já não era sequer a abolição da escravidão mas a ‘democratização do solo’; não era a ocupação do território – a imigração – mas a redenção da população nativa. ‘Acabar com a escravidão não basta – disse ele num dos seus discursos memoráveis – é preciso destruir a obra da escravidão’. E para destruir a ‘obra da escravidão’, no Brasil, era preciso, a seu ver, antes de tudo, democratizar-se o solo, quebrar-se o ‘monopólio territorial’, destruírem-se os feudos de hoje, aliás, não são principalmente agrários, mas os financeiros

e industriais, instalados mais nas grandes capitais, de onde corrompem até instituições urbanas, que nas áreas rurais” (FREYRE, 1966: 59).

Em razão da mobilização que existia em prol da comemoração do centenário de nascimento de Rui Barbosa que, assim como Joaquim Nabuco, também nascera em 1849, Gilberto Freyre logo moveu esforços para demonstrar que o pernambucano monarquista merecia igualmente homenagens consagradoras; e ele as fez, discursando na noite de 18 de agosto de 1949, na Faculdade de Direito do Recife, e repetida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, na tarde de 30 de agosto do mesmo ano, o texto *Revolucionário Conservador*, sobre a biografia e trajetória política de Joaquim Nabuco. Conseguiu, também, que o nome do Instituto de Pesquisa que ele iria fundar no ano seguinte se chamasse Joaquim Nabuco.

Nesse discurso, Freyre chamava a atenção para o fato de que a “verdadeira revolução” brasileira da segunda metade do século XIX tinha sido a abolicionista; e não a republicana de que Nabuco não quis de modo algum participar, “contido nos restos de ânimo antimonárquico que lhe haviam agitado a adolescência” (FREYRE, 1950: 150). O revolucionário conservador que fora Joaquim Nabuco se expressava na sua responsabilidade de homem intelectual e político que, mesmo quando revolucionário na substância, era conservador de formas e de ritos que diminuíssem a violência das alterações necessárias ao melhor ajustamento dos homens e a sociedade: “Que realize alterações substanciais na economia, nas relações entre grupos, nas relações entre liberdade do indivíduo e as necessidades da comunidade, conservando, o mais possível, formas e ritos sociais que suavizem a transição e até permitam sobrevivências úteis de instituições em parte substituídas ou modificadas” (FREYRE, 1950: 159).

A abolição de 1888, que havia sido uma solução jurídica e política – no olhar de Freyre, da noite para o dia, foram libertados indivíduos que antes viviam sob a guarda das casas-grandes sem que o Estado tomasse para si a proteção desses ex-escravos – deveria ter sido de forma mais gradual. E para isso, Joaquim Nabuco se tornara o “pioneiro do trabalhismo” no Brasil. Este abolicionista dizia que deveria ter se iniciado a preparação do negro ou, pelo menos, a do adolescente de cor, para a liberdade e para o trabalho livre, criando-se escolas que dessem uma formação técnica a esses homens, coisa que a República só viria verdadeiramente a cuidar em 1909, fundando de uma só vez vinte escolas técnicas para a formação desses ex-escravos (FREYRE, 1950: 164).

Joaquim Nabuco ao valorizar o trabalho manual, criticando o bacharelismo e o funcionalismo público, tocava no cerne da questão desenvolvida por Freyre no livro *Sobrados e Mucambos*:

“A Revolução Baiana chamada dos alfaiates é o que parece ter principalmente sido: um protesto contra a negação desses direitos que, abolidos, criaram uma situação falsa para numerosos brasileiros. Saído de uma população quase toda mestiça em sua composição étnica ou cultural, o proletariado ou filho do proletariado que se elevava intelectual e moralmente, quase sempre deixava de querer parecer mestiço e de querer ser considerado indivíduo saído da população mecânica ou operária, para procurar confundir-se com os doutores e bacharéis. (...) Entre aqueles que, valorizados pela cultura intelectual ou enobrecidos pelo casamento com iaiá branca ou rica, deixavam de pensar na sorte dos demais multados e dos demais mecânicos para se identificarem com os interesses dos doutores e bacharéis brancos e adotarem seus símbolos sociais” (FREYRE, 1950: 165).

Assim, o Brasil deveria deixar de formar apenas doutores ou bacharéis para valorizar o trabalho manual degradado pela escravidão. Essa valorização teria que exprimir-se na formação de técnicos ou artífices que não trocassem a dignidade de sua arte pelo emprego público. Enxergando, então, o Brasil salvo pela reabilitação do trabalho, Nabuco via o país salvo pela reabilitação do homem de cor. Desse modo, Joaquim Nabuco enxergava para além do escravo. Suas preocupações se voltavam para a valorização e elevação do homem aparentemente livre, tornados pobres pela escravidão como regime social. A sociedade escravista não permitia que nos organizássemos em povo, pois reduzia-nos em senhores e escravos. E sem povo as instituições não podiam ter raízes, pois não era possível haver vontade nacional por trás de poderes políticos dependentes daquele regime social. Assim, em vez de outras reformas políticas, Nabuco clamava por uma “reforma agrária” que acabasse com o monopólio territorial, com a grande propriedade e não apenas com o senhor de escravos. Não bastava acabar com a escravidão, era preciso “destruir a obra da escravidão” (FREYRE, 1950: 182).

Um outro importante posicionamento de Joaquim Nabuco que influenciou diretamente o pensamento freyriano é referente ao Exército. A tese de Nabuco era de que com o fim do Império, o Exército substituiria o Imperador como instituição moderadora da sociedade brasileira. Nabuco, apesar de monarquista, e presenciar a monarquia sendo derrubada pelo militares, não se tornou um antimilitarista.

“Noutro ponto foi ainda Joaquim Nabuco um antecipado: na sua atitude para com o Exército. No seu tempo, o comum era o bacharel ou o intelectual, no Brasil, ver no militar um inimigo; e o militar ver no bacharel, um adversário.

(...) Joaquim Nabuco, fiel à Monarquia, não se deixou, entretanto, levar pela mística antimilitarista; nem se fechou no civilismo de seita que faz da casaca a toga quase santa de um culto religioso. É dele, sobre o assunto, uma das páginas mais argutas que se escreveram entre nós. Aí reconhece que, no Brasil, desaparecida a Monarquia – por natureza ‘permanente, neutra, desinteressada e nacional’ diante das lutas entre partidos ou facções – ‘teríamos forçosamente que substituí-la pelo elemento que oferecesse à nação o maior número daqueles requisitos, e esse era exatamente o militar’.

(...) De modo que em vez de lamentar a intervenção do Exército na transição da Monarquia para a República, Joaquim Nabuco viu nessa intervenção um acontecimento feliz para a comunidade brasileira. No que se revelou um antecipado” (FREYRE, 1950: 186-187).

Dessa forma, por sua característica ávida em continuar tradições, Gilberto Freyre aceitou a substituição do poder monárquico pelo poder moderador militar. Por esse meio, o tradicionalista se reorientava.

1.3 – O PODER MODERADOR DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Assim como Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre era monarquista. Suas convicções eram de que o Brasil se diferenciara dos outros países da América Latina por apresentar características democratizantes, ao contrário daquelas outras nações que se libertaram da condição de colônia para tornarem repúblicas lideradas por caudilhos e presidentes. Ainda segundo o autor, um dos fatores da diferenciação sociológica havia sido a presença no Brasil de uma instituição que era, ao mesmo tempo, complementar à escravidão patriarcal e um corretivo para ela: a monarquia patriarcal. Vale ressaltar que o mérito da continuação de um Brasil monárquico, depois de liberta sua condição de colônia, era dado à José Bonifácio pela sua arguta responsabilidade política em garantir a unidade brasileira a partir do braço forte de um poder real.

A monarquia brasileira apresentava-se como um tipo de super-partenalismo, que recebia o prestígio destinado à família real, galgado por seu papel nacional. Dessa forma, a força do monarca permanecia acima do paternalismo regional e acima das rivalidades entre poderosas famílias antagônicas. Essa força foi importante para manter a integralidade da nação quando se pensa que as várias casas-grandes de cana-de-açúcar e, mais tarde, de

autocratas de café tinham uma tendência para separar o Brasil em blocos patriarcais que, algumas vezes, eram violentamente antagônicos, “cada um protegido por uma Virgem Maria particular ou santo, a tal ponto que os escravos agrícolas de uma fazenda comumente travavam lutas quando encontravam as de outra” (FREYRE, 1956: 45). A monarquia, por sua vez, era por natureza bastante nacional para tomar o partido de autocratas locais ou provinciais, ou de santos que protegiam somente as famílias patriarcais em particular. Ela, na verdade, funcionava como uma força moderadora, agindo também em defesa da lei, da justiça e da moralidade, contra abusos paternalísticos de poder. Freyre argumentava que, uma vez que os autocratas das casas-grandes queriam mostrar seu prestígio participando da vida política sendo agraciados pela Coroa com títulos – barões e viscondes queriam ser marqueses e, se possível, duques – tinham, portanto, interesse em agir de forma que agradasse ao Imperador e seus conselheiros (FREYRE, 1956).

Importante frisar que a família real era profundamente respeitada pelo povo brasileiro, e este respeito era em grande parte resultado da atitude brasileira em geral com vistas à autoridade paternalista, assim, “somente o Rei, o Imperador e a Princesa eram aceitos por todos ou quase todos como mais poderosos do que os autocratas locais” (FREYRE, 1956). Esse respeito dado pela população brasileira à Coroa fora importante para que a mesma se mantivesse no trono do poder.

É nesse ponto que surge as críticas de Freyre dedicadas à Pedro II. Em um artigo publicado em razão da comemoração dos cem anos de nascimento do Imperador, ainda em 1925 no texto “A Propósito de Dom Pedro II”, nosso autor já apresentava as reflexões que iria trazer em seu terceiro livro da trilogia sobre a compreensão da formação da sociedade patriarcal brasileira, *Ordem e Progresso*.

“Com a Maioridade começou para o Brasil uma época bem caracterizada nas suas tendências e virtudes. No seu cinzento. Espécie de era vitoriana brasileira, com Dom Pedro projetando sobre a vida nacional uma sombra de governante inglesa fantasiada de imperador” (FREYRE, 1944: 128).

Durante o reinado de Dom Pedro II, o Brasil vivenciou um novo momento como colônia. Pelas inclinações intelectuais e burguesas do Imperador, que preferia vestir a casaca e a cartola preta ou acinzentada ao manto e a coroa real, a nação brasileira aproximou-se mais do modo de ser europeu, perdendo um pouco de suas características tradicionais. Cabia ao Imperador “a atitude ortodoxa, de tradicionalista e de intérprete da tradição brasileira em face dos exageros de imitação do exótico pelos chamados liberais, em face dos exageros de

imitação da Europa burguesa e dos Estados Unidos pluto-democráticos” (FREYRE, 1944: 137). No entanto, foi esse mesmo Imperador, também liberal, voltaireano, admirador das maravilhas norte-americanas e amigo de Victor Hugo, que fracassou; ele, ao contrário, voltou-se para esse mesmo lado:

“Dom Pedro II foi o primeiro a desdenhar da coroa; e a apresentar-se de sobrecasaca e de cartola preta aos olhos do seu povo, desejoso de um governo não só paternal como majestoso. E à testa da monarquia brasileira, igreja manuelina a pedir missas solenes mais do que sermões moralistas, ele nos dá esta idéia melancólica: a de um pastor protestante a officiar em catedral católica. Na verdade ele não officia: o litúrgico lhe parece desprezível. Apenas sermoniza, moraliza, prega – tudo isso mediocrementemente” (FREYRE, 1944: 132).

Freyre discorria que devido a essas atitudes do Imperador, o Brasil viveu em um estado de “anomia detestável” nos últimos anos do Segundo Reinado: “maiores e tenentes positivistas – filiados ao sistema filosófico da Ordem e da Autoridade – é que se revoltam(vam) contra a Ordem e a Autoridade como se lhes competissem iniciativas políticas” (FREYRE, 1944: 132).

Assim como em *Ordem e Progresso*, no texto de 1925, Freyre já dizia que tinha faltado a Coroa - do Segundo Reinado - uma identidade mais máscula e viril de seu comando, cobrada pela população, que a encontrou representada na figura do Exército. Assim, “a *Pedro Banana* – o nome do Imperador nas caricaturas dos jornais – opõem(unham) o *Marechal de Ferro*, cuja imagem de soldado forte, de senhor de engenho rústico, de caboclo macho do Norte, corresponde(ia) a certa tradição brasileira – tradição do homem brasileiro do povo – amiga dos governos de senhores poderosos, de caciques resistentes e astuciosos, de patriarcas duros e ao mesmo tempo paternos no exercício do mando” (FREYRE, 1944: 133).

“No meio dos livros, Pedro II perdera de vista o Brasil: o Brasil que o queria não de cartola mas de coroa; e marcial, paternal, litúrgico, em relevos de ação. Um Brasil que o queria mais para o ver de cetro, reinando e a cavalo, como um São Jorge de verdade, do que para lhe ouvir os discursos e as frases de censor moral, de Marco Aurélio medíocre, de literato de terceira ordem” (FREYRE, 1944: 133).

Foi dessa forma que Pedro II “governou sem reinar”.

Junto a esse argumento de que Dom Pedro II perdera o trono por não atender a representação simbólica que a população brasileira esperava de um poder monárquico, a qual

reconheceu-o e legitimou-o na caricatura de um “Marechal de Ferro”, Freyre refletia que a autoridade monárquica dependia também da cooperação leal dos autocratas locais. A interdependência dos dois era completa, tanto assim que, quando a Coroa favoreceu a abolição da escravatura e teve participação importante no movimento com este fim, o Império imediatamente perdeu sua vitalidade e sobreviveu à escravidão por apenas um ano. A Lei Áurea foi assinada no ano de 1888 e, em 1889, a República foi proclamada (FREYRE, 1956).

A princípio, lembrava Freyre, a república brasileira era fraternalista, mas seu período gestacional foi curto. Logo os republicanos imitaram a monarquia, tornando-se paternalistas. Assim fizeram ao agir como se os presidentes, aqueles militares que tomaram o poder, fossem homens fortes, que tivessem que proteger o país soberanamente, como se fossem reis. Mais uma vez, no ideário da população brasileira, o Presidente da República reaparecia na figura de soberano, másculo e viril, capaz de proteger sob o seu manto, agora invisível, toda a nação carente de um pai (FREYRE, 1956).

“Isto parece explicar porque, tendo acrescentado à tradição de paternalismo e monarquismo uma lenta e pacífica limitação de legislação parlamentar, como na Inglaterra, e de crítica política legalmente livre, como nos Estados Unidos, o Brasil é hoje um caso sobremodo complexo. Sendo muito americano, muito liberal, muito democrático, em algumas das mais expressivas feições de sua organização política e social, é, por outro lado, muito classicamente europeu – mais do que a Argentina, Uruguai e Canadá – ao ser sensível a uma tradição paternalista-monárquica, que é sua herança peculiar na América. Esta tradição, ao invés de dar aos brasileiros somente uma predisposição para permanecerem arcaicos contra o chamado Progresso com P maiúsculo, agiu como contínuo estimulante, especialmente em dias críticos, para a solução legalista, pacífica e civil de problemas que outras repúblicas latino-americanas – inclusive Argentina e Chile – encararam somente através de declarações e às vezes brutais ditaduras militares (embora republicanas em aparência e, algumas vezes, em substância)” (FREYRE, 1956: 47).

Foi assim que, ainda em 1956, para depois retomar as mesmas reflexões no seu livro *Ordem e Progresso*, Freyre argumentava que o Exército brasileiro, desde o estabelecimento da República, sempre considerou como uma de suas grandes responsabilidades, como força nacional, tomar o lugar da Coroa como influência acima dos partidos na vida nacional brasileira, assumindo para si o papel de força moderadora, outrora pertencente à monarquia. Assim, o Exército na República havia sido a própria continuação sociológica da Monarquia. Já durante o período monárquico, foi influência corretiva que, em horas críticas, evitou abusos

do poder por qualquer indivíduo ou grupo – político, econômico, ideológico ou religioso. Na Era Vargas, no entanto, Freyre sustentava que Getúlio Vargas nunca fora um ditador absoluto, embora tenha se cercado voluntariamente de controles legais que fizeram dele uma espécie de regente ativo em uma monarquia limitada, tornando-se assim uma exceção à regra puramente constitucional e, como tal, foi tolerado, “mas supervisionado por um exército socialmente democrático, embora politicamente protetor” (FREYRE, 1956: 47). O autor dizia ainda que o paternalismo ditatorial de Vargas não era do tipo comum latino-americano de caudilho republicano, mas representou esforço para fazer uma adaptação administrativa dentro da tradição paternalista e monárquica brasileira.

Esse teria sido o primeiro momento do Exército brasileiro frente ao poder, no qual este aparecia como a única instituição de âmbito nacional, após o desaparecimento da Monarquia, a conduzir o governo do país. Já no segundo momento, Freyre atribuída as Forças Armadas, como a única instituição suprapartidária, a capacidade de fazer frente às lutas políticas ligadas ao processo intensificado de industrialização e ao caráter internacional do socialismo, que foram registrados no processo revolucionário⁴ de 1964. Sobre essa questão, iremos trabalhá-la logo a diante, na terceira parte desse mesmo capítulo, dando continuidade a reflexão aqui desenvolvida.

2 – DUAS LEITURAS SOBRE A IDÉIA DE REVOLUÇÃO CONSERVADORA EM GILBERTO FREYRE

2.1 – A INTERPRETAÇÃO DA REVOLUÇÃO-RESTAURAÇÃO BURGUESA

Abriremos esta segunda parte do capítulo com as contribuições de César Paiva, em artigo escrito em julho de 1986, no qual este autor nos apresenta seu projeto de pesquisa exposto no texto *Gilberto Freyre e os Intelectuais na Revolução-Restauração burguesa no Brasil: Anotações de leitura e notas para uma pesquisa*. Nele, Paiva buscava esclarecer as relações entre Freyre e os principais grupos intelectuais brasileiros – médicos, pedagogos, militares e diplomatas – tendo como pano de fundo a problemática da transformação da sociedade e Estado brasileiro, marcada pela Revolução de 1930 e pelo Movimento de 1964, pois a trajetória de Freyre, para esse pesquisador, confundir-se-ia com os caminhos e descaminhos da chamada “revolução burguesa” no Brasil (PAIVA, 1995: 260). Gilberto Freyre, de acordo com Paiva, seria a máxima expressão intelectual do bloco agrário-industrial

⁴ Esse acontecimento foi reconhecido por Gilberto Freyre como um processo revolucionário, que contou com o apoio da população. Para outros autores, o mesmo acontecimento foi concebido como o Golpe Militar de 1964.

consolidado no Brasil após 1930. O autor observava que depois da Segunda Guerra Mundial, em 1945, Freyre passou a dialogar com militares, diplomatas, educadores e políticos em geral a partir de assuntos que interessariam imediatamente a esse grupo de intelectuais. No entanto, a mudança de interlocutores não estaria relacionada com a mudança nas preocupações de Freyre, que continuariam as mesmas: ou seja, o problema da organização do Estado, do dinamismo de certos traços culturais de caráter nacional-popular, da relação entre intelectuais e povo, entre dirigentes e dirigidos. Freyre estaria pensando em quase todos os problemas que afetavam o projeto de construção de um sistema de hegemonia da classe burguesa industrial e urbana no Brasil, manifestando-se constantemente a respeito (*idem*: 262).

Paiva, nesse mesmo texto, sugeria também que havia em Gilberto Freyre um projeto político-administrativo que consolidaria inúmeras medidas de caráter econômico, político e cultural com o objetivo de fortalecer a democracia social e política no país (*idem*: 268). A principal preocupação de Freyre, segundo Paiva, seria o de “destruir a obra da escravidão” (Nabuco). Isto implicaria a realização da reforma agrária e o fim do “monopólio territorial” (Nabuco), acarretando dessa forma a possível melhora das condições econômicas, sanitárias e culturais da maioria da população brasileira. Para a concretização dessa melhoria, além da descentralização industrial, far-se-ia necessária também uma política cultural que articulasse os diferentes segmentos populacionais brasileiros, a partir de uma cultura “nacional”, transregional e pluralista (*idem*: 268), cuja consolidação estaria na idéia da Rurbanização.

Paiva acrescentava que certos aspectos do projeto político apresentado por Freyre já se encontravam esboçados em 1926, quando publicou o *Manifesto Regionalista*. Nele, Freyre defendia a criação de unidades político-administrativas regionais que evitassem os excessos unificadores do centralismo e os perigos desagregadores do federalismo radical. Paiva ainda lembrava que Freyre manifestava a mesma posição durante as discussões travadas em 1946, quando foi apresentada a emenda parlamentarista do projeto da Constituição. Freyre defendia o presidencialismo por acreditá-lo mais adequado ao grau de cultura política da população brasileira. A existência de amplas “massas rústicas” urbanas e rurais indicaria a conveniência de manter-se forte a figura do presidente, estabelecendo-se assim uma correspondência com as tendências autoritárias e patriarcais ainda presentes na mentalidade da maioria da população brasileira. Assim, o parlamentarismo, por não conter uma figura personalizada e forte do chefe de Estado, não seria compreendido pelas “massas rústicas”. As massas urbanas e interioranas, com suas concepções assistencialistas e autoritárias do Estado e de seu representante oficial, não se identificariam com o parlamentarismo (*idem*: 268-269).

O projeto político-administrativo esboçado por Freyre na década de 1920 ganharia contornos mais nítidos nos anos 50, quando ele ampliava o grau de detalhamento de sua proposta, ao tratar do problema das administrações municipais e da articulação entre o urbano e o rural, a partir da preocupação com o inchamento das cidades e com a condução política das massas rurais (*idem*: 269). Este projeto especificamente ganharia o nome de Rurbanização e, como veremos no nosso próximo capítulo, ele ganharia mais tarde uma orientação de política social em experiências de governo nos anos de 1980 no qual Gilberto Freyre iria testemunhar.

Por essa trajetória, partimos do pressuposto segundo o qual essa proposta de reforma social do projeto político de Gilberto Freyre, o desenvolvimento integrado como rurbanização, o Estado e os intelectuais seriam conclamados a assumir a condução das mudanças apresentadas como necessárias⁵, evitando-se assim os perigos decorrentes da mobilização política popular. A transformação social seria entendida, dessa forma, como um ato administrativo, resultado de uma política racional, que conciliaria de forma “plástica” interesses de todas as classes, mas reservando exclusividade do poder às mãos da elite brasileira (PAIVA, 1995). Esse processo de transformação social poderia ser compreendido no conceito de revolução conservadora.

2.2 – A CONOTAÇÃO DE VIA PRUSSIONA EM GILBERTO FREYRE

Outro texto, de Raimundo Santos, sugeria que o modo como se processava essa mudança social em Gilberto Freyre poderia ser interpretado segundo um modelo de “via prussianista” de modernização do Brasil. Em um pequeno texto intitulado “Prussianismos Brasileiros”, em que fazia uma leitura do que seria o “prussianismo” em Gilberto Freyre e Hélio Jaguaribe, Santos expunha algumas idéias de Freyre sobre a intervenção do Exército como controlador social. Santos lembrava que o Brasil freyriano era um país que teria traços de formação socialmente plástica e vocação de uma nação destinada a viver, na “tolerância de contrários” e no “equilíbrio de antagonismos”, uma situação democraticamente pluralista. No entanto, conforme Freyre, esta forma ainda precisaria ser moldada por um “ente perfeito em organização”: o Exército, que teria a qualidade reitora nos momentos conflituosos, uma vez

⁵ No texto de Raimundo Santos, *Rurbanização e Revolução Agrária em Dois Registros Clássicos*, o autor chama a atenção para o fato de que as condições de realização da tese rurbanizante enquanto política social de Gilberto Freyre dependeriam de uma “vontade” bem descondicionada, ou seja, de uma vontade que Freyre procurava nos poderes governamentais e nas convicções dos homens públicos em geral, por oposição ao processo revolucionário e aos condicionamentos da luta de classes que aparece em autores marxistas, como Caio Prado Júnior (SANTOS, 2001: 74).

que seria “dono de uma trajetória de moderação sem atos de submissão da nação a ‘estrito interesse, credo ou aspiração’”. O ajustamento que o Exército poderia conduzir visava apenas superar o comodismo civil, não devendo ele converter-se em ator de fins próprios em uma ‘paisagem de nação’. “O ‘intervencionismo militar intermitente’ seria evitado à medida que se afirmasse no seio dos próprios homens públicos (civis e militares) o senso de ‘coordenação dos contrários’, preservando-se a unidade do ser social” (cf. SANTOS, 2001).

* * *

A partir desse momento, depois de termos apresentado os dois autores, César Paiva e Raimundo Santos, que trazem uma interessante compreensão do *modus operandi* da transformação social em Gilberto Freyre, nossa proposta é a de passarmos “a voz” para o clássico, trabalhando textos das décadas de 1960 e 1970, no qual Freyre discute o processo revolucionário brasileiro e a intervenção das forças armadas na condução desse mesmo processo, proporcionando suas próprias referências conceituais do processo de transformação ao modo conservador descritas nas páginas anteriores⁶.

3 – O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRO SEGUNDO GILBERTO FREYRE

3.1 – O “PROCESSO REVOLUCIONÁRIO” DE 1964

Ainda em 1948, em Conferência proferida na Escola do Estado Maior do Exército, Gilberto Freyre, no texto *Nação e Exército*, já esboçava suas idéias a respeito do papel político e social que o Exército deveria assumir como a única força corretiva capaz de organizar o Brasil. Essas considerações foram ampliadas posteriormente em 1965, em outro artigo, no qual o autor tecia novos pensamentos sobre “as relações entre as Forças Armadas e as demais forças de segurança e de desenvolvimento nacionais na sociedade brasileira”, já depois do Golpe de Estado de 1964 em que os militares assumiram o poder.

No primeiro texto, Freyre lembrava a importância que o Exército teve em âmbito nacional quando, em 1889, conduziu o movimento republicano que tirou o trono da família real no Brasil. Dizia ele: “Se recordo esses fatos é para destacar que, dentro da tendência ao

⁶ Agradeço ao meu orientador, Raimundo Santos, a sugestão (e os próprios textos) para que eu trabalhasse essa literatura de Gilberto Freyre para realçar o tema desse capítulo.

equilíbrio de antagonismo, ao meu ver característica da formação brasileira como já fora da portuguesa, o Exército tem, quase sempre, mantido, entre nós, força de coordenação de contrários”. Continuava:

“O Exército, por uma espécie de intuição que entre alguns dos seus líderes mais esclarecidos data de dias remotos, de sua responsabilidade antes de coordenador pacífico que de ordenador violento e arbitrário dos contrários da vida nacional, vem principalmente acompanhando, entre as várias tendências brasileiras, as que parecem mais de acordo com as tradições, aspirações e necessidades gerais do Brasil; e não tentando impor-se às demais forças nacionais como a Nação; nem antecipando-se sistematicamente a elas como elemento ordenador daqueles contrários” (FREYRE, 1948: 4)

O Exército, para Freyre, era a única instituição sadia e organizada em um país enfermo como o Brasil. O autor dizia também que o sinal evidente de povo socialmente enfermo era o fato do seu exército ser a única força organizada a ponto das outras forças nacionais renunciarem algumas de suas responsabilidades mais nitidamente civis, abdicando-as nas mãos dos chefes militares. E o brasileiro, por seu caráter comodista e pacifista, ia facilmente se resignando com a “pobreza humilhante de organização civil, religiosa, cultural”, e continuava a se apoiar passiva e perigosamente contra a desorganização no ente sadio que era o Exército, “embora nos queixando sempre de um ‘militarismo’ ou de um ‘caudilhismo militar’ criado menos por militares sequiosos de poder político que por nossa própria inércia e por nossa própria renúncia a deveres, responsabilidades nitidamente civis” (FREYRE, 1948).

No entanto, não deveríamos desorganizar o Exército também. Ao contrário, a solução que se impunha era a de procurarmos imitar o exemplo do Exército nas zonas de atividade civil, “organizando tão bem quanto ele as demais forças nacionais”. Sugeriria o autor que o Exército poderia, também, continuar a ser o coordenador dessas forças em épocas de desajustamento mais agudo entre regiões ou entre sub-grupos nacionais (FREYRE, 1948).

A proposta de Freyre era, então, que as forças civis se juntassem ao Exército na condução de um meio que organizasse a sociedade brasileira, como Nação. A responsabilidade dessa organização não deveria recair somente sob ombros militares, pois assim evitar-se-ia o “militarismo”, além do fato de que não poderíamos mais uma vez anular nossas obrigações civis. Os brasileiros deveriam também assumir essa responsabilidade.

“Essa interpenetração de esforços nunca foi mais necessária que hoje. É a defesa nacional no seu sentido

mais amplo que a reclama. É o Brasil, a América, o mundo democrático ou para-democrático que a exige. Toda nação moderna é o que necessita ser: uma organização em que o exército e as demais atividades nacionais se completem. Nada de exército feudal e prussianamente senhor de um resto apenas de nação; nem de nação que seja apenas pretexto para a existência de exército ou super-exército. Num mundo como o de hoje, ainda organizado – repita-se – em nações, embora nações constituídas em sistemas transnacionais, cada dia mais forte, de economia, de cultura, de política e de ação ou defesa militar, não se compreende nem uma nação sem exército – requinte de pacifismo moralmente perigoso para a época – nem um exército que seja ele só a nação, por militarismo ou por falta de organização civil ao lado da militar. Um exército sem nação. Do que o Brasil de hoje parece particularmente precisar é de que o seu Exército, integrado no sistema democrático brasileiro, americano, mundial, sirva cada vez mais, a nação democrática, sem que a nação democrática se descuide de sua organização civil para depender passiva e exclusivamente da força e da ação do seu Exército” (FREYRE, 1948: 13).

Com o Trinta e Um de Março de 1964, o modelo corretivo que Gilberto Freyre idealizara para o Brasil foi concretizado na tomada do poder pelos militares. No discurso realizado no dia 09 de abril desse mesmo ano, pela Cruzada Democrática Feminina, na cidade do Recife, Freyre dizia que nos momentos mais agudos de crises nacionais, as Forças Armadas aliara-se às Forças Civas, ambos se completando mutuamente para esforços em conjunto na salvação pública. Os militares, junto aos agentes civis, uniam-se “para dizer basta ao comunismo colonizador; ao imperialismo comunista; a todos os imperialismos; a todos os ladrões – os de liberdades brasileiras e os de dinheiros públicos; a todos os ricos, exploradores dos pobres; a todos os poderosos opressores dos fracos; a todos os mistificadores da mocidade; a todos os corruptores das culturas universitárias; a todos os traidores do Brasil; a todos os traidores das religiões de amor a Deus e de amor ao próximo; a todos os sub-brasileiros indignos da caridade brasileira; a todos os antibrasileiros indignos do perdão brasileiro (...) para que continuem(assem) a agir livremente contra a sua pátria e contra seus compatriotas” (FREYRE, 1964).

Essas idéias seriam desenvolvidas no seu texto de 1965, quando foi convidado pelo General Lyra Tavares a fazer uma conferência sobre as *Forças Armadas e as Outras Forças* na Escola Superior de Guerra do Exército. Sua preocupação estava voltada para explicar o que era realmente o militarismo brasileiro, tido em má conta por inocentes “liberalóides anglo-saxões” “afetados pela propaganda comunista” (FREYRE, 1965). Freyre dizia que eles acreditavam em “ficções demagógicas desse ultraliberal de última hora – última hora, sem

trocadilhos – que é(era) o Professor Alceu Amoroso Lima”, que inventara a “tese do ‘terrorismo cultural’”. O conferencista queria demonstrar, com ilustrações da história brasileira, que as chamadas Forças Armadas com as demais forças nacionais tinham surgido entre nós, em qualquer época, “sem qualquer militarismo violentamente opressor da gente civil ou organizado em casta autocrática ou oligarquia caudilhesca. O que não tem(inha) havido é(era) omissão ou ausência das mesmas Forças, no desenvolvimento do país ou na sua segurança e resguardo contra elementos antinacionais” (FREYRE, 1965). A tomada do poder pelas Forças Armadas impunha-se como uma “solução extrema – medida de salvação pública”.

Freyre acreditava que por força do Exército e de líderes civis, como alguns republicanos paulistas, ao lado deles Rui Barbosa (em um dos raros elogios), que haviam sido “muralha viva de resistência ao domínio do País pelos adeptos mais estreitos de uma seita ideológica de origem estrangeira, decidida a ir a extremos no seu esforço de conquistar o Brasil para a sua doutrina supostamente messiânica e para o seu cientificismo precariamente sociológico”, que era o Positivismo. Freyre, então, argumentava que a história não se repetia. “Porém, dentro da história das sociedades humanas, ou à sua margem, repetem(iam)-se alguns dos processos sociológicos que resultavam vários fatos históricos. Inclusive o processo de dominação – ou de tentativa de dominação – de sociedades mais ou menos inermes por pequenos grupos, atuantes e sectários, de adeptos de ideologias vindas de outras sociedades, empenhadas em por maciçamente em prática doutrinas repelidas pelas próprias gentes no meio das quais se originaram. O caso do Positivismo comteano na sua pureza, que nunca obteve na França o prestígio que alcançou no México e no Brasil”. Nesse sentido, o êxito que as Forças Armadas obtivera na República de 1889, elas voltavam a repeti-lo em 1964. Se na Velha República os militares souberam conciliar o Progresso com P maiúsculo com o tradicionalismo brasileiro, em 1964 eles também saberiam conduzir as rédeas da modernização brasileira sem se afastar daquilo que era genuinamente da terra, tupiniquim.

Novamente, Freyre estava as voltas do seu não ao transplante cultural. Sua busca continuava em soluções para os problemas nacionais que não sacrificassem os valores do país “a miragens messiânicas, mas (que) se concilie(asse) o respeito por esses valores com o gosto pelas inovações e pelos experimentos”.

“São precisamente esses valores nacionais brasileiros que há hoje quem se empenhe em deturpar, para nega-los; e à base dessa negação, desbrasileirar o Brasil, uns para torna-lo cópia deste modelo, outros, imitação daquele outro, quando a verdade é que cabe a nós, brasileiros,

orientarmos nós próprios, de acordo com nossas tradições, nossas constantes, nossas aspirações e nós próprios assimilando de modelos contemporâneos as técnicas e até valores que nos convenham, quer a sua origem seja esta, quer seja aquela” (FREYRE, 1965).

O Exército ainda tinha a ensinar para a sociedade brasileira a ética do caxiísmo, que, como o próprio autor definira, era “aquela consciência de dever, aquele senso de responsabilidade, aquela dedicação ao serviço público, aquela sensibilidade à causa nacional que constituem(iam), no Brasil, um conjunto ético de nítida origem militar: vindo de um Caxias que, entretanto, foi também homem público; e, na vida pública, tão dedicado ao serviço do Brasil quanto na militar”. Lembrava, também, que o “caxiismo não é(era) o conjunto de virtudes apenas militares mas de virtudes cívicas comuns a militares e a civis. (...) É(era) o Brasil inteiro que precisa(va) dele para ajustar-se a solicitações de desenvolvimento, sem prejuízo das de segurança; e não apenas o Exército nacional, para bem desempenhar suas funções” (FREYRE, 1965).

“Talvez se possa dizer que sem caxiismo não há defesa ou segurança nacional inteira, mas só pela metade; nem desenvolvimento brasileiro amplo, saudável, autêntico, mas só ‘desenvolvimentismo’. (...) Não há Forças Armadas plenamente efetivas quando falta não só a elas mas ao sistema político-social que as condiciona e a que elas servem, uma dinâmica além de psicológica, moral, ética. Caxiismo, portanto” (FREYRE, 1995).

Podemos entender que o caxiísmo era o enquadramento moral de toda a sociedade, tanto militar como civil, para a modernização conservadora de que nos fala Barrington Moore. Essa nova concepção de mundo, o caxiísmo, era necessária para que toda a sociedade incorporasse esse novo espírito cooperativo de organização e assumisse, junto aos governos militares, o compromisso de reestruturar a nova sociedade.

Os militares serviram também ao Brasil, segundo Freyre, para tratar o “processo revolucionário” de 1964 nos moldes genuinamente brasileiros. Estes estariam na tendência com que os brasileiros encontravam, na substituição de valores puros por valores combinados, soluções de equilíbrio; para modificar situações sem pretender extinguir radical ou

violentamente na situação nova, todos os elementos característicos das antigas que vinham a substituir.

3.2 - A IDÉIA DE REVOLUÇÃO BRANCA

Gilberto Freyre, em um outro texto de 1968, “Em torno de uma sociologia de processos revolucionários de transformação social: exemplos brasileiros”, rejeitava o caráter violento para as revoluções sociais feitas no Brasil. O brasileiro, para este autor, teria horror ao ridículo, entendido por grandes encenações revolucionárias acompanhadas de muita violência. Na verdade, o brasileiro teria pouca disposição para aceitar a violência dos impactos revolucionários em sua forma clássica, caracterizando suas transformações sociais pelas chamadas Revoluções Brancas, que seriam expressões de um processo revolucionário de transformação social ou de reajustamento da ordem social cuja violência poderia ser mínima, diferenciando-se da genuína revolução caracterizada por uma grande violência de modo teatral.

No ano de 1972, em razão da comemoração dos 150 anos de Independência brasileira, na palestra intitulada “A Propósito do Grito Ipiranga: Uma Interpretação Sociológica da Independência Brasileira”, Freyre construiu de forma mais substancial o conceito de Revolução Branca. Para o autor, as expressões de processos revolucionários surgem, na gramática sociológica, mais como verbos do que como substantivos ou mesmo adjetivos. Ou seja, o processo revolucionário sugeria a própria revolução, “o revolucionar”, que poderia ser de forma substantiva ou adjetiva.

“Na verdade, são diferentes conforme o modo por que se verifique, através de um processo sempre ativamente revolucionário, a transformação de sociedade ou de instituição ou de cultura em que se desenvolva o impacto modificador. Num caso, trata-se de transformações maciçamente substantivas; noutro, de transformações adjetivamente revolucionárias” (FREYRE, 1995: 103).

O exemplo do primeiro tipo seria o caso da Rússia, onde desde o século XIX vinha-se desenvolvendo um processo revolucionário, explodindo em 1917 uma legítima revolução substantiva, caracterizada de forma radical, violenta, sanguinária de transformação. Do outro lado, como exemplo de revoluções adjetivas estaria o caso de transformação da sociedade americana, a partir das novas relações do Estado com a economia, denominado de “New Deal”, e de novas atitudes do Estado com a segregada minoria étnica de origem africana; tais

processos haviam sido começados em velhos tempos e acelerados com o presidente Franklin Roosevelt, após a crise de 1929. Assim, por diferentes meios e com diferentes ênfases tais revoluções se faziam sentir.

No Brasil, afirmava Freyre, teria faltado tanto na sua época de Colônia como de Nação, uma “revolução com R rubramente maiúsculo; e singular; grandiosa na sua singularidade; sangrenta e patibular nos seus futuros ou na sua sistemática a frio, como foi a Revolução Francesa para a França ou a Russa, para a Rússia, ou mesmo a Mexicana para o México” (FREYRE, 1995: 107). Ao contrário de uma revolução assim singular, presenciamos vários movimentos revolucionários, no sentido plural e deficiente em dramaticidade espetacular, porém de modo algum insignificantes como expressões sociológicas de um processo revolucionário que vem nos transformando desde os dias coloniais.

Os movimentos de transformação social brasileiro que atualizariam as novas estruturas dessa sociedade, fazer-se-iam na acomodação dos mais antigos, pela genuína sabedoria de contemporização que logo no Brasil se fez presente. Assim, a renovação da sociedade brasileira que a colocou entre as modernas sociedades nacionais, foi feita não em atitudes ou em extremos explosivos, mas combinando a tendência para uma relativa estabilidade, como o exemplo da Monarquia, que não desapareceu de todo ao ser substituída pela Primeira República – Freyre, em *Ordem e Progresso*, defende a continuação sociológica da Monarquia na República.

“É, porém, através de um processo revolucionário menos ostensivo, mais a José Bonifácio que a Pedro I, que a nação brasileira vem desenvolvendo seus próprios estilos de democracia: da democracia econômica, de democracia social, de democracia étnica, além de simplesmente política. (...) Pelo que nele vem sendo a criação dos Aleijadinhos e dos Teixeiras de Freitas; dos músicos mestiços mineiros e pernambucanos do século XVIII; dos Josés de Alencar e dos Gonçalves Dias; dos Carlos Gomes e dos Villa-Lobos; dos pintores e dos arquitetos dos nossos dias; dos Manuel Bandeira e dos Carlos Drummond; dos José Lins do Rêgo, dos Érico Veríssimo, dos Jorge Amado e dos Guimarães Rosa; de um teatro já hoje nosso; de um futebol já reciado por nós; de uma culinária, também ela, tão verde e amarela nos seus sabores, nos seus odores, nas suas cores, como se sua brasileiridade esplendesse nos dourados dos seus vatapás e nos verdes dos quiabos, dos maxixes e das taiobas, dos seus cozidos e dos coentros, das suas farofas. Que independência nacional é mais isto do que afirmativas menos vivas do que essas ou só abstratas. É mais Música como a de Villa-Lobos do que Direito Constitucional como o do aliás insigne Rui Barbosa. É mais escultura como a do Aleijadinho que a Inconfidência Mineira. É

mais Joaquim Nabuco de Massangana que a Revolução Republicana de 1817. É mais um constante processo de criatividade em termos nacionais que revoluções explosivas e sangrentas. É mais o não pouco que vem acontecendo como criação brasileira do que o muito que a sabedoria política dos brasileiros vem evitando que aconteça entre nós e contra nós” (FREYRE: 1995: 109).

3.3 – A OPORTUNIDADE DE POLÍTICA SOCIAL SOB O GOVERNO MILITAR

O pensamento esboçado por Gilberto Freyre durante as décadas de 1960, e mesmo durante as anteriores, teve o seu melhor exemplo em forma de idéias sócio-políticas, as quais ele julgava apropriadas para o país, com base no seu culturalismo, quando foi convidado pelo senador Filinto Muller para dar sugestões ao programa da ARENA, documento apresentado em maio de 1972.

Já na abertura do texto ele fazia sua profissão de fé:

“(…) Daí as sugestões que aqui se oferecem não faltando o empenho em atender a essa dinâmica de tempo, não faltar o ânimo de procurarem corresponder àquela busca de ‘soluções brasileiras para problemas brasileiros’ que marca uma coincidência do programa de estudos, desde o seu início em 1949, seguido pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. (...) É evidente que o Brasil tem sofrido por vezes as consequências de orientações contrárias a esta, isto é, aquelas que quase exclusivamente jurídico-políticas. Segundo, por serem transplantes de todo simplistas, descuidados das quase certas rejeições brasileiras ao seu puro exotismo. Exóticos jurídico-social a que se opõem concretas realidades psicossociais e socioculturais. Concretas, vivas, existenciais” (FREYRE, 1972).

Para livrar o Brasil dos exotismos, Freyre propunha na parte política que “ao refletir as idéias da revolução de 1964, a ARENA será(ia) o construtor de uma situação política que possa(deria) servir, no futuro, para ampliar, entre os brasileiros, instituições brasileiromente democráticas. Instituições democráticas que devem(riam) ser entendidas dentro de um partido novo: despojado de balofas idéias liberais, mas baseadas no respeito àquele sentimento de liberdade, àquele apreço à diversidade, àquele pender para a tolerância, mais ou menos das nossas tradições ou das nossas constantes” (FREYRE, 1972).

Juntamente a esse apelo de trazer ao Brasil idéias adaptadas ao meio brasileiro, estava o conselho à ARENA para que esta procurasse um “novo processo eleitoral”, pois “no Brasil de hoje, como noutras democracias do mundo de agora, não são mais as eleições a forma

definitiva de se fazer valer o sistema democrático. Busca-se também por outros meios, ainda por ser desenvolvidos, a participação de crescente número de brasileiros nas formas de vida política e social, que a revolução tecnológica, o desenvolvimento das comunicações, a nova circunstância de poder internacional, vêm gerando” (FREYRE, 1972). Tais meios a serem desenvolvidos deveriam estar de acordo com “uma filosofia autenticamente de vida e de ação brasileiras, de validade, é claro, universal; mas desenvolvida de uma experiência histórica e de uma situação ecológica especificamente nossas” (FREYRE, 1972). Esses meios deveriam ser acompanhados de uma série de medidas, as quais se encontravam ao longo de todo o documento.

A primeira providência seria a de se tomar consciência da formação brasileira e divulgá-la “perante compatriotas e estrangeiros, de uma imagem-síntese” desta formação. Para Freyre, era preciso esclarecer a todos que precisávamos nos comportar de acordo com esta formação, para tanto ele invocava a diplomacia cultural e informativa do Barão do Rio Branco, necessária para mostrar o “Brasil de agora, decidido a desenvolver suas próprias formas – inclusive as políticas – de organização social, independente de qualquer cópia ou arremedo de organizações estrangeiras desse tipo” (FREYRE, 1972). Mas os estrangeiros queriam impor suas organizações, tomando a “originalidade, como atualmente as brasileiras”, como desvios, “aberrações quanto a regimes ‘democrático’ ou ao que seja ‘respeito aos direitos humanos’”. Em sumo, Freyre achava prioritária a informação a brasileiros e estrangeiros de que o País buscava caminhos próprios distintos dos das demais nações.

Sua segunda sugestão recomendada à ARENA era a de que o Brasil contivesse “o rapto, por nações estrangeiras, dos melhores valores jovens do país” (FREYRE, 1972). Freyre gostaria de poder deter o êxodo de cérebros e dos especialistas e até ampliar as oportunidades dos superdotados “de qualquer origem social ou étnica”. Essa idéia poderia ser entendida como a expressão do seu apego à idéia das elites: totalmente contrário à elitização por critérios econômicos e raciais, Freyre defendia as elites de potência mental.

Ainda no mesmo documento, Freyre pedia uma forma de evitar a tendência que havia “nos partidos políticos brasileiros do tipo convencional (...) para neles se formarem castas de dominadores de suas forças eleitorais. A organização partidária tem passado a refletir apenas, nesses casos, os exclusivos interesses desses dominadores, provocando, em torno dela, a apatia popular e alimentando a necessidade da massa de seguir, à revelia de partidos, líderes dos chamados carismáticos” (FREYRE, 1972).

A terceira sugestão de Freyre nos é de extrema importância, pois se refere à “rurbanização”, objeto da nossa pesquisa. Esboçaremos essa parte futuramente, no terceiro

capítulo, dando continuidade ao nosso argumento de que a rurbanização se constituía no seu projeto político de desenvolvimento brasileiro.

No entanto, para finalizarmos ainda esse capítulo, cabem-nos alguns comentários que cercaram o personagem Gilberto Freyre e o documento da ARENA.

O jornal *O Estado de São Paulo* publicou integralmente o documento de Gilberto Freyre com as sugestões à ARENA. Quatro dias depois, publicou um artigo com o título “Freyre aponta o medo infundado do governo”⁷, no qual foi transcrito algumas considerações de Gilberto Freyre acerca do documento. Em uma dessas passagens, Freyre propunha um “maior entrosamento com intelectuais, cientistas, operários, estudantes, sacerdotes e até mesmo com os chamados ‘homens de esquerda’”. E ele se incluía entre esses homens que viam “com simpatia várias das atitudes e realizações do presidente Médici e (que) estão(avam) dispostos a aceitar qualquer convite do governo, desde que seja(fosse) no sentido de trabalhar para o bem do País”. Tanto que em uma outra entrevista concedida a revista *Veja*, semanas depois da polêmica entrevista dada ao *O Estado de São Paulo*, Freyre dizia que se sentia simpático a ARENA, porque apoiava o governo e achava que o presidente Médici estava conduzindo os destinos do país com arrojo e dignidade, “mas, se o MDB me pedisse sugestões, também as daria” (FREYRE, 1972b).

Ao *O Estado de São Paulo*, Freyre ainda afirmava que não deveríamos nos importar se jornais estrangeiros, como o *New York Times* ou o *Le Monde*, criticassem nossas soluções políticas – de uma certa forma, era assim que Freyre gostaria que Dom Pedro II tivesse agido em relação a opinião internacional sobre a condução da política brasileira em seu tempo – pois “o importante (...) é(era) que a solução que encontramos(ássemos) seja(ria) só nossa, fruto de nossas experiências passadas e das necessidades presentes”. Freyre dizia também que havia um passado utilizável, sem o qual a cultura autêntica de um país tendia a desaparecer ficando à mercê das fórmulas importadas.

Em outra entrevista que a revista *Veja* publicou quinze dias depois daquela concedida ao jornal *O Estado de São Paulo*, intitulada “O Fiel do Poder Moderador”, Freyre recebia retaliações por parte do governo, no qual Josué Montello, do Conselho Federal de Cultura, respondia: “Não compete ao intelectual ficar se pronunciando sobre problemas estritamente relacionados com o processo político, a não ser que seja especialmente convidado pelas lideranças políticas”. E, nesse caso, Freyre só havia sido convidado para fazer sugestões ao programa da ARENA. Não para dar entrevistas.

⁷ Não tivemos acesso a essa entrevista do Estado de São Paulo. Nossos comentários são baseados na dissertação de mestrado de Antônio Henriques Gonçalves Cunha, da UFPE, 1986.

Nessa entrevista, Freyre propunha uma espécie de abertura que nada tinha com a democracia liberal costumeira; ela deveria ser feita dentro dos limites da democracia autoritária existente em suas idéias. O autor não desejava nem o autoritarismo, porque pregava a extinção do AI-5 em 1972; nem o liberalismo, porque continuava sem “nenhum entusiasmo por eleição”. Aquela altura, já pensava que “a opressão era desnecessária”. Era tempo para uma reabertura. “O AI-5 foi necessário porque as forças que caíram em 1964 estavam se reagrupando. Agora eu acho que ele está se prolongando demais. Contudo, qualquer medida deve ser tomada levando-se em conta a situação internacional, pois há forças internacionais querendo a desagregação do Brasil”. Mas negou que estivesse querendo derrubar o governo: “Eu me considero perfeitamente identificado com ele e estou querendo colaborar”.

Cunha que, em sua dissertação de mestrado, trabalhava com as políticas culturalistas do sociólogo, em 1986, lembrava que a situação brasileira se encontrava tão bloqueada que amigos de Freyre receavam que ele desse a entrevista, pois o próprio senador Filinto Muller que o convidara para escrever o documento, já vira certa desarmonia entre suas sugestões à ARENA e a entrevista que o sociólogo dera ao jornal *O Estado de São Paulo*. Segundo Cunha, o senador Muller não havia entendido as sutilezas freyrianas, afinal a condenação do liberalismo estava explícita. Nas mínimas opiniões se podia percebê-la. “Algo assim como chamar Pinheiro Machado de ‘um grande figura’, e ao dizer de Pedro Aleixo que era ‘um liberal, foi colocado na vice-presidência para enfeitar. Os liberais são muito bons para enfeitar’. A diferença entre o autoritário simples F. Muller e o complexo G. Freyre estava na maior capacidade deste de combinar elementos chocantes” (CUNHA, 1986).

Na entrevista concedida a Veja, Freyre já se declarava “anarquista no bom sentido”, talvez querendo dar aí, como observava Cunha, a especialização do esquerdista que se declarava. Apesar disso, repetiu que detestava os liberais: “O liberal não é carne nem peixe. Não resolve nada porque foge das soluções”. Ele era, então, um anarquista antiliberal: “Sou um revolucionário conservador. Acho que a sociedade brasileira tem coisas que devem ser mantidas e outras que devem ser viradas de cabeça para baixo”. Cunha, nessas reflexões, observava que não era possível a F. Muller, nem ao presidente Médici e nem aos outros correligionários fazer a “revolução conservadora” que imaginava Freyre: para Cunha, tais idéias eram de um exotismo que só ele mesmo, o próprio Freyre, via com naturalidade, e nem se dignou a diretamente participar e assim orientar o governo. No entanto, Freyre continuava satisfeito com o militarismo pois, afinal, via ali a continuação do Poder Moderador.

O modelo político que Freyre idealizava era uma mistura de democracia com ditadura: “Precisamos de uma mistura de autoritarismo com democracia. Durante o Império, a autoridade foi consagrada no exército do Poder Moderador, que é uma invenção brasileira. O imperador tinha o direito indiscutível de interferir com sua autoridade sempre que as disputas entre as facções pudessem levar a impasse que prejudicassem a vida do país. Em 1964, não tínhamos nem a Coroa nem o Poder Moderador e a autoridade foi posta em perigo mortal. Agora, com a Revolução, a moderação está sendo exercida pelas Forças Armadas com o Executivo Forte” (FREYRE, 1972). A respeito dessa interpretação, uma hipótese lançada por Raimundo Santos sugere que, na época do Império brasileiro, nossa sociedade civil ainda se encontrava em estado plástico, dissolvido por poderes locais representados por cada casa grande, agindo o Império de forma moderadora. Já no governo militar que Freyre alude, a sociedade civil, sob a ditadura, encontrava-se moldada por regras rígidas conduzidas pelas Forças *Moderadoras* Armadas.

No entanto, já na década de 1980, Freyre mudou sua opinião sobre o Regime Militar. Em uma outra reportagem concedida a revista VEJA (04.01.1981), questionado sobre seu apoio ao movimento de 1964, Freyre respondia: “1964 foi uma grande revolução fracassada. Os líderes do movimento tiveram a oportunidade de fazer uma revolução verdadeira, mas falharam. E fracassaram porque lhes faltou sensibilidade social e sobrou economicismo”. A esse respeito poderíamos pensar que a grande desilusão que assombrou Freyre após 1964 foi em relação ao seu projeto político reformador do qual nos falou César Paiva. Os militares não conduziram a revolução para a Reforma Agrária “não ideológica”, como queria Gilberto Freyre. Essa questão foi negligenciada, sobrando entusiasmo para aquilo que Freyre tanto criticou: a ânsia pelo “desenvolvimentismo”.

III - RURBANIZAÇÃO: QUE É?

1 – IDENTIDADE NACIONAL E REGIONALISMO EM GILBERTO FREYRE

A Questão Nacional brasileira, entendida como a vivência integral da brasilidade⁸, sempre esteve conosco parcialmente resolvida como uma herança que o Brasil recebeu de Portugal a partir de um Estado unitário. Em terras brasileiras houve sempre um único vice-reinado, com a breve exceção do período pombalino, enquanto a América Espanhola cedo se subdividiu em vários outros, por conta da tradição hispânica dos autonomismos locais, além dos obstáculos geográficos. No entanto, como observa um comentador de Gilberto Freyre, Vamireh Chacon, se lá havia os Andes, aqui existia a Amazônia. E nem por isso nos subdividimos (CHACON, 1995).

Após a Independência, a unidade nacional brasileira foi defendida pela dinastia de Bragança, como observou Gilberto Freyre em vários dos seus textos já analisados nessa dissertação, nos capítulos I e II. Coube também às Forças Armadas prosseguir a função de unificação do país durante o período da República Velha e, ainda segundo Freyre, nas décadas de 1960 e 1970 do século passado, na chamada “Revolução de 1964”.

Mesmo assim não foram resolvidas as questões regionais. Os desníveis de renda e seu cortejo de desequilíbrios de qualidade de vida mantêm vivas as questões regionais, em especial no Nordeste, região que foi a bandeira erguida por Freyre desde a década de 1920.

Franklin Távora foi o primeiro a observar essa discrepância no prefácio de seu *O Cabeleira*, em 1876, quando constatou: “Proclamo uma verdade irrecusável. Norte e Sul são irmãos, mas são dois. Cada um tem suas aspirações, seus interesses, e há de ter, se já não tem, sua política” (*apud* CHACON, 1995: 128). Nessa direção, Freyre inclinou seu trabalho logo que voltou de seus estudos no exterior ainda na década de 1920, encontrando interlocutores no Recife que deram forma ao Regionalismo.

Na introdução a *Região e Tradição*, livro de Freyre de 1941, José Lins do Rego escreveu que o longo período de estudos no estrangeiro fez com o que a principal referência do movimento Regionalista, Gilberto Freyre, visse sua região e a tradição brasileira não só

⁸ O tema da Identidade Nacional, no sentido orteguiano, surgiu no tempo da Primavera dos Povos da Europa, último surto liberal de massas, em 1848. Antes o Japão, por exemplo, já tinha homogeneidade cultural o suficiente para uma nação, porém ele e outros como ele não possuíam ainda consciência disso. Foi da Europa “quarante-huitarde” que se espalhou, mundo afora, a exaltação política da nacionalidade. Renan, grande admirador da cultura alemã, reconheceu, logo após a derrota francesa de 1871, na Alemanha de Bismarck que “Um País não é a simples soma dos indivíduos que o compõem; é uma alma, uma consciência, uma pessoa, um resultado vivo”. Jorge Luís Borges escreveu, de forma ainda mais sintética, que “Pertencer a um País é, antes de tudo, um ato de fé”. (CHACON, 1995).

com “simpatia endogâmica de nativo que regressa, mas com olhos de exógeno: enxergando no familiar certo encanto do exótico e, ao mesmo tempo, vendo-o na sua pureza de linhas e na exatidão de suas proporções” (REGO, *In*: FREYRE, 1968b: 63).

Essa idéia, entretanto, já aparecia nos escritos do autor da década de 1920, anteriores ao Congresso Regionalista de fevereiro de 1926. Em um artigo publicado na “Revista Norte” (Recife, outubro de 1924), da qual nos fala Cauby Dantas em sua dissertação de mestrado, Freyre tecia comentários acerca “do bom e do mau regionalismo”, distinção com qual chamava a atenção para os excessos do estrangeirismo, que podia se transformar “na tirania mística do exótico, em prejuízo ou com sacrifício, às vezes, de tão boas tradições locais, de tão boa prata da casa” (*apud* DANTAS, 1995: 51).

Já discutimos no segundo capítulo desta dissertação a importância da continuação da tradição frente ao moderno, dando sentido ao que Gilberto Freyre chamou de “Revolucionar Conservadoramente”. Neste capítulo, trataremos de abordar o sentido de regionalismo buscando nele o germe do que se concluiu na conceituação da política de urbanização. Para isso, voltamos ao Manifesto Regionalista de 1926.

Apesar da polêmica instaurada por Joaquim Inojosa sobre a autenticidade do ano de criação do Manifesto, não encontramos nele muita novidade em relação aos textos de Freyre da década de 1920 em defesa do regionalismo. Logo em sua página inicial, o autor já nos oferece uma definição de regionalismo, entendido como um movimento de reabilitação de valores regionais e tradicionais do Nordeste especificamente, mas podendo, e mesmo, devendo ser estendido para todas as outras regiões do país (FREYRE, 1951).

Como observou Cauby Dantas, esses valores poderiam ser encontrados nas velhas ruas estreitas, nos mucambos, nas redes de origem indígenas, no mascavo dos velhos engenhos, nas Igrejas coloniais e, principalmente, na cozinha típica do Nordeste, realizada de preferência pelas próprias mãos das negras quitandeiras. Freyre exaltava a cozinha regional como elemento estruturante da sociabilidade. O autor alertava o perigo representado pela descaracterização e pelo abandono dos pratos típicos da velha cozinha dos engenhos.

“Toda essa tradição está em declínio ou, pelo menos, em crise, no Nordeste. E uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se” (FREYRE, 1951: 18).

A questão que se sobrepunha ao Regionalismo tanto no Manifesto como nos textos escritos pelo autor na década de 1920 dizia respeito ao entendimento de região, que

expressava uma união na diversidade. Freyre compreendia que o processo de formação histórica da sociedade brasileira, por mais que se tivesse conseguido manter uma unidade político-cultural ao longo de sua história, tinha se formado de regiões que foram se sobrepondo, ou acrescentando quase umas às outras, na medida em que o próprio processo de transformação econômico-social tinha lugar (MARANHÃO, 1995).

Freyre nos convidava a ter uma visão histórica e ao mesmo tempo globalizada da questão regional para ser compreendida não isoladamente, mas diferenciada e com suas especificidades culturais, econômicas, políticas e sociais. Assim, a região passava a ser vista como espaço físico, geográfico e, principalmente, cultural, que buscava a compreensão de uma realidade mais ampla, a Nação. “O conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de ‘Estados’” (FREYRE, 1951: 6).

Essa discussão é interessante para pensarmos na construção da idéia de rurbanização do autor. No Manifesto Regionalista já encontramos muitas das discussões que iriam se desenvolver ao longo de sua obra até encontrarmos a forma do que se apresentaria na idéia de Rurbanização. No prefácio do texto do Manifesto, Freyre o contextualizava como um documento que surgiu a partir de reuniões semanais preocupadas com as questões regionais, que se desdobravam em problemas urbanos e rurais.

“Reuniões nas quais tratou-se pela primeira vez no Brasil, sob critério ao mesmo tempo ecológico e técnico, do problema da urbanização como problema regional: a articulação das cidades com seus arredores rurais” (FREYRE, 1951: 3)

2 – SOCIOLOGIA REGIONAL OU ECOLOGIA SOCIAL

A perspectiva socialmente ecológica que Freyre já antecipava no Manifesto Regionalista foi abordada especialmente em seu livro *Nordeste*, de 1937. Não se trata aqui de fazer uma análise minuciosa da obra⁹, mas trazer à discussão sobre metodologia ecológica que o autor tanto se orgulhava de ter inaugurado nos estudos brasileiros já na década de 1930, trazendo em 1945 uma abordagem mais teórica no seu livro *Sociologia*, cujo capítulo IV foi dedicado ao entendimento de uma Sociologia Regional.

⁹ A dissertação de Cauby Dantas, *Diálogos do Senhor da Casa-Grande com o Menino de Engenho: Interseção sociologia-literatura em Gilberto Freyre e José Lins do Rego*, de 2005, traz uma boa apresentação da obra *Nordeste* exposta capítulo por capítulo.

Em *Nordeste*, Freyre faz uma retrospectiva histórica, cultural, econômica e regional sobre a formação do Nordeste brasileiro, iniciado ainda no século XVI, em que teria predominado uma economia e sociedade rural, cuja base estava fundamentada no monocultivo da cana-de-açúcar em torno de casas-grandes completadas por senzalas patriarcais situadas em espaços rurais, estruturando-se a sociedade nordestina na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo. Dessa forma, nesses espaços teria se definido a primeira civilização do Brasil, deixando seu passado “pré-brasileiro” – em sua fase colonial – para constituir-se em nacionalmente brasileiro, com seus pontos positivos e negativos (FREYRE, 1982).

A análise sociológica regionalista, também chamada de ecologia social, abordada por Freyre de forma sistemática na obra *Sociologia*, de 1945, definia-se como uma expressão biológica em sociologia não tanto pelo estudo de fatores hereditários, mas principalmente das relações dos seres humanos entre si e com o ambiente, o espaço, com a região. Na verdade, os ecologistas ou regionalistas, em sociologia, tendiam mais para o ambientismo que para o determinismo particularmente étnico ou puramente biológico. Nessa concepção sociológica, em que o homem e a região são entidades interdependentes, porém plásticas e fluentes, permitindo o dinamismo do ser humano como ser social, explicar-se-ia a balança ou o equilíbrio entre o ser humano ou o grupo social e aquelas formas regionais de vegetação e de vida animal que competiam ou cooperavam com eles no esforço de todos e de cada um – ser ou grupo humano, planta, vida animal – por uma posição no espaço, resultando às vezes esse esforço em simbiose (FREYRE, 1945).

Por essa perspectiva, a ação humana exerce uma influência direta na chamada balança regional. Na análise de *Nordeste*, Freyre já falava sobre o desequilíbrio ecológico causado pela monocultura que acabava por desenvolver nessas áreas insetos nocivos, parasitas, pragas, sobre as quais o controle humano podia tornar-se impossível. Alertava também a introdução, intencional ou não, de seres humanos, plantas e animais exóticos em um novo ambiente, que podiam afetar profundamente a vida e a economia regional pelas novas associações que eles estabeleciam. Essas novas associações, no entanto, podiam resultar em equilíbrio de convivência regional, considerada saudável ou vantajosa do ponto de vista da população ou dos grupos humanos ali situados. Ou de um dos grupos: o dominante ou um dos dominados. A cana-de-açúcar, por exemplo, tornou-se no Brasil a base natural de um tipo ecológico de sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata. Em consequência do furor monocultor, quebrou, em certas áreas, o equilíbrio na convivência regional. No entanto, tornou possível a vida de conforto e até de um certo esplendor do grupo dominante. Por outro lado, um dos

grupos dominados, importado para as áreas de cana como escravo, o africano, afastaria do mesmo espaço físico-social seus antigos dominadores, os índios, para se adaptar ao meio natural e também às exigências da nova sociedade em questão: tornando-se escravo agrário e doméstico (FREYRE, 1945: 429-430).

A análise sociológica regional se caracterizaria, dessa forma, pelo estudo não tanto de conteúdos ou de substâncias – a etnia ou a cultura particular do grupo humano, ou o valor econômico do algodão ou da cana-de-açúcar importada ou transplantada em relação com o solo, com a paisagem ou com a subsistência de populações ou com os complexos regionais – mas de processos e formas de vida regional em conjunto, de interação favorável ou desfavorável à vida social humana em cada região, de distribuição, de situação e de movimento de populações no espaço físico-social ou principalmente sócio-cultural ou só sócio-cultural (FREYRE, 1945).

Na sociologia regional estaria, assim, a base da idéia de Rurbanização. Ela surgiria como uma nova proposta de ocupação tanto física como cultural do espaço brasileiro, respeitando as especificidades de cada parte do país. Tanto que o autor, no seu livro *Rurbanização: que é?*, no artigo Da Ecologia Social à Rurbanização: Considerações Gerais e um Tanto Desordenadas, cita o livro *Sociologia* como o lugar em que primeiro apareceu a palavra rurbanização de modo mais sistemático, depois do conceito transparecer em seus livros *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Nordeste*. Ali, em *Sociologia*, estariam assuntos ainda bastante atuais como a reorientação socioecológica, quer para a análise e a interpretação de fenômenos brasileiros de vivência e convivência, quer para a adaptação dessa reorientação a problemas atuais de desajustamento, além de socioeconômicos, psicossociais, de relações, no Brasil, entre grupos diversamente situados da população nacional principalmente as relações entre brasileiros situados em espaços urbanos e os situados em espaços rurais, os quais estão na maioria das vezes em desajuste, reclamando soluções “rurbanas”. E ali, em *Sociologia*, estariam também sugestões de “experimentos quase concretamente rurbanos” (FREYRE, 1982: 75).

Mas e rurbanização, finalmente, que é?

3 – O CONCEITO DE RURBANIZAÇÃO EM GILBERTO FREYRE

Em uma primeira leitura dos textos mais específicos do autor, podemos observar que a rurbanização apresentava-se como uma espécie de terceira via, pois rejeitava o marxismo, considerado como destruidor, e o bacharelismo, doutrinário. Para Freyre, a rurbanização funcionaria de forma original, eclética e multidisciplinar, aproveitando todas as correntes de pensamento, optando por aquelas que oferecessem o melhor para a análise e utilização da sociedade.

Como salientou Raimundo Santos, em seu artigo *A Rurbanização como Estilo de Desenvolvimento em Gilberto Freyre*, vê-se que a imagem de Brasil desenhada em *Casa Grande & Senzala* serviu de base à proposta de rurbanização em seu alcance político pelo sociólogo pernambucano como estilo de desenvolvimento, tendo por horizonte uma paisagem de equilíbrio modelada pelos extremos do atraso e do moderno, na recorrente proposta de conciliação dos antagonismos (SANTOS, 2006).

Naquela obra de 1933 e em outros textos anteriores já estariam os “conceitos sociais” de rurbanização nas descrições que o autor fizera aos processos iniciais de constituição da nossa formação social como, por exemplo, a da ocupação do espaço levada a diante por Bandeirantes e Nordestinos que, em sua ação civilizadora ou preurbanizante, abriam o espaço de utilização, primeiramente, pré-nacional, e depois, nacional, posteriormente chamando-o de Brasil, que para o nosso autor o nome remete ao conceito ecológico da vivência humana com o meio ambiente (SANTOS, 2006).

“Aludindo a outras descrições de *Casa Grande & Senzala*, de *Sobrados e Mucambos* (1936) e do livro *Nordeste* (1937), Gilberto Freyre voltava ao tema da formação e da modernização do país, mostrando, por exemplo um *tertius* (social) igualmente muito relevante: ‘É que a unidade de produção econômica – agroindustrial – representada pelo complexo encarnado pelo engenho de açúcar, envolveu, além de duas específicas populações – a das famílias senhoriais das casas-grandes e a dos escravos das senzalas – numerosos lavradores ou moradores, residente nos arredores das casas-grandes, vários deles compadres dos senhores de engenho. Portanto, toda uma população de nível superior ao de puros ruralitas isolados, desde que desfrutava de vantagens civilizadoras irradiantes de casas-grandes. E essas vantagens civilizadoras tocadas de contato de ruralitas de tipo superior – as famílias patriarcais das casas-grandes – com valores urbanos e, até certo ponto, urbanizantes de suas formas de vivência e de convivência. Mesmo porque era hábito dessas famílias passarem parte do ano em cidades’ (ibidem). Ou seja, em longa trajetória, conhecemos,

segundo Gilberto Freyre, retórica a parte, o ‘milagre brasileiro’: ‘Brasil vem sendo um equilíbrio de vários antagonismos que, precisamente como antagonismos coexistentes, é que parece concorrerem para a criatividade brasileira numa cultura em que, à primitividade ainda viva, se juntam, em suas inspirações e espontaneidades, sofisticções racionalizantes. Do que permanece exemplo magnífico a música genial de Villa-Lobos’ (idem: 65-66). Ainda retomando as fontes, Freyre assim continuava expondo a tese rurbana: ‘De vários desses equilíbrios de antagonismos – o conceito brasileiro de ‘equilíbrio de antagonismos’ é dos que mais esclarecem aparentes contradições na formação sociocultural, apresentadas em *Casa-Grande & Senzala* – talvez se possa sugerir que tendem a integrar-se em sistemática ‘política social’ de alcance nacional: a de rurbanização. A de juntar-se a um constante respeito pela natureza – a parte basicamente ecológica dessa política – um arrojo de modernização a que falte esta outra intenção: o apreço pelos, por alguns sociólogos chamados, ‘passados úteis’, susceptíveis de se prolongarem em presentes valiosos e até de se projetarem em futuros adaptados a constantes nacionais. ‘Passados úteis’ que não vêm faltando ao Brasil, em momentos em que lhe tem sido preciso refrear ânimos exageradamente modernistas ou desvairadamente neófilos. Aquele furor neófilo denunciado em brasileiros dos seus próprios tempos de intelectual ainda jovem, por Joaquim Nabuco’ (ibidem)” (SANTOS, 2006: 09-11).

Assim, nos anos de 1950¹⁰, Gilberto Freyre esboçaria uma nova política social de conciliação entre o mundo urbano e o mundo rural. Usando-se de uma expressão norte-americana para expressar essa nova mentalidade, denominou-a de “rurbano”, que seria “um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional – a do Nordeste, por exemplo – ou nacional – a do Brasil como um todo – valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos. Daí o neologismo: rurbano” (FREYRE, 1982: 57).

O rurbano seria o modelo de desenvolvimento que o Brasil assumiria para modernizar-se, incorporando especificidades de cada localidade brasileira, compondo um misto de modernidade e regionalismo. Para Gilberto Freyre, o Brasil não poderia se lançar ao mundo moderno perdendo de vista sua peculiar formação histórica, no qual cada região assumia um

¹⁰ Em pesquisa feita por Raimundo Santos, encontramos uma referência de Freyre em um escrito de 1976 no qual o autor relatava que sua insistência no rurbanismo como estilo de desenvolvimento procedia da década de 1950, proposta como uma solução que juntasse o técnico ao telúrico, ao social, além do psicológico e do cultural. Santos chama a atenção particularmente para o texto que seria uma das principais referências enunciadoras da questão rurbana, chamado “Palavras às Professoras Primárias de Pernambuco de 1956”. Nele o sociólogo reafirmava reflexões anteriores sobre o que já então ele queria que fosse uma reorientação rurbana do desenvolvimento brasileiro, “dialeticamente superadora do imenso erro sociológico das políticas megalopolistas que só alimentavam a cada vez maior inchação urbana acompanhada de depauperação do interior rural” (SANTOS, 2006: 11). Mais adiante, voltaremos a citar esse autor para realçarmos algumas facetas detalhadas sobre o assunto dessa dissertação.

caráter específico, que o tornava singular. Freyre preocupava-se em dizer que o país, ao entrar em uma ordem global de desenvolvimento, deveria respeitar e assimilar a cultura local, em forma de regionalismo, abarcando para um novo padrão de modernidade os costumes antigos da região de forma que não agredisse e não descaracterizasse a sua população.

Nas observações do texto de Maria Inês de França Roland, o Brasil não poderia simplesmente industrializar-se, como vinha acontecendo desde o governo de Getúlio Vargas, atraindo para as cidades um grande fluxo migratório de pessoas vindas do mundo rural, provocando, dessa forma, um grande desajuste entre o urbano e o rural. Os centros urbanos não comportavam o novo surto populacional, e sem uma infra-estrutura e empregos o suficiente para atender a demanda de mão-de-obra, o Brasil moderno caminhava para um grande colapso sócio-econômico. Era preciso que o campo oferecesse condições necessárias para que seus habitantes continuassem em suas casas, nas suas roças, evitando assim o êxodo rural, que configurava um caótico quadro social (ROLAND, 2000).

Além das precárias condições de vida que o homem rural enfrentava, o incentivo maior para o abandono da vida no campo frente a uma nova vida nos centros urbanos era dado pela crescente valorização do mundo urbano, transformando “o lavrador em homem arcaico, ultrapassado, despenteado, mal trajado”, oposto ao trabalhador urbano que recebia uma forte ideologização de progresso e modernização (FREYRE, 1982).

Assim, o crescente êxodo rural, que retirava do campo os seus “melhores indivíduos”, acarretando uma depauperização do interior, juntamente com a indiscriminada difusão de valores urbanos nas áreas rurais por intermédio da escola e dos novos meios de comunicação, como o próprio cinema, iria gerar o perigo do desenraizamento cultural de amplos segmentos populacionais.

Para a rurbanização seria necessário um sistema de ensino que valorizasse a parte rural da civilização, resgatando a figura do lavrador que quase não aparecia na história do país. A rurbanização do ensino, com seus temas, métodos e práticas, não iria opor a extrema idealização da vida rural à glorificação urbana, mas procuraria dar ao ensino nacional, regional ou estadual, integridade e harmonia, empenhando-se tanto na valorização dos homens e das coisas rurais quanto na valorização dos homens e das coisas urbanas, considerando-as complementares (FREYRE, 1982).

Caberia aqui o papel das professoras rurais que, para Freyre, eram investidas de uma “missão” não apenas acadêmica ou simplesmente intelectual, mas social, pois eram elas formadas em meio urbano e sua atividade no meio rural, faziam delas figuras idealmente “anfíbias” para esse esforço de rurbanização no Brasil (FREYRE, 1982).

“(…) Ela (a professora rural) é tanto quanto o padre ou o médico ou o magistrado, que também se encontram em missão social e não somente técnica no interior, um agente não do imperialismo pan-urbano ou pan-industrial como que empenhado em explorar populações nativas e subdesenvolvidas das áreas rurais e em conservá-las rústicas e inermes, para o industrialismo urbano melhor as explorar, mas um agente de cultura brasileira e sociologicamente cristã, todo o seu afã e toda a sua capacidade de ação e de irradiação missionária devendo transbordar do esforço de ensinar menino no de orientar adultos no sentido do desenvolvimento dos melhores valores rurais em articulação com os urbanos. Pois juntos é que esses valores aparentemente inconciliáveis, mas na verdade, complementares, poderão formar nova e vigorosa civilização brasileira que não seja nem exclusivamente urbana nem predominantemente rural, mas rurbana” (FREYRE, 1982: 89).

A função da professora rural seria, então, a de divulgadora de uma nova “mentalidade rurbana”, que revalorizasse o mundo rural juntamente com os valores urbanos, tratando-se de uma complementaridade de mundos, ou, na expressão gilbertiana, “juntar irmãos separados”. O Brasil seria um país em que a situação dos homens e valores rurais em face dos homens e valores urbanos tratava-se de irmãos separados, às vezes, irmãos inimigos, irmãos que não se compreendiam, que falando todos a mesma língua portuguesa, nem sempre davam às mesmas palavras os mesmos significados (FREYRE, 1982).

“Ela, a educadora com alguma coisa de missionária, está como ninguém em situação de mostrar às populações rurais que no meio rural, seja agrário ou pastoril, se conservam, às vezes sob o maior desprezo, escondidos no fundo do sítios ou no fundo dos baús, valores que os requintadamente urbanos não substituem nunca. Valores insubstituíveis como motivos de vida e fundamento de existência e essenciais ao todo nacional (FREYRE, 1982: 83).

A professora brasileira no interior do país teria a “missão social” de ensinar aos meninos, ou seja, às crianças e aos jovens, com sua pedagogia de ensino, a articulação de valores rurais com os valores urbanos, despertando em populações do interior o “gosto pelos seus próprios valores, o brio rural, o sentimento de lealdade do homem rural à sua aldeia, à sua casa, à terra da sua fazenda ou do seu sítio, à sua horta, ao seu gado, à sua gente, às gente que com ele trabalhe e que ele deve considerar extensão da sua própria família” (FREYRE, 1982: 90).

Em suma, Freyre anunciava “formalmente” sua tese da rurbanização em seu texto de 1956, “referindo-se à mudança das coisas do mundo social com o mesmo ‘à vontade’ (no

dizer de João Cabral) com que descrevera em *Casa Grande & Senzala* a civilização pelo português nas novas terras brasileiras” (SANTOS, 2006: 14).

Com as referências anteriores, exploraremos outros textos de Gilberto Freyre dedicados ao nosso tema, alguns contidos ainda no livro *Rurbanização: Que é?* e outros na sua coletânea intitulada *Brasis, Brasil e Brasília*¹¹, impresso no Brasil em 1968, da qual, aliás, não se ocupa a recensão de Raimundo Santos (cf. SANTOS, 2006: 08). Dessa forma, retomando aquela primeira coletânea e percorrendo os textos da coletânea de 1968, daremos continuidade à investigação sobre o complexo da idéia de Rurbanização, perpassando por várias de suas implicações como política social.

3.1 – A RURBANIZAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL

Em um dos já citados textos de 1982, que compunham a obra *Rurbanização: Que é?, Da Ecologia Social à Rurbanização: Considerações Gerais e um Tanto Desorganizadas*, no qual o autor repassava a conceituação da tese rurbana, Gilberto Freyre, além de definir a rurbanização como um processo de desenvolvimento econômico que combinava valores e estilos de vida tanto rurais como urbanos, dizia também que se tratava de uma rejeição à mística absoluta de urbanização e também “ao sonho lírico de alguns de se conservarem populações inteiras dentro de formas arcaicamente rurais de vida” (FREYRE, 1982: 57).

A rurbanização era a solução encontrada por Freyre para a aplicação de situações brasileiras, sem ser exatamente preciso adaptar situações brasileiras a uma fórmula de todo importada. Ela correspondia ao espaço brasileiro e à tradição brasileira que era “uma espécie de ecologia deturpada pelo tempo” (FREYRE, 1995: 164).

Nesse projeto político, Freyre reclamava aos projetos puramente urbanos um sentido telúrico, de forma que o desenvolvimento brasileiro pudesse conciliar os dois aparentes contrários: a modernização e o conservadorismo.

¹¹ O tema da unidade e pluralidade brasileira foi explorado especialmente no livro *Brasis, Brasil e Brasília*, de Gilberto Freyre. Como o próprio título revela, o autor reuniu vários textos que tratam do complexo brasileiro que, ao mesmo tempo, apresenta-se como um conjunto de Brasis integrado em um só Brasil. Dizia o autor na introdução do livro: “Hoje, sem ser Império, mas República federativa, o Brasil continua a ser um conjunto de Brasis. Mas esse conjunto de Brasis só tem sentido – social, cultural, étnico, econômico, político – sob a forma de um vasto e só Brasil que, por ser plural, não deixa de ser uno” (FREYRE, 1968c: 35). Trabalharemos essa obra na dissertação tendo em mente a questão da Rurbanização que o autor aborda em vários dos textos presentes no livro. Sobre o tema especificamente escolhido por Freyre para tratar na obra em questão, pensamos já ser um assunto já trabalhado ao longo da dissertação, principalmente no capítulo II, no qual nos detemos sobre o Brasil regional discutido pelo sociólogo.

“O Brasil está atualmente numa fase de desenvolvimento em que necessita pungentemente de conciliar os dois aparentes contrários: o de atualizar-se, o de modernizar-se, o de desenvolver-se, e conservando valores já muito seus: sensível ao que, para um País de ecologia tão caracteristicamente sua e de formação histórica, também tão sua, constitui uma herança valiosa. Valiosíssima até” (FREYRE, 1982: 57).

Como visionário, Freyre já alertava para os problemas da degradação ambiental causada pelo desenfreado desenvolvimentismo que se concentrava principalmente nas zonas urbanas, infestando cidades super populosas de indústrias e poluentes.

“A natureza brasileira – solos, ares, águas – vendo sendo vítima de não poucas poluições que constituem aspecto vergonhoso do chamado desenvolvimentismo brasileiro. Desenvolvimentismo que extremou-se em glorificar, para o Brasil, um presente e um futuro quase de todo urbano-industriais. Com um desprezo absurdo pela lavoura, pela agricultura, menos, porém também, pela pecuária, quando uma das mais criativas vocações apresentava-se em tornar-se um grande mercado de alimentos para populações não-brasileiras, e não apenas brasileiras, crescentemente famintas” (FREYRE, 1982: 59).

A rurbanização como política social propunha, então, conciliar as duas vocações brasileiras, que seriam elas a urbana e agrária. Essa dupla vocação daria consistência a uma solução rurbanda para os problemas de futuro brasileiro. Mais uma vez, o Brasil permanecia fecundo em suas raízes históricas: pedia o equilíbrio dos antagonismos. Pedia que se conciliasse diferenças, harmonizasse contrários. Fosse “a um só tempo, plural e uno” (FREYRE, 1982: 42).

Dizia o autor:

“Há uma perspectiva socialmente realista de futuro de um processo no qual pode ser entrevista a, talvez, principal política social a ser seguida mais vantajosamente pelo Brasil: a da rurbanização. Complexa, é possível de simplificar-se o essencial do seu objetivo dizendo-se que é uma resposta a uma situação comum a várias partes ou áreas ou regiões do Brasil e a aspirações, por sua vez, comuns a numerosos brasileiros: situação e aspiração que, atendendo, por um lado, à busca de confortos, modernizações de estilos de vida, valores urbanos, por outro lado, corresponde a uma, há anos, como que ressurgência do desejo de preservar-se e, até, desenvolver-se, a ligação do desenvolvimento com constantes, com tradições, com valores ecológica, telúrica e regionalmente rurais” (FREYRE, 1982: 73).

A rurbanização, da forma como era apresentada, resgatava a antiga discussão descrita ainda na década de 1920, registrada no Movimento Regionalista. A integração campo-cidade deveria ser estabelecida de modo que atendessem às especificidades de cada região. Não se tratava, portanto, de uma política nacional geral no sentido de uma homogeneização. A intenção era de que cada região brasileira recebesse uma política social personalizada, estudada anteriormente e que trouxesse soluções que ajustassem a modernização às tradições arraigadas e necessárias para cada povo e sua terra.

A política rurbanizante também tinha o propósito de equilibrar o espaço físico brasileiro, redistribuindo a população para partes menos densamente povoadas, como era o caso do norte do país, que incorporava grande parte da Amazônia.

“O Brasil dispõe de vasto espaço físico para, controlando seus aumentos de população, procurar redistribuir, no seu próprio território, tal população estendendo concentrações em áreas urbanas e levando facilidades transferíveis de vivência e convivência, quer satisfatórias para indivíduos socializados em pessoas, quer vantajosas para o conjunto nacional em desenvolvimento” (FREYRE, 1982: 111).

Na obra *Brasis, Brasil e Brasília*, no texto “Sugestões em torno de uma nova orientação para as relações interregionais no Brasil”, de 1958, Freyre discutia o problema da inchação dos centros urbanos com uma solução rurbana um tanto quanto interessante. O desenvolvimento moderno das técnicas de produção agrária e pastoril provocava uma redução das populações empenhadas em atividades rurais, habilitando grande parte dessas populações a atividades industriais nas cidades ou em meios rurais onde seria possível desenvolver indústrias. Sendo assim, as migrações internacionais e interregionais e as relações econômicas entre nações e regiões teriam de atender às necessidades ou à inevitabilidade desse movimento. Freyre sugeria, então, que uma das maneiras de atendê-las com maior vantagem para as culturas e economias nacionais era a solução rurbana, ou seja, “o desenvolvimento, em áreas rurais, de indústrias que, não prejudicando o caráter das regiões, embora o alterando, permitam(iriam) que, dentro dessas áreas, populações já sem oportunidades de aí desenvolverem atividades exclusiva ou rigorosamente agrárias e pastoris, continuem(ariam) a ser semi-rurais pela sua permanência em meios predominantemente rurais onde exerçam(eriam) atividades industriais” (FREYRE, 1968: 114).

Dizia Freyre em outro texto também da obra *Brasis, Brasil, Brasília*:

“Dou um exemplo concreto: tivesse o Nordeste sabido agir com mais lucidez, mais eficiência e melhor

conjugação de esforços estaduais, e estaríamos hoje, na região, com o custo de energia elétrica de Paulo Afonso reduzido de cinquenta por cento para todos os consumidores ligados ao sistema da mesma Paulo Afonso e, além disso, desoprimida a cidade do Recife da enorme sobrecarga de população pobre, miserável e improdutivo, vinda de diferentes áreas rurais do Nordeste. Como? Se aqui tivesse se instalado, como pretendeu-se instalar, um consumidor de grande porte como a bem reputada companhia anglo-americana Reynolds, que quis estabelecer-se nesta parte do Brasil com indústrias de alumínio, com a produção anual de cerca de noventa mil toneladas.

(...) Por que não se realizou tal instalação? Porque se organizou em S. Paulo um grupo brasileiro que se considera capaz – talvez com excesso de otimismo – do mesmo empreendimento, num S. Paulo já cheio, aliás, de indústrias e onde é notória a escassez de energia elétrica para novas indústrias.

Freyre reclamava por uma bem equilibrada relação inter-regionais, ou seja, que os investimentos não se concentrassem somente nas regiões já bem desenvolvidas, mas que se distribuisse igualmente as oportunidades de desenvolvimento para todas as regiões brasileiras, ricas e pobres. O benefício feito a uma sub-região pobre do país desigualmente desenvolvido, argumentava o autor, resultaria favoravelmente ao conjunto nacional. Bradava ele: “Não se trata de caridade mas de recuperação; e recuperação de proveito para o País inteiro” (FREYRE, 1968: 93).

* * *

Como já anunciamos no segundo capítulo dessa dissertação, a rurbanização aparecera assumidamente como uma proposta política de desenvolvimento brasileiro no programa de ARENA, em 1972. Nesse documento, a idéia rurbanizante do autor apresentava-se com o objetivo de combater a “descontrolada urbanização”, desenvolvendo urbanamente as zonas rurais; e as zonas urbanas, com elementos rurais. As sugestões a esse tema assim continuavam no corpo do documento: “Era necessário realizar uma distribuição eqüitativa de renda *per capita*”, para que o “equilíbrio interregional” não fosse afetado por “concentrações regionais de força econômica”. Uma sugestão um tanto curiosa dada por Freyre era a de propor que a Amazônia fosse povoada tanto por “aparentes vagabundos, ex-presidiários, indivíduos parcialmente inválidos, desempregados”. Seguiu dizendo “que o país reclama(va)” por reformas agrárias, capazes de contribuir “para o desenvolvimento e para a própria segurança nacional” do país, impedindo também a crescente marginalização de populações rurais. A

rurbanização deveria ser animado por pensadores e cientistas sociais que não desprezassem as várias realidades ecológicas brasileiras.

Foi dessa forma que a questão da rurbanização como política social foi acionada no documento do partido da ARENA. O tema de nossa pesquisa se remete a ver na proposta da rurbanização um projeto político-administrativo para a modernização do Brasil, entendendo o rurbano como uma política social para a integração das massas urbanas e rurais à vida nacional, que complementaria a política de democratização do solo, tema a que se referia Freyre no texto *Revolucionador Conservador*, de 1949.

Assim, finalmente, na década de 1980, Freyre viu seu projeto político se concretizar na prefeitura de Jaime Lerner da cidade de Curitiba, Paraná. Logo que assumiu o governo, em 1979, o então prefeito apresentou a proposta do projeto de reforma agrária chamada de *Comunidades Rurbanas*. Tratava-se, em uma apresentação mais ampla, de comunidades rurais estruturadas perto de rodovias que as ligassem a pequenos centros urbanos, prestadores de assistência técnica e social. Para a ocupação dos terrenos dessas comunidades, privilegiavam-se as famílias de origem rural que viviam em favelas e bairros da periferia curitibana, dando-lhes a oportunidade de criarem um roçado para subsistência e comercialização de excedentes, aumentando a renda da família.

No seu discurso de posse, o Prefeito Jaime Lerner, em abril de 1981, justificava a implantação das comunidades rurbanas como uma tentativa de frear o fluxo migratório para as metrópoles brasileiras que inchavam cidades, aumentando a marginalidade social e piorando o atendimento público de assistência social a população. A alternativa encontrada para esse problema era o de investir no campo, revitalizando cidades localizadas mais próximas das zonas rurais de forma que elas se estruturassem para oferecer às populações vizinhas os serviços essenciais de educação, saúde, transporte, comunicação, cultura e lazer, constituindo-se em ponto de apoio à difusão do bem-estar. Dessa forma, as pequenas cidades revitalizadas reteriam o seu próprio crescimento populacional, representando também uma nova opção para o homem do campo, desejoso de experimentar a vida urbana (*in* FREYRE, 1982: 135).

Tais considerações estavam de comum acordo com as idéias de Freyre a respeito do assunto. Lerner ainda concordava com o sociólogo a respeito do fato de que as políticas de desenvolvimento econômico baseadas somente na importância do capital e da tecnologia, respaldadas pela ânsia do desenvolvimentismo, criaram o processo de empobrecimento da maioria da população seja ela urbana ou rural. O Prefeito, assim como Freyre, apontava para uma proposta voltada aos valores do homem:

“A população, sem consciência do problema (do desenvolvimentismo), permaneceu durante muito tempo orgulhosa do gigantismo de certas realizações governamentais, das estatísticas ufanistas e dos conceitos que consideravam desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico.

Mas esse tempo já passou.

(...)

Uma escala menos monumental, é certo, mas profundamente calcada nos ideais cristãos, de solidariedade humana, em busca de uma sociedade mais justa. Estamos a caminho” (in: FREYRE, 1982: 141).

3.2 – AS CIÊNCIAS SOCIAIS E A RURBANIZAÇÃO

Gilberto Freyre foi sempre um dos nossos principais intelectuais a reivindicar um lugar para as Ciências Sociais no desenvolvimento brasileiro. Desde a sua formação acadêmica, na qual recusou veemente as soluções jurídicas para buscar na compreensão sociológica novas medidas que trouxessem uma adaptação genuinamente brasileira para os nossos problemas, Freyre não poupou esforços para incluir sociólogos, antropólogos - cientistas sociais de uma forma mais ampla - na gama de profissionais aptos a trabalhar na construção da realidade brasileira.

O autor defendia a idéia de que no campo dos estudos sociais, as situações sócio-econômicas peculiares das regiões tropicais, como a grande parte das regiões que constituíam o Brasil, exigiam abordagens diferentes das empregadas por cientistas sociais europeus e anglo-americanos para o estudo, a análise e a interpretação de situações próprias dos seus países de origem. Os transplantes das soluções dessas realidades para a nossa fracassavam pela rejeição do transplante de métodos, de conceitos e de soluções de caráter socioeconômico que não se adaptavam ao nosso ambiente.

Assim, a Rurbanização foi a grande chave encontrada pelo sociólogo de Apipucos em integrar as ciências sociais com a economia e tecnologia na modernização brasileira. Uma política social brasileira de conciliação de contrários ou de antagonismos aparentemente inconciliáveis estava calcada em bases cientificamente sociais. Dizia o autor na introdução de *Rurbanização: Que é?:*

“O problema – ou conjunto de problemas – ligado, no Brasil, ao relacionamento do Homem com o Ambiente, é inseparável de uma perspectiva socioecológica desse

relacionamento. Pois quem diz ambiente diz ecologia” (FREYRE, 1982: 13).

A Sociologia passava a ser uma ciência aplicável ao trato de concretas e específicas situações humanas em vez de permanecer uma Ciência ou Filosofia mais abstrata que existencial em suas projeções.

“Existencialidade que se definiria nesse ânimo de aplicação de saberes social ou psicossocioculturais, ao trato de situações concretas, através de propósitos de situarem-se problemas, em suas circunstâncias específicas e, por conseguinte, ecológicas ou ambientais. Esses propósitos, para alguns dos sociólogos ou cientistas sociais desse novo tipo, possíveis de serem sistematizados por meios capazes de, em suas aplicações, constituírem fusões de formas e de conteúdos, quase sempre através de três interrelacionadas Engenharias, cada uma delas voltada, de modo o mais possível objeto científico para relações do Homem com o seu Ambiente” (FREYRE, 1982: 13-14).

Gilberto Freyre, em uma obra que abordava a questão das três Engenharias - a física, social e humana – *Homens, Engenharias e Rumos Sociais*, dizia que qualquer das ciências sociais considerada sob critério situacional, ou seja, guia de casos específicos, sua aplicação a situações concretas tornava-as engenharia no sentido lato de engenharia. Na divisão de tarefas das três engenharias, à física competiria assuntos relacionados a construções em espaços ocupados por homens; a humana estaria entretida em tratar das relações entre o homem e as tecnologias, o homem e os equipamentos técnicos de uso, além de pessoal, social; a engenharia social, por sua vez, seria ela própria a extensão ou aplicação da ciência social no trato de problemas de desentendimento, distância, segregação entre homens ou grupos humanos “susceptíveis de serem resolvidos por meio de equivalentes de pontes, isto é, de formas de contato, comunicação, compreensão de efeitos ou alcances sociais” (FREYRE, 1974: 23).

Ainda na introdução de *Rurbanização: Que é?* encontramos a seguinte definição para as três Engenharias:

“Estas três Engenharias, a Física, a Humana, a Social. A Física, a Engenharia que lança pontes físicas entre o Homem situado em determinado local e outros locais, a que lhe constrói as habitações, os abrigos, os locais de trabalho e também os destinados a suas devoções, a sedes de seus comandos cívicos ou políticos, a escolas, a hospitais, a recreações; a Humana, a que harmoniza ou procura harmonizar com as formas de corpo dos homens e com as predominâncias, como participantes de

determinado grupo social, de suas tendências psicossocioculturais, de seus modos físicos e culturais de viver e de conviver, de suas atividades, e de seus lazeres – também estes, além de físicos, transfísicos –, os instrumentos dessas atividades e desses lazeres físicos e transfísicos, sejam leitos ou assentos, veículos ou máquinas, trajes ou calçados, alimentos ou recreações; a Social, a que diz respeito à organização ou à sistematização, em planos transfísicos, de suas formas de vivência e de convivência, desde as econômicas, às políticas, às religiosas, às recreativas” (FREYRE, 1982: 14).

Assim, as três engenharias formavam um conjunto de saberes científicos e aplicáveis a serviço do homem: do seu bem-estar e da sua saúde. Aqui entrava uma antiga crítica de Freyre ao progressismo desenfreado. Para o autor, o superprogresso era um mito moderno pelo qual o homem atual precisaria não se deixar seduzir inteiramente, como se a solução tecnológica fosse por si só uma solução messiânica para os problemas de desenvolvimento humano considerados na sua complexidade. As engenharias sociais e humanas serviriam de balanceamento para o equilíbrio do progresso e o “atraso”.

Freyre retomava também a necessidade de seguir-se a orientação ecológica nos estudos relativos à condição humana “que é, sempre, quer com relação específica à sua casa de residência, quer com relação a outros particulares existenciais, a de um homem situado em ambiente específico” (FREYRE, 1974: 68). Da mesma forma, às três engenharias não poderia escapar o critério ecológico que importava na adaptação do homem ao seu ambiente ou meio. Tratava-se, portanto, de considerar um homem situado, existente, coexistente e não um homem abstrato que fosse concebido como objeto de considerações de qualquer das engenharias sob um aspecto único ou uniforme em vez de diferenciado no que nele fosse expressão existencial (FREYRE, 1974).

Nesse sentido, Freyre alertava para o perigo de regiões como o Nordeste, Norte e Centro-Oeste brasileiro, no afã da modernização, desprendessem-se de seus condicionamentos essenciais além de existenciais: o da sua ecologia ou das suas ecologias tropicais e o da sua formação histórico-social (FREYRE, 1974).

A solução para esse impasse seria a rurbanização.

“As referências a soluções rurbanas para muitos dos problemas brasileiros de desenvolvimento considerados como problemas inter-regionais no seu modo de ser dinamicamente nacionais poderiam ser ampliadas em toda uma perspectiva desse desenvolvimento que seja uma perspectiva rurbana. É claro que um rurbanismo aplicado de modo diverso as situações regionais diferentes” (FREYRE, 1974: 75).

A opção rurbana para o desenvolvimento de uma nação nacionalmente brasileira sobre o espaço nacional, afirmava Freyre, precisava ser realizada a partir de informações, orientações e perspectivas operacionais mais abrangentes que, basicamente, as três Engenharias reunidas poderiam fornecer: a Física, relativa a construções materiais e relacionamentos dos vários tipos regionais de Homem brasileiro com espaços físicos; a Humana, atenta à relação antropológica entre os tipos predominantes de homens brasileiros, nas várias regiões do país, e transportes, máquinas, cadeiras, móveis, vestuários, sapatos a serem fabricados por indústrias especificamente para esses homens; e a Social, atenta a esses relacionamentos em termos coletivos com relação a formas sociais de convivência e de inter-relação entre grupos humanos situados nas várias áreas do país (FREYRE, 1982: 123).

Dessa forma, a orientação rurbana de desenvolvimento social, socioeconômico e psicossociocultural brasileiro procuraria resolver desde problemas de localização de atividades agrárias, pastoris como industriais, atentas ao bem-estar humanamente brasileiro em geral e não a grupos particulares desatentos aos demais.

3.3 – O PAPEL DOS INTELECTUAIS NA RURBANIZAÇÃO

Definida a importância das Ciências Sociais na produção do conhecimento para sustentar a política geral, observaremos como o autor atribuía o papel social dos intelectuais na concretização da Rurbanização. Desde 1956, em seu já conhecido texto dedicado às professoras primárias de Pernambuco, Freyre idealizara um lugar de destaque para essas personagens no desenvolvimento da política social rurbanizante. Como já apresentamos anteriormente nesse capítulo, as professoras seriam aquelas divulgadoras de uma nova mentalidade rurbana. Por ser uma figura “anfíbia”, que transitava tanto em ambientes urbanos como rurais, ela seria a responsável por introduzir em seus alunos novos valores que conciliassem os dois mundos, o urbano e o rural.

O ruralista nascia e crescia cercado de sugestões, livros, revistas, além de uma concepção de mundo que glorificava os valores urbanos ao mesmo tempo em que desprestigiava os rurais, identificados como sinônimo de atraso e inferioridade. A proposta de Freyre era a de que professores, médicos, clérigos, homens públicos e intelectuais de uma forma em geral juntassem seus esforços ao do agrônomo, no sentido de valorização da vida rural, buscando no passado brasileiro a história reconstruída de valores positivos que deram origem a cultura nacional. Citaremos, pois, uma passagem do texto “Os Brasis pobres em face dos Brasil ricos” do livro de 1968 em que Freyre discorre sobre esse assunto:

“Como líderes em potencial de comunidades rurais, professores, padres, agrônomos, veterinários, médicos, farmacêuticos rurais e, até certo ponto, magistrados e advogados – em geral, transeuntes nos meios rurais, ainda mais que as professoras e os padres – em vez de se comportarem nessas comunidades como exilados de olhos voltados nostalgicamente para meios urbanos, devem integrar-se o mais possível nelas. Dada a atual disparidade entre meios urbanos e meios rurais no Brasil, tais atividades guardam ainda, quando exercidas em meios rústicos, alguma coisa de ação ou esforço missionário. E a atividades desses missionários deve ser a de profunda identificação e simpatia com os meios rurais, com sua gente, seus problemas, suas angústias, com as artes domésticas, populares, folclóricas peculiares a esses meios, como a da renda em Caruaru, por exemplo, a da cerâmica em Taquaratinga, a de trabalhos de palha em Águas Belas, a de bonecas de pano em vários povoados do Nordeste, e também de identificação uns com os outros – agrônomos com padres, veterinários com professores, médicos com zootécnicos, farmacêuticos com advogados – pois nenhum desses trabalhos em meio rural alcançará êxito, senão sob a forma de esforços que de técnicos se alarguem em campanhas sociais: esforços de cooperação sociologicamente orientados e para os quais deve concorrer toda gente mais culta” (FREYRE, 1968: 87-88).

Freyre pedia que se propagasse a origem rural de grandes homens, como Santos Dumont, Prudente de Moraes, Joaquim Nabuco, Epitácio Pessoa, entre outros, além da “inspiração rural ou agreste de grande parte da música de Villa-Lobos” (FREYRE, 1968:90). O esforço de valorização de tais homens “autenticamente grandes” e de suas criações, “autenticamente brasileiras em seus motivos, em suas raízes, em seus efeitos mais profundos” (*idem*: 91), era o resgate do que se constituía no mais genuíno da cultura brasileira. Para o autor, valorizando-se o rural da cultura brasileira em detrimento do esquecimento desse em razão da glorificação dos elementos urbanos de importação, estaríamos conservando ao mesmo tempo elementos éticos e de possibilidades intelectuais e estéticas rusticamente brasileiros, guardados pela gente rural. Tais elementos, alimentados pelas constâncias rurais da nossa vivência, eram constantes e não transitórios. Deveríamos, então, exaltar elementos de valor permanente e não reflexo de modas ou caprichos metropolitanos que importávamos de outras civilizações e que não vinham correspondendo ao desenvolvimento simplesmente material ou técnico que nos dava a aparência (FREYRE, 1968).

O sociólogo pernambucano sugeria também que, para a divulgação dessa cultura nacional, era preciso que, além da moderna expansão do rádio, do cinema, do tráfego aéreo e terrestre – com a melhoria das estradas de chão e de ferrovias – nos sertões de países da extensão do Brasil, os governos e particulares, donos de empresas ou indústrias rurais,

fizessem chegar às populações do interior um maior número de livros e revistas de qualidade, além de eventos culturais como teatro, cinema e concertos também de qualidade para que o homem rural não precisasse deixar o campo para conhecer a cultura brasileira restrita às cidades. Dizia Freyre que “o brasileiro do interior é(ra) quase sempre um São Tomé que quer(ia) tocar com os dedos nos valores urbanos” (FREYRE, 1995: 166).

Para a implementação dessa política cultural, seriam necessárias a consolidação e a condensação administrativa de dois ou três municípios em um só, criando-se assim os centros transmunicipais, o que seria possível por meio da melhoria das condições de transportes. “Esses centros transmunicipais de cultura, assistência e recreação dariam vida intelectualmente nova ao interior do Brasil, mostrando às populações rurais que elas têm direito ao contato vivo, direto, pessoal com o que a inteligência, o saber e a arte do país têm de melhor” (FREYRE, 1982: 87).

Raimundo Santos já observara em textos já citados¹² que, para Gilberto Freyre, o Brasil tinha sua vocação de “política social” na rurbanização dependente de uma “vontade política” bem descondicionada. Ou seja, Freyre atribuía a concretização da política rurbaria aos poderes governamentais, apostando a realização dessa idéia nas convicções dos homens públicos que, em geral, seriam sensíveis aos valores do rurbanismo proposto pelo sociólogo pernambucano.

Dessa forma, numa espécie de boa vontade nacional, Freyre esperava que os governos, os homens públicos e o congresso nacional, além de grandes empresários, formassem políticas de ocupação de espaços rurbanos:

“Neste sentido é o meu apelo: no sentido de liderarem os industriais paulistas um movimento de integração de atividades industriais paulistas um movimento de integração de atividades brasileiras, agora desarticuladas, que faça deles, mais do que líderes de uma atividade particular, substitutos de estadistas, aos quais estão faltando olhos para ver e ouvidos para ouvir as terríveis advertências bíblicas que só faltam estourar-nos os olhos e arrebentar-nos os ouvidos. É preciso que os industriais brasileiros – sobretudo os paulistas – assumam essa responsabilidade, assistidos ou orientados por cientistas sociais; e unidos numa vasta obra intranacional de engenharia social” (FREYRE, 1968: 122)

E continuava o autor na página seguinte do texto acima citado:

¹² Nos textos de 2001, *Rurbanização e Revolução Agrária em Dois Registros Clássicos*, e 2006, *Rurbanização como Estilo de Desenvolvimento em Gilberto Freyre*.

“Pois tudo indica poder o Brasil tornar-se uma saudável civilização rurbana, através de inteligente articulação ou integração de tais valores. Articulação ou integração que se opere através de cuidadoso esforço de engenharia social, em que – repita-se – os cientistas sociais colaborem com os líderes das indústrias, os líderes das indústrias com os líderes operários, os homens de governo com os particulares, numa obra verdadeiramente de conjunto que além de integração nacional seja de integração humana” (FREYRE, 1968: 123).

Uma das grandes responsabilidades dos líderes brasileiros, para Freyre, era a de promoverem a diminuição da distância tanto física quanto social entre as populações rurais e urbanas assim como as de diferentes regiões do país, não procurando uniformizá-las segundo um padrão considerado arbitrariamente como superior – e aqui Freyre se referia ao paulista – mas buscando desenvolver nelas especialidades regionais de atividade econômica e cultural, colocando-as todas em plano nacional: um plano nacional que se estendesse do Norte ao Sul do país, sob o critério de que diferenças não só sócio-econômicas, mas também culturais não significassem inferioridades em face de superioridades, mas diferenças capazes de se complementarem, com vantagens para o vasto sistema nacional constituído pelo Brasil (FREYRE, 1968).

A construção de Brasília teria sido, nessa argumentação, a grande oportunidade política e administrativa de se implementar o ideal rurbano. A cidade levantada no centro do país, interligando as várias regiões brasileiras, teria sido a solução genuinamente nacional encontrada para o programa de desenvolvimento brasileiro. No entanto, para Freyre, e essa será nossa próxima discussão, faltou ânimo criativo em se buscar adaptações regionalmente brasileiras para a nova capital brasileira. Buscou-se, novamente, soluções importadas de outras realidades que foram mal ajustadas no nosso trópico.

4 – BRASÍLIA: A VITÓRIA DO MODERNISMO DE 1922.

A construção da cidade de Brasília tornou-se o grande projeto político do então Presidente da República Juscelino Kubitschek na metade final da década de 1950. Brasília surgia como uma proposta modernista de urbanização com arrojados ensaios arquitetônicos de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, inspirados na arquitetura de Le Corbusier. A nova capital do país serviria de modelo para uma nova geração que a lançasse rumo a modernização, além da promessa de integrar as diferentes regiões brasileiras antes esquecidas pela demasiada atenção dispensada ao eixo Rio - São Paulo.

As críticas de Gilberto Freyre a esse projeto começaram no ano de 1958, ou seja, ainda durante a construção da cidade, que foi inaugurada no dia 21 de abril de 1960, com vários artigos concentrados especificamente nos dois livros que o autor dedicava ao tema da Rurbanização: *Brasis, Brasil e Brasília*¹³ e *Rurbanização: que é?*. Em um artigo publicado nesse primeiro livro, *Brasília*, Freyre estava de acordo com a transferência da capital brasileira, antes no litoral, para um “interior ecológico, econômico e sociologicamente estratégico”. Dizia Freyre:

“Porque já não é de inimigos que pretendem nos esmagar com suas armas, de potências apenas militares que buscam hoje, principalmente, nos defender; e sim da inércia ou do comodismo que nos vinha prendendo a cidades já feitas, a regiões já povoadas, a áreas já industrializadas, a relações com o exterior já caducas, a convenções já arcaicas de política e de economia, enquanto o interior da República, como até o século passado o do Império e, antes, o do Reino, para não falar no da Colônia, continuava quase de todo paisagem bruta; selva dificilmente penetrada pelos Rondons; lavoura trabalhada por caboclos heróicos mas, muito deles, doentes, impaludos, anêmicos; a agricultura, uma rotina; a pecuária, um desconhado” (FREYRE, 1968: 176).

O homem do interior continuava esquecido. O industrialismo pan-urbano era a ideologia dominante, confundindo progresso e modernização com indústrias e áreas urbanizadas. O aparecimento de Brasília não modificou essa mentalidade por completo, a agricultura continuava desprezada pelas elites dominantes. No entanto, o que vinha acontecendo com o surgimento dessa cidade era o sentido de uma nova consciência que, explicava Freyre, era onde começava as verdadeiras revoluções, de um novo e renovador sistema de relações entre litoral e centro, entre o Norte e o Sul. Ou seja, um novo sistema de relações inter-regionais que, “se já não se faz(ia) sentir plenamente ou, sequer, de modo concreto, sobre a economia ou a cultura nacional, já opera(va) sobre a consciência da maioria dos brasileiros” (FREYRE, 1968: 176). Brasília, nessa perspectiva, representava uma nova concepção para o Brasil inteiro, um Brasil inter-regional no seu modo de ser Nação una e, ao mesmo tempo, plural: os vários Brasis em um só Brasil.

¹³ Sobre essa obra, encontramos em um texto de Freyre, de 1978, no qual o autor disse ter esse livro, *Brasil, Brasil, Brasília*, sofrido uma espécie de censura não declarada, mas ambígua da parte de editores admiradores de JK e dos dois arquitetos responsáveis pela fundação de Brasília. A primeira publicação do livro foi feita em Portugal. Freyre argumentava que seu livro era crítico não da idéia de Brasília, idéia magnífica segundo ele, mas sim da maneira como se estava processando essa criação: com uma preocupação puramente estética (FREYRE, 1995: 162).

As críticas de Freyre começavam pelo fato de não se ter consultado cientistas sociais e pesquisadores das áreas naturais, como biólogos e geógrafos, que dariam uma perspectiva sociológica e ao mesmo tempo ecológica para a construção da nova capital brasileira. Em um outro trecho do mesmo artigo, Freyre estendia sua crítica:

“Pois o que alguns de nós, estudantes já antigos e talvez um tanto caturras, de Antropologia e de Sociologia, estranhemos em cidades de repente encravadas pela técnica dos arquitetos no interior do Brasil, com arrojos os mais modernos de arte urbana, como ontem Goiânia e agora Brasília, não é o repentino desses enclaves arquitetônicos ou a intrusão dessas audácias urbanísticas que as técnicas de hoje permitem e as artes atuais facilitam; e sim o fato dessas cidades criadas para da noite para o dia se casarem com os sertões ásperos, viris, bravios, não se prepararem para tais núpcias senão fazendo-se embelezar pelos arquitetos e polir pelos urbanistas; e à revelia dos sociólogos, dos antropólogos, dos biólogos, dos psicólogos, dos geógrafos capazes de as dotarem de aptidões para seus deveres menos ostensivos e mais terra-a-terra, porém tremendamente mais graves e mais sérios que os apenas urbanísticos, de futura mães de brasileiros, filhos dessas cidades novas casadas com sertões antigos” (FREYRE, 1968: 177).

Freyre defendia que o Brasil tinha um “passado útil” valiosíssimo para ser considerado nas novas empreitadas que o levassem rumo a modernização. A formação da nossa constituição social havia se firmado em um equilíbrio de antagonismos, conciliando sempre pares antagônicos que configuravam uma natureza peculiar para o nosso país. O brasileiro não era um simples imprevisto, mas resultava de um passado que deveria ser utilizado por orientadores de tudo o que no Brasil fosse obra projetada para um futuro condicionado, como o passado, por constantes ecológicas que caracterizariam e respeitariam as especificidades brasileiras, ajustando soluções a nossa própria realidade e não resultando em importações de realidades da civilização européia ou norte-americana. “Existência, vivência, experiência, e não tempo morto, é o que é esse passado a projetar-se sobre o futuro; e do qual seria loucura deixarmos de conscientemente aproveitá-lo na sua parte utilizável” (FREYRE, 1968: 181).

Sociólogos, antropólogos, geógrafos, biólogos entre outros pesquisadores seriam os responsáveis por atualizarem esse nosso passado útil na construção da nova capital brasileira que, em trabalho conjunto com arquitetos e engenheiros, projetariam um futuro abrasileirado na nova cidade construída em raízes sólidas da cultura brasileira. Repetia o autor:

“Mais uma vez tenho sugerido da civilização que se desenvolve no Brasil não só que não nos convém ser uma civilização voltada só para o futuro e esquecida da experiência especificamente brasileira que lhe dá autenticidade no tempo, tanto quanto no espaço, como que não nos convém que ela se torne uma civilização exclusivamente urbana, isto é, inimiga do que seja valor, além de rural, lento como se tudo que fosse rural ou lento em nossa vida fosse acaísmo a ser rejeitado. Lixo social a ser enterrado” (FREYRE, 1968: 183).

Brasília, como foi planejada, surgia assim como uma cidade que a Esperança, e não a Tradição, era o principal característico. Como Cidade-Esperança, o desenvolvimento dessa cidade messiânica transformara-se em pura criação arquitetônica e urbanística, com seus arquitetos e urbanistas alheios ao critério urbano de desenvolvimento moderno. Freyre, para essa afirmação, observara o caso da antiga União Soviética que, numa espécie de recém-chegada à modernidade, ainda deslumbrada, rejeitava o tempo lento, o tempo rural. No entanto, as nações que já haviam atravessado a fase do deslumbramento com os triunfos urbano-industriais, como era o caso da Grã-Bretanha, Alemanha, Dinamarca, Holanda, davam ao atual desenvolvimento outro sentido, o urbano. Ruralizava-se sob vários aspectos: “inclusive quanto ao ‘dormir devagar’ do velho sertanejo do Norte, horrorizado com o dormir apressado ou agitado e anti-higiênico dos urbanistas, inimigos de toda espécie de vagar: do ‘dormir devagar’, do ‘comer devagar’, do ‘beber devagar’, do ‘amar devagar’, do ‘andar devagar’” (FREYRE, 1968: 184).

Nessa busca desmedida em se identificar com o moderno, adotou-se em Brasília soluções que impunham uma verticalização na urbanização, expressão absoluta de modernismo, progressismo e racionalismo. Esse teria sido exatamente o símbolo da arquitetura de Le Corbusier. Sobre essa influência, o sociólogo pernambucano fizera uma interessante observação em que comparava o que no Brasil sucedeu, um século antes de Le Corbusier, com Auguste Comte, no campo das idéias, o positivismo. O progressismo e o racionalismo dessa corrente filosófica parece ter sido mais seguido em países fora da Europa, como o Brasil, do que pelos próprios europeus. Completava Freyre: “Pois não foi pouca a rejeição européia ao Le Corbuseísmo, nos nossos dias, e em dias dos nossos avós, ao Comtismo tão seguido por militares brasileiros de formação matemática” (FREYRE, 1982: 121).

Dessa forma, Brasília, segundo Freyre, corria o risco de se apresentar, sob um aspecto não apenas urbanístico, mas também sociológico, mais modernista que moderna, na sua configuração puramente vertical ou exclusivamente urbana de cidade criada no centro do que,

até então, era o nada no Brasil. Por modernismo, o sociólogo, criador do movimento Regionalista, contemporâneo ao movimento modernista de São Paulo, entendia uma interpretação do moderno em simples termos transitórios de moda; “e por conseguinte, contrária, como quase todo *ismo*, ao que significa a modernidade como expressão de um processo de renovação tão constante que nem pára nunca em novidade nem se particulariza em inovação glorificada como perfeita ou definitiva por seus admiradores ou por seus adeptos mais ou menos efêmeros” (FREYRE, 1968: 184).

A crítica era ainda mais contumaz, em um texto de 1982, quando o autor dizia que Brasília podia ser tida como “semitriunfo anexado aos fracassos brilhantes – como tendem(iam) a ser vários fracassos – dos Modernistas de 22” (FREYRE, 1982: 69). Dizia ele:

“O maior êxito dos Modernistas da Semana de 1922 foi Brasília. O triunfador, Juscelino Kubitschek ao entregar surrealisticamente a construção de uma cidade a dois arquitetos escultoriais: Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Essa obra-prima de escultura escultural Modernista, de todo urbano-industrial: alheia à sua ecologia, ao seu ambiente, ao seu espaço: telúricos, rurais, selvagens, agrestes, tropicais” (FREYRE, 1982: 69).

Insistia Freyre no ponto de que a arte levantada em Brasília era exclusivamente urbana e sectariamente Modernista em relação a uma ecologia, a um ambiente de todo oposto à realidade brasileira: à ruralidade característica de seus maiores espaços. Essa ruralidade seria resistente a urbanizações em termos absolutos e de todo destoante dos espaços ruralizados ou potencialmente ruralizáveis. “Em termos de todo verticalizantes em vez de também atentos a vocações horizontais” (FREYRE, 1982: 69).

No entanto, mesmo com essa empreitada modernista e os esforços de arquitetos e urbanistas condicionarem a vida social da urbe, Brasília subverteu essa ordem ao encontrar espaços em que pôde exercer sua vocação rurbana. As cidades satélites teriam sido o lugar encontrado pela população para corrigir os excessos de urbanização dos idealizadores da cidade. Dali, daqueles arredores rurais, teriam vindo as respostas ecologicamente vigorosas ao desafio de Brasília como presença intensamente urbanizante na selva do centro do Brasil (FREYRE, 1982: 122).

E assim Freyre insistia que um dos maiores erros cometidos pelos arquitetos de Brasília teria sido o de não se deixarem ouvir “homens de outros saberes, outras perspectivas, outras imaginações, outras experiências”, que teriam dado um novo sentido a capital brasileira:

“Esse sentido telúrico, dentro de um afã de reforma sociopolítica reclamada pelo Brasil é que, em Brasília, parece ter faltado a mestres de uma superior visão de arquitetura estética, como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. O que lhes faltou, nesse sentido, talvez tenha sido uma orientação socioecologicamente rurbanizante que os fizesse integrar suas construções, ao mesmo tempo que num ritmo moderno de convivência, num espaço teluricamente brasileiro e num ambiente psicossociocultural também brasileiro: condicionado por hábitos, modos de ser, gostos brasileiros como resultados de uma formação históricossocial, ou psicocultural, ou antropocultural diferente da européia ou da anglo-americana. Em vez de terem dado ao Brasil, elitistamente, uma cidade modernistamente européia – ou subeuropéia – poderiam ter feito de Brasília um grande foco de rurbanização” (FREYRE, 1982: 57).

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, ao longo da leitura da obra do sociólogo pernambucano, resgatar a correlação entre a obra de Freyre e a presença de uma unidade de pensamento a partir do seu conceito de Rurbanização. Nessa apresentação, verificamos algumas interpretações da trilogia freyriana, apoiando-nos na leitura de Benzaquém de Araújo, Jessé Souza, Elide Rugai Bastos e Maria José Rezende, que nos levaram a focalizar o tema da rurbanização. Para nós, este conceito baseou-se na sua concepção de processo histórico brasileiro como “interpenetração e acomodação dos contrários”. Ou seja, a bipolaridade existente na sociedade brasileira deveria ser acomodada, ajustadas em seus lugares, de forma que os conceitos contrários estivessem presentes na constituição da sociedade de maneira harmônica. O conceito de rurbanização surgiria, dessa forma, da integração de uma abrangente condição de urbanidade com ruralidade, dando lugar ao “equilíbrio de antagonismos”, expressão usada por Gilberto Freyre para explicar as aparentes contradições na formação sociocultural, apresentadas em *Casa Grande & Senzala*.

Assim, acreditamos que a idéia de rurbanização de Freyre associada ao conjunto de sua obra, na qual a conciliação de conceitos opostos, tal como o tradicional e o moderno, se ajustariam a um equilíbrio harmônico na concretização da sociedade brasileira.

Tentamos reconstruir, a partir das referências daqueles autores sobre a trilogia freyriana e a nossa própria leitura das obras *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*, alguns traços da história da formação da sociedade patriarcal desde o período colonial até a República velha. No primeiro volume, reconhecido como o clássico do sociólogo pernambucano, *Casa Grande & Senzala*, a etnografia feita por Freyre apontava para as famílias que vieram se constituir no Brasil, incentivadas pela Corte portuguesa – e dela recebendo tão somente incentivos e nenhum tipo de investimento financeiro – para colonizar as terras que antes eram de ninguém. Por esse aspecto da colonização descentralizada do Estado português, fazemos alusão a Adriano Moreira que viu em Freyre o grande teórico da sociedade civil brasileira. A sociedade que aqui se formou foi feita a revelia, sem que o poder imperial estivesse próximo para vigiar a condução que tomava a colonização das terras então portuguesas. De fato, a lassidão de regras tanto morais como políticas conferiu aos senhores de engenho poder exacerbado, no qual cada engenho configurou-se como um potentado próprio em que o seu senhor era o soberano. Eram reinados independentes e autônomos que em nada deviam à corte portuguesa. Junto a esse processo, como vimos, deu-se um sincretismo cultural e religioso permitido pela plasticidade do

português que foi capaz de agregar para si a cultura africana e, em menor grau, a indígena, dando origem à cultura brasileira.

No entanto, a partir de 1808 com a chegada da família real nas terras brasileiras esse quadro sofreu alterações. Toda essa trajetória foi acompanhada por Freyre na sua obra *Sobrados e Mucambos*, prosseguindo-a em *Ordem e Progresso*. A transferência da corte portuguesa para as terras de além-mar marcou todo um processo de efetiva modernização brasileira, transformando instituições, economia, hábitos e valores culturais. Como já apresentamos anteriormente, Jessé Souza, autor que trouxe uma nova luz para a obra de Freyre, reinterpreta o fenômeno da europeização, proporcionado pela vinda da família de D. João VI para o Brasil, nos moldes de uma verdadeira revolução vertical, na qual o agente burguês foi o mulato que, a partir de suas habilidades intelectuais e manuais, foi capaz de dar uma nova inteligibilidade ao processo de ascensão social.

O mulato não só ascendeu socialmente como também marcou sua entrada no cenário político, transformando-se numa das peças centrais no processo de transição da Monarquia para a República. A marcha republicana foi orientada por brancos e mulatos que garantiram seus postos tanto por sua entrada no Exército como nos cargos burocráticos do governo, todos embalados pelo lema positivista “Ordem e Progresso”.

No entanto, Freyre não enxergava nessa transformação uma grande mudança de natureza estrutural. O Brasil se republicanizava, mudava sua forma, mas continuava estruturado na base de sua origem: o patriarcalismo. Contudo, a passagem da Monarquia para a República, com o espírito forte do progresso nos moldes positivistas, havia desrespeitado algumas das especificidades brasileiras de raízes profundas, como o seu passado rural e o seu território marcado por regionalismos. O progresso se impôs confundindo-se com industrialização e urbanização, alijando o campo de todo o processo de modernização. Daí o caos que se instalou no Brasil a partir das décadas de 1920 e 1930: o desordenamento urbano. Nesse momento, nosso autor abre espaço para as críticas desse modelo de modernização que se instalou no país, podendo-se perceber nelas alguns feixes do que iria se apresentar posteriormente na idéia de *rurbanização*. Junto a essas idéias, Freyre parecia apontar para um caminho que levaria o Brasil ao que ele entendia como revolução. Uma revolução branca, como diria o autor, sem um cenário dramático de violência, e que não ferisse as raízes da cultura brasileira.

Esse processo de transformação social sugerido por Freyre, a *rurbanização*, que atualizaria um novo caráter de desenvolvimento brasileiro, teria de se dar em harmonia com a natureza das revoluções brancas que o Brasil já havia vivenciado, nas quais acomodava-se os

valores mais antigos e fazia se valer, portanto, da genuína sabedoria de contemporização que no Brasil logo se fez presente desde a sua formação inicial.

Freyre, antiburguês, desejava manter viva a chama da aristocracia rural num país em transformação, tornando o seu pensamento circular que operava a partir de três idéias: harmonia, conciliação e acomodação. Harmonia entre opostos, conciliação do passado com o presente, acomodação das elites no poder.

Desde os tempos do Regionalismo do jovem Gilberto Freyre de 1926, versão do modernismo, já era um esboço na busca da conciliação entre o velho e novo, entre o tradicional e o moderno, entre o Nordeste agrário e oligárquico e o Sudoeste urbano e industrial. Nas décadas seguintes, o ensaísta desenvolveria outras idéias relacionadas à noção de conciliação: justamente o projeto de *rurbanização*, como um processo de desenvolvimento que combinava valores e estilos de vida rurais e urbanos.

Freyre recusava a solução comunista e dizia rejeitar qualquer outra forma de totalitarismo no país, pois viu nele um risco para a sobrevivência das elites regionais e também para o que ele considerava uma multiplicidade de manifestações culturais do país. Entendemos que o autor não admitia a idéia das classes baixas no poder, mas a imaginava de alguma forma satisfeita e submissa com a ordem estabelecida pelas forças políticas dominantes. Também não aceitava um único setor das elites controlando o poder; esperava que ele fosse compartilhado pelos representantes do passado e do presente.

Percebemos que, em toda a sua obra, Freyre foi sempre o mesmo pensador holista que teorizou a sociedade como um todo orgânico a partir de partes que se complementavam. Nesse tipo de concepção de sociedade, a hierarquia é o dado central e cada pessoa, grupo ou classe tem o seu lugar. Igualdade política e econômica jamais seria o princípio mais importante do sociólogo Gilberto Freyre. Ao contrário, sua atenção esteve sempre voltada para perceber formas de integração harmônica de contrários, interdependência e comunicação recíproca entre diferentes, sejam essas diferenças entre culturas, grupos, gêneros ou classes.

Assim, era nessa perspectiva que surgia a idéia de Rurbanização, amadurecida desde os anos de 1920 e concluída na década de 1980. A política de rurbanização apresentava-se como um conhecimento aplicado da sociologia. Todo o esforço teórico do autor ao longo de sua obra estava compilado no projeto rurbano: que dizia não ao progressismo e as soluções transplantadas de realidades que não fossem as brasileiras. Em um reclame às ciências físicas e humanas, Freyre conclamava sociólogos e antropólogos, junto aos engenheiros, agrônomos e outros técnicos, para encontrarem soluções genuinamente brasileiras para os problemas nacionais, ajustando especificidades de cada região do Brasil, e assim buscando conciliar os

antagonismos sempre presentes desde a formação inicial da sociedade brasileira. Nessa conciliação de pólos antagônicos encontrava-se o nosso peculiar equilíbrio social.

O futuro brasileiro não estava, portanto, na recuperação de áreas patologicamente superurbanizadas sob perspectivas ou planejamentos urbanos. Freyre defendia que uma civilização arrojadamente moderna desenvolver-se-ia à base de uma agricultura criativamente ecológica como de uma arquitetura urbana mais ecologicamente brasileira na sua modernidade, ao lado do maior aproveitamento de sua vegetação e cultura, concretizando-se uma harmoniosa rurbanidade.

A rurbanização surgira, então, como uma proposta transformadora do social ajustada à realidade nacional. Freyre argumentava que em um país tropical, de características tão peculiares como o Brasil, cujo passado foi marcado por desajustes profundos entre as populações urbanas e rurais, uma política social tal como a de rurbanização seria revolucionária. Revolução entendida por Freyre como transformação social. Articulando-se valores dos mundos urbano e rural, bem como seus interesses e problemas, essa política culminaria em um rápido desenvolvimento das regiões mais atrasadas, modernizando o país sem que deixasse de respeitar suas peculiaridades.

A condução da política de rurbanização não tinha uma organização estruturada passo a passo como em uma revolução clássica, na qual um grupo de pessoas tomava o poder e então, a partir desse momento, começavam-se as transformações estruturais de ordem social, econômica e cultural da sociedade. A idéia de Freyre era de que a população fosse preparada “mentalmente” por intelectuais que teriam a “missão” de evangelizar urbanos e ruralitas com uma nova concepção rurba de estilo de vida. Então, com o apoio da população, a política de rurbanização poderia ser estendida e intensificada para todo o país por meio de uma decisão política-administrativa. A solução rurba seria assim “de caráter socialmente democrático, portanto, em vez de imposição de governos ou de arbítrio de poderes oficiais” (FREYRE, 1982: 20).

Como já discutimos, nossa dissertação buscou ver nessa condição uma transformação revolucionadora e ao mesmo tempo conservadora da modernização brasileira. Tratava-se, na verdade, de uma modernização conservadora¹⁴ ou revolução passiva¹⁵, pelo seu caráter “administrativo”, no dizer de César Paiva, ou seja, as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais admitidas eram recebidas a partir de uma nova consolidação do governo instituído como Estado e não de uma organização política vinda da sociedade civil.

¹⁴ Como na conceituação de Barringt Moore.

¹⁵ Conforme o conceito gramsciano.

No entanto, Freyre a esperava democrática. A rurbanização não seria instituída por uma ditadura, mas pela adesão da população que reclamava também por uma sociedade urbana.

Nesse sentido de uma modernização que vinha pelo “alto”, entendemos a simpatia de Freyre pelo governo militar e a grande vontade do sociólogo pernambucano de que a política de rurbanização se concretizasse pelas mãos dos militares que ascenderam ao poder em 1964.

Segundo Freyre, o Exército, em um primeiro momento, apresentou-se como a continuação sociológica da monarquia, no qual era representado por um poder moderador forte que ainda era desejado e apoiado pela população brasileira. Já em um segundo momento, quando o sociólogo idealizava a atuação das Forças Armadas, ele desejava que o Exército funcionasse como um corretivo de força maior, que fosse acionado somente quando a sociedade precisasse sofrer uma intervenção de uma instituição suficientemente sadia e com qualidade reitoria em momentos conflituosos e, por isso, capaz de retomar a ordem social e preparar a nossa sociedade para as mãos de um governo competente e já familiarizado com a nova reforma.

Essa “via prussiana” de mudança social, como chamou Raimundo Santos interpretando alguns textos freyrianos, parecia ter sido a solução encontrada por Gilberto Freyre para se estruturar a rurbanização na sociedade brasileira. O Exército, ou seja, o governo militar, era esse ente perfeito em organização e articulação do novo modelo de desenvolvimento brasileiro, a rurbanização.

No entanto, Freyre acabara se decepcionando com o “movimento revolucionário” de 1964, pois, para o autor, esse movimento corria no erro de procurar em puras soluções econômicas o objetivo máximo de suas realizações, perdendo a oportunidade de realizar seu projeto de reforma agrária, a rurbanização. Em um dos seus textos de 1982 que compunha o livro *Rurbanização: Que é?*, o sociólogo dizia que “a rurbanização, como política social, aplicada, teria sido, em 1964, oportuníssima. Quase uma reforma agrária sem os riscos de tornar-se ação reformista associada a uma já indesejável conotação demagógica da expressão ‘reforma agrária’” (FREYRE, 1982: 44).

Para terminarmos essas considerações finais, deixemos uma história contada pelo próprio Gilberto Freyre sobre seu encontro com Castello Branco, logo que os militares tomaram o poder em 1964. Em sua primeira visita ao Recife, após o triunfo do Trinta e Um de Março daquele ano, o Presidente Castello Branco chamou Freyre para uma conversa reservada, só os dois, num canto da sala do Palácio do Governo de Pernambuco, anunciando que os militares iriam realizar a reforma agrária desejada pelo sociólogo pernambucano, a rurbanização. No entanto, a promessa não foi concretizada e em novos contatos com o autor,

não se tocou mais no assunto. Freyre magoou-se. Tanto que recusou os dois convites honrosos feito pelo Presidente para que ele fosse o Ministro do Ministério da Educação e Cultura e Embaixador do Brasil junto a Unesco em Paris; para ele, o governo optando por não realizar a rurbanização, essas posições eram ornamentais.

Freyre finalizava sua narrativa com a seguinte pergunta: “Por que teria o Presidente Castello Branco recuado da idéia de uma socialmente revolucionária rurbanização do Brasil? Justamente por terem prevalecido sobre ele influências, civis ou militares, ou mistas, num sentido convencionalmente conservador que tivesse por justificativa e por vezes mito da Segurança Nacional” (FREYRE, 1982: 44).

VI - BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Gilberto Freyre e os Grandes Desafios do Século XX*. Ed. Vozes. Petrópolis: 2002.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. *Guerra e Paz – Casa Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Editora 34. Rio de Janeiro: 1993.
- BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e o Pensamento Hispânico – Entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- BUZZI, A. R. *La Teoria Politica de Antonio Gramsci*. Barcelona, 1969.
- CHACON, Vamireh. *A Construção da Brasilidade – Gilberto Freyre e Sua Geração*. Marco Zero. São Paulo: 2001.
- CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre – Uma Bibliografia Intelectual*. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. Companhia Editora Nacional. Recife/São Paulo: 1993.
- CHACON, Vamireh. *Questão Nacional, Questões Regionais*. In: *Gilberto Freyre – Pensamento e Ação*. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massagana. Recife: 1995.
- COSTA PINTO, João Alberto da. *Os Impasses da Intelligentsia Diante da Revolução Capitalista no Brasil (130 – 1964): Historiografia e Política em Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. UFF. Niterói: julho/2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci – Um Estudo sobre seu Pensamento Político*. Editora Campus. Rio de Janeiro: 1989.
- CUNHA, Antonio Henriques Gonçalves. *Políticas de um Sociólogo Culturalista*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre em Sociologia. UFPE. Recife: fevereiro/1986.
- DANTAS, Cauby. *Diálogos do Senhor da Casa-Grande com o Menino de Engenho: Interseção Sociologia-Literatura em Gilberto Freyre e José Lins do Rego*. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, PB: UFPB/UFCG, dezembro de 2005.
- DE PAULA, Silvana Gonçalves. *Gilberto Freyre e a Construção da Modernidade Brasileira*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Agrícola. CPDA. Itaguaí – RJ: junho de 1990.
- DELGADO, Luís. *Gilberto Freyre, Conservador e Revolucionário*. In: *Gilberto Freyre: Sua Ciência, Sua Filosofia*. Rio de Janeiro: 1962.
- FONSECA, Edson Nery da. *Gilberto Freyre: A Questão Regional e a Unidade Nacional*. In: *Gilberto Freyre – Pensamento e Ação*. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massagana. Recife: 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Ed. Record. 43ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: 2001.

_____. *Sobrados e Mucambos*. Ed. José Olympio. Rio de Janeiro: 1981.

_____. Global Editora. 14ª ed. Revisada. São Paulo: 2003.

_____. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Record, 2000.

_____. Manifesto Regionalista de 1926: Vinte e Cinco Anos Depois. Recife, 1951. <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/index.html> (acesso em 17/10/2005).

_____. A Propósito de Dom Pedro II. *In*: Perfil de Euclides e Outros Perfis. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro: 1944.

_____. Cap. IV: Sociologias Especiais. *In*: Sociologia – Introdução ao Estudo dos seus Princípios. Vol. 2. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro: 1945.

_____. Nação e Exército. Editora José Olympio. Rio de Janeiro: 1949. <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/index.html> (acesso em 17/10/2005).

_____. Revolucionário Conservador. *In*: Quase Política – 9 Discursos e 1 Conferência. 1ª edição. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro: 1950.

_____. José de Alencar. Os Cadernos de Cultura Nº 18. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: 1952.

_____. A Escravidão, a Monarquia e o Brasil Moderno. *In*: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Vol. 1. Nº 1. Belo Horizonte: dezembro de 1956.

_____. O Recife e a Revolução de 1964. Recife: [s. ed.] 1964. <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/index.html> (acesso em 17/10/2005).

_____. Forças Armadas e Outras Forças. *In*: A Defesa Nacional. V. 52. Nº 605. Rio de Janeiro: jan/fev 1965. <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/index.html> (acesso em 17/10/2005).

_____. Joaquim Nabuco, Pioneiro do Trabalhismo no Brasil. 2ª edição. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro: 1966.

_____. Em Torno de uma Sociologia de Processos Revolucionários de Transformação Social: Exemplos Brasileiros. *In*: O Processo Revolucionário Brasileiro. AERP. Rio de Janeiro: 1968.

_____. Ainda em Torno de uma Sociologia de Processos Revolucionários de Transformação Social: Exemplos Brasileiros. *In*: O Processo Revolucionário Brasileiro. AERP. Rio de Janeiro: 1968.

_____. Região e Tradição. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, Rio de Janeiro: 1968.

FREYRE, Gilberto. *Brasis, Brasil e Brasília*. 1ª ed. Brasileira. Ed. Record, Rio de Janeiro: 1968

_____. Para um Programa de Arena: Sugestões do Prof. Gilberto Freyre. Alcântara Publicidade. Recife: 1972. <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/index.html> (acesso em 17/10/2005).

_____. O Fiel do Poder Moderador. *Veja*. Rio de Janeiro: 21/06/1972. <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/index.html> (acesso em 17/10/2005).

_____. Epitácio Pessoa, Bacharel Antibacharelesco. *In: Pessoas, Coisas & Animais*. MPM – Casabranca Propaganda. 1979.

_____. Ciência, Humanismo e Ação Política: o Exemplo de José Bonifácio. *In: Pessoas, Coisas & Animais*. MPM – Casabranca Propaganda. 1979.

_____. Rui Barbosa e a Questão Social. *In: Pessoas, Coisas & Animais*. MPM – Casabranca Propaganda. 1979.

_____. Rui Barbosa e a Realidade Brasileira. *In: Pessoas, Coisas & Animais*. MPM – Casabranca Propaganda. 1979.

_____. Mauá, Místico do Progresso Industrial. *In: Pessoas, Coisas & Animais*. MPM – Casabranca Propaganda. 1979.

_____. Mauá e Pedro Segundo. *In: Pessoas, Coisas & Animais*. MPM – Casabranca Propaganda. 1979.

_____. O Anarquista Construtivo. *Veja*. São Paulo: 04/01/1981. <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/index.html> (acesso em 17/10/2005).

_____. Rurbanização: que é? Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana. Recife: 1982.

_____. A Propósito do Grito do Ipiranga: uma Interpretação Sociológica da Independência Brasileira. *In: Novas Conferências em Busca de Leitores*. Fundação de Cultura Cidade do Recife. Editora Universitária – UFPE. Recife: 1995.

_____. Atuação do Parlamento no Império e na República. *In: Novas Conferências em Busca de Leitores*. Fundação de Cultura Cidade do Recife. Editora Universitária – UFPE. Recife: 1995.

_____. Avanços Urbanos e Estagnações Rurais. *In: Novas Conferências em Busca de Leitores*. Fundação de Cultura Cidade do Recife. Editora Universitária – UFPE. Recife: 1995.

- GRAMSCI, Antonio. *Apontamentos para uma Introdução e um Encaminhamento ao Estudo da Filosofia e da História da Cultura*. In: Cadernos do Cárcere. Vol. I Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2001
- _____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 1968.
- _____. *A Questão Meridional*. Terra e Paz. São Paulo: 1987
- _____. *O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. In: Cadernos do Cárcere. Vol. V. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2002.
- _____. *Os Intelectuais. O princípio educativo*. In: Cadernos do Cárcere. Vol. II. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2004.
- MARANHÃO, Sílvio. Gilberto Freyre e o Regionalismo. In: Gilberto Freyre – Pensamento e Ação. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massagana. Recife: 1995.
- MOREIRA, Adriano. *O Teórico da Sociedade Civil*. In: À Memória de Gilberto Freyre. Maria do Carmo T. de Miranda (org.). Massaranga. Recife: 1988.
- MOORE, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia – Senhores Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. Ed. Martins Fontes. Ano 1983.
- PAIVA, César. Gilberto Freyre e os Intelectuais na Revolução-Restauração Burguesa no Brasil: Anotações de Leitura e Notas para uma Pesquisa. In: Educação & Sociedade. Ano XVI. Nº 51. Agosto de 1995.
- REZENDE, Maria José. In: A Obra “Ordem e Progresso” e a Mudança Social no Brasil. Cadernos de Estudos Sociais. Vol. 16. nº 02, julho/dezembro, 2000.
- ROLAND, Maria Inês de França. *Gilberto Freyre – Literatura, Mestiçagem, Ambientalismo, Turismo, Arquitetura, Regionalismo*. Série Pensamento Americano. Ícone Editora. São Paulo: 2000.
- SANTOS, Raimundo. *Rurbanização e Revolução Agrária em Dois Registros Clássicos*. In: Estudos Sociedade e Agricultura. Nº 16. Abril, 2001.
- _____. *Prussianismo Brasileiro*. In: Dicionário Crítico do Pensamento da Direita. Org. Francisco Carlos Teixeira da Silva, Sabrina Evangelista Medeiros e Alexander Martins Vianna. Ed. Mauad – FAPERJ. Rio de Janeiro: 2001.
- _____. *Rurbanização como Estilo de Desenvolvimento em Gilberto Freyre*. 2006. *Mimeo*.
- SOUZA, Jessé. *A modernização Seletiva – Uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Ed. Unb. Brasília: 2003.